

RELATÓRIO E CONTAS 2025



Sociedade de Promoção e
Desenvolvimento da Zona Oeste
da Madeira S.A.

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA.....	9
RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	10
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	11
1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO	12
1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	12
1.2. MISSÃO, OBJETIVOS E VALORES.....	13
1.3. ORGÃOS SOCIAIS, ESTRUTURA ACIONISTA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	13
1.3.1. ORGÃOS SOCIAIS - TRIÊNIO 2023-2025	13
1.3.2. ESTRUTURA ACIONISTA.....	14
1.3.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	15
2. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS.....	15
2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	15
3. ATIVIDADE.....	23
3.1. ENQUADRAMENTO	23
3.2. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES EM 2025	23
3.2.1. EXECUÇÃO METAS DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO PAO 2025	24
3.2.2. CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA - ATIVIDADES MAIS RELEVANTES EM 2025	27
3.2.3. PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA - ATIVIDADES MAIS RELEVANTES EM 2025	30
3.2.4. EMPREENDIMENTOS DA PONTA DO OESTE	30
3.2.4.1. BALANÇO DAS CONCESSÕES, ARRENDAMENTOS, PROTOCOLOS E LICENÇAS PRECÁRIAS DE 2025	30
3.2.5. COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO	32
3.2.5.1. CANAIS DE DIVULGAÇÃO.....	33
3.2.5.2. REDES SOCIAIS	36
3.2.5.2.1. ANÁLISE E RESULTADOS 2025	36
3.2.5.2.1.1. CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	36
3.2.5.2.1.2. PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA	38
3.3. RISCOS ASSOCIADOS À ATIVIDADE	41
3.3.1. RISCOS INTERNOS.....	41
3.3.2. RISCOS EXTERNOS	41
3.4. SITUAÇÃO ATUAL	41
3.4.1. ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA PONTA DO OESTE DE INTERESSE PÚBLICO	41
3.4.2. PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS.....	43

3.4.2.1.	CONCELHO DA RIBEIRA BRAVA	43
3.4.2.1.1.	CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	43
3.4.2.2.	PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA	44
3.4.2.3.	PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RIBEIRA BRAVA	45
3.4.2.4.	FRENTE MAR DA RIBEIRA BRAVA	45
3.4.3.	CONCELHO DA PONTA DE SOL	46
3.5.2.1	FRENTE MAR DA MADALENA DO MAR	46
3.5.2.2	PALACETE DO LUGAR DE BAIXO	47
3.5.2.3	FRENTE MAR DA LAGOA DO LUGAR DE BAIXO	48
3.5.2.4	ZONA POENTE DO LUGAR DE BAIXO	48
3.4.4.	CONCELHO DA CALHETA	49
3.4.4.1.	ZONA DESPORTIVA DO ARCO DA CALHETA	49
3.4.4.2.	CENTRO DAS ARTES CASA DAS MUDAS	49
3.4.4.3.	PORTO DE RECREIO DA CALHETA	50
3.4.4.4.	CENTRO CÍVICO DO ESTREITO DA CALHETA	50
3.4.4.5.	CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO PARGO	51
4.	PLANO DE INVESTIMENTOS	53
4.1.	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	53
4.1.1.	PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA	53
4.2.	EMPREITADAS	56
5.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	61
5.1.	RECEITAS OPERACIONAIS	62
5.2.	GASTOS OPERACIONAIS	63
5.3.	RECURSOS HUMANOS	64
5.4.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	65
5.5.	ESTRUTURA DE RESULTADOS	66
5.5.1.	RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	66
5.6.	ENDIVIDAMENTO	66
5.7.	ESTRUTURA PATRIMONIAL	66
5.7.1.	PATRIMÓNIO/CAPITAL	68
5.7.2.	VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO	68
6.	PERSPETIVAS FUTURAS	69
6.1.	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL	72
7.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	73
8.	ANEXO I	74

8.1.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	74
8.1.1.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS DETALHADO	76
8.1.1.1.	OBJETIVOS DE GESTÃO	76
8.1.1.2.	ATIVIDADES PREVISTAS	76
8.2.	PRINCÍPIOS FINANCEIROS DE REFERÊNCIA	76
8.3.	INVESTIMENTOS	76
8.4.	GASTOS COM O PESSOAL E MAPA DE PESSOAL	77
8.5.	NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO	78
8.5.1.1.	LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	78
8.6.	GRAU DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CARREGADO NO SIGO/SOE	78
8.7.	GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	79
8.8.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES	80
8.9.	DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")	80
8.10.	RECOMENDAÇÕES DOS ACIONISTAS- RESULTADOS OBTIDOS	81
8.11.	RECOMENDAÇÕES/ RESERVAS EMITIDAS NA ÚLTIMA CLC	81
8.12.	ORIENTAÇÕES SOBRE AS REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS	82
8.12.1.1.	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	82
8.12.2.	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	82
8.12.3.	FISCALIZAÇÃO	86
8.12.3.1.	CONSELHO FISCAL	86
8.12.3.2.	REVISOR OFICIAL DE CONTAS	86
8.12.3.3.	AUDITOR EXTERNO	87
8.12.4.	APLICAÇÃO DO ARTIGO 24.º-A DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO DAS EMPRESAS PÚBLICAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	87
8.12.5.	APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO Nº 2 DO ARTIGO 15.º DO RJSERAM E DO ARTIGO 8.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO DAS EMPRESAS PÚBLICAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	88
8.12.6.	ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, CONFORME O DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 44.º DO RJSERAM 88	
8.12.7.	CONTRATAÇÃO PÚBLICA	88
8.12.8.	MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PÚBLICAS	89
8.12.9.	CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA (ARTIGO 65.º DO DLR N.º 2/2025/M, ORAM 2025)	89
8.12.10.	DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	90

8.12.11.	ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE	90
8.12.12.	INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DE CADA EMPRESA DO UNIVERSO DO SETOR EMPRESARIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	90
8.12.13.	SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL	91
8.12.14.	PROCESSOS JUDICIAIS	91
9.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	109
9.1.	BALANÇO INDIVIDUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2025	109
9.1.1.	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA	111
9.1.2.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	112
9.1.3.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	114
10.	ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	117
10.1.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO	117
10.2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	117
10.3.	BASES DE APRESENTAÇÃO	118
10.4.	COMPARABILIDADE DAS RUBRICAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	119
10.5.	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS	119
11.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	119
11.1.	BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	119
11.1.1.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	119
11.1.2.	INVENTÁRIOS	121
11.1.3.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	121
11.1.4.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	121
11.1.5.	IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS CORRENTES	121
11.1.6.	CAIXA E DEPÓSITOS	122
11.1.7.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	122
11.1.8.	OPERAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE RELATO (EURO).....	123
11.1.9.	RECONHECIMENTO DO RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO	124
11.1.10.	GASTOS DE FINANCIAMENTO	124
11.1.11.	SUBSÍDIOS DO GOVERNO	124
11.1.12.	GASTOS COM O PESSOAL	125
11.1.13.	EVENTOS SUBSEQUENTES	125
11.2.	OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES	126
11.3.	PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	126

11.4.	PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	127
11.5.	PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS.....	127
12.	FLUXOS DE CAIXA	128
12.1.	QUANTIAS NÃO DISPONÍVEIS PARA USO	128
12.2.	CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	128
13.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	128
13.1.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS	128
13.2.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIAS ESCRITURADAS – VARIAÇÕES DO PERÍODO	128
14.	ATIVOS INTANGÍVEIS	129
14.1.	ATIVOS INTANGÍVEIS VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS	129
15.	INVENTÁRIOS	129
15.1.	INVENTÁRIOS	129
15.2.	INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO	130
15.3.	MERCADORIAS – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	130
16.	PROVISÕES	130
17.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	131
17.1.	CLIENTES.....	131
17.2.	OUTRAS CONTAS A RECEBER	131
17.3.	OUTRAS CONTAS A PAGAR	131
17.4.	DESRECONHECIMENTO	132
18.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	132
18.1.	QUANTIA ESCRITURADA - VARIAÇÃO	132
18.2.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	133
19.	PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	134
19.1.	PATRIMÓNIO/CAPITAL	134
19.2.	VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO	134
20.	BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	135
20.1.	GASTOS COM PESSOAL.....	135
20.2.	REMUNERAÇÕES E ENCARGOS DA SOCIEDADE, ASSOCIADOS ÀS FUNÇÕES DE CARGOS DE GESTÃO	135
20.3.	OUTROS BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO DE EMPREGADOS	136
20.4.	OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO DE EMPREGADOS.....	136
21.	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	136

21.1.	VENDAS	136
21.2.	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	136
21.3.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	137
21.4.	DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	137
21.5.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	137
21.6.	OUTROS GASTOS E PERDAS.....	138
21.7.	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	138
22.	PARTES RELACIONADAS.....	138
22.1.	IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS	138
22.2.	SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS.....	138
23.	COMPROMISSOS / CONTINGÊNCIAS / RESPONSABILIDADES – GARANTIAS PRESTADAS E LETRAS DESCONTADAS.....	139
24.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	139
25.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	139
25.1.	HONORÁRIOS FATURADOS PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	139
25.2.	DÍVIDAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA.....	139
25.3.	DÍVIDAS SEGURANÇA SOCIAL.....	139
25.4.	OUTROS.....	139
26.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	139
27.	ANEXO II	141
27.1.	RECLASSIFICAÇÃO DA PONTA DO OESTE E ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	141
27.2.	DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA PONTA DO OESTE.....	142
27.2.1.	EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO	142
27.2.2.	SALDO DE GERÊNCIA	143
27.2.3.	RECEITA	143
27.2.4.	RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO	144
27.2.5.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	144
27.2.6.	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES.....	145
27.2.7.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	145
27.2.8.	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	146
27.2.9.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	146
27.2.10.	ATIVOS FINANCEIROS	146
27.2.11.	DESPESA	147
27.2.12.	DESPESAS COM PESSOAL	148
27.2.13.	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	149
27.2.14.	JUROS E OUTROS ENCARGOS	150

27.2.15.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	150
27.2.16.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	151
27.2.17.	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	151
27.2.18.	PASSIVOS FINANCEIROS	151
27.3.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	152
27.3.1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS	152
28.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	200
28.1.	DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (ANEXO 1)	200
28.2.	DOR 2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (ANEXO 2) 200	
28.3.	DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (ANEXO 3) 200	
28.4.	DOR 4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (ANEXO 4)	200
28.5.	DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	201
28.6.	DOR 5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA (ANEXO 5)	201
28.7.	DOR 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA (ANEXO 6)	201
28.8.	DOR 5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA (ANEXO 7)	201
28.9.	ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	202
29.	CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA:	202
29.1.	DOR 5.5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (ANEXO 8)	202
29.2.	DOR 5.6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO (ANEXO 9)	202
29.3.	DOR 5.6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – ADJUDICAÇÃO ADMINISTRATIVA – ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO (ANEXO 10)	202
30.	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS	202
30.1.	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA (ANEXO 11)	202
30.2.	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA (ANEXO 12)	203

FICHA TÉCNICA

| Elaborado por:

Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira,
S.A

| Intervenientes:

Conselho de Administração
Gabinete de Informática e Comunicação
Gabinete de Apoio à Administração
Direção de Serviços de Planeamento e Projetos
Direção de Serviços de Apoio à Administração
Unidade de Assessoria Jurídica Contratação e Contencioso
Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos
Unidade de Gestão de Equipamentos e infraestruturas
Unidade de Gestão Financeira
Unidade de Gestão de Recursos Humanos
Centro Desportivo da Madeira
Piscinas da Ribeira Brava

| Coordenação dos Trabalhos:

Conselho de Administração

| Fornecimento dos dados financeiros:

Unidade de Gestão Financeira
Opção Divina – contabilista certificado

| Revisão, paginação e desenho das capas:

Unidade de Gestão de Concessões Comunicação e Projetos

| Aprovado por Deliberação n.º 29/2026 do Conselho de Administração

| Distribuído:

Remetido aos órgãos competentes em suporte digital e inserido no Portal do TdC

Publicado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com

RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	DESIGNAÇÃO
AARAM	Associação de Atletismo da Região Autónoma da Madeira
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
CDM	Centro Desportivo da Madeira
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRAE	Indicador Regional de Atividade Económica
IRAE	Inspeção Regional das Atividades Económicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental
NCP	Norma de Contabilística Pública
OMS	Organização Mundial de Saúde
ORAM	Orçamento Região Autónoma da Madeira
PCV	Plano de Comercialização e Venda
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAR	Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira
Ponta do Oeste	Ponta do Oeste- Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
POT	Programa de Ocupação Temporária de Desempregados
PRB	Piscinas da Ribeira Brava
RAM	Região Autónoma da Madeira
RGC	Relatório de Gestão e Contas
SDNM	SDNM – Sociedade de desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.
SDPS	SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
SERAM	Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SIGO/	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SINTAP	Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
SMD	SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas
SST	Segurança e Saúde no Trabalho

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração apresenta o Relatório e Contas 2025.

Tendo presente que a Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. (Ponta do Oeste) tem por missão, designadamente, a promoção, construção e gestão de projetos que contribuam para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural, nos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta, destacamos os investimentos realizados na melhoria e recuperação das suas infraestruturas, com particular realce para a conclusão da empreitada do Campo de Golfe da Ponta do Pargo e para lançamento dos estudos e demais procedimentos necessários à ponte pedonal na mesma freguesia.

A transparência, a sustentabilidade e a responsabilidade social, associados a uma política de recursos humanos e de promoção da igualdade e de padrões de ética e conduta, são objetivos e premissas presentes, quer na gestão estratégica, quer na gestão corrente da Sociedade por parte do Conselho de Administração e de todos os seus colaboradores, indo de encontro ao preconizado no estatuto jurídico do SERAM, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho.

Pelos resultados obtidos, o nosso reconhecimento aos parceiros, empresas, instituições financeiras e agentes públicos.

O nosso agradecimento pelo apoio inextinguível do Acionista e do Secretário Regional com a tutela sectorial, extensivo ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral, ao Fiscal Único e ao Contabilista Certificado.

Aos Trabalhadores da empresa, um agradecimento particular por toda a dedicação e empenho demonstrados ao longo do ano de 2025, relevando que tal foi fundamental para a concretização dos objetivos da Sociedade e para a prossecução da sua missão.

As perspetivas para 2026 e anos vindouros são de melhoria dos rácios económico-financeiro, com otimização na eficiência operacional, alinhada com a sustentabilidade, transparência e responsabilidade social e que serão materializados na fusão das 4 sociedades.

1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. foi constituída através do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2000/M, de 02 de agosto¹, cujo objetivo é a prossecução de fins de interesse público, na conceção, promoção, construção e gestão dos projetos, ações e empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural, com enfoque no desenvolvimento dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

Desde 2014, embora com efeitos a 2012, a Ponta do Oeste é empresa pública reclassificada, integrada no perímetro da Administração Pública Regional, por efeito das Contas Nacionais, a sua atuação pautou-se pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A preparação, apresentação e divulgação das contas da Ponta do Oeste, obedecem a diversos preceitos legais impostos a entidades da sua natureza, nomeadamente o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), a Lei de Enquadramento Orçamental, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), as Instruções do Tribunal de Contas, o Código das Sociedades Comerciais e as orientações técnicas emitidas através da Circular n.º 1/SRF/UT/2026, de 15 de janeiro.

É neste enquadramento e, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, que se submete à apreciação da Assembleia Geral o presente Relatório de Gestão e Contas (RGC) e respetivos anexos, que integra a informação financeira e informação não financeira, elaborados de acordo com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira² e no Código das Sociedades Comerciais³, que procura expor, de forma fiel e clara, a evolução dos negócios e a situação da empresa, face à atividade desenvolvida entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

¹ Alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 09/01, diploma que sujeita à cobrança coerciva alguns tipos de créditos da Ponta do Oeste.

² Artigo 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira.

³ Artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais.

As contas encontram-se espelhadas nas demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com o SNC - AP, e nas demonstrações orçamentais, que apresentam de forma verdadeira e apropriada, todos os aspetos materialmente relevantes quanto à posição financeira da empresa.

Sempre que possível e adequado, incluímos a informação relativa ao ano anterior, permitindo a comparabilidade da evolução do desempenho da Ponta do Oeste.

Após a emissão de parecer e submissão à Assembleia Geral, o RGC 2025 será disponibilizado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com

Foi dado cumprimento às orientações estratégicas de gestão, plasmadas no programa do XVI Governo Regional, Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira (RAM) 2030, «PDES Madeira 2030» e demais orientações do acionista.

1.2. MISSÃO, OBJETIVOS E VALORES

Tendo presente o objeto social, as obrigações de serviço público e as atribuições que foram acometidas à Ponta do Oeste, esta tem por:

Missão

A missão da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A consiste em promover o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos da Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava.

Visão

A ação da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos.

Valores

- Responsabilidade
- Compromisso
- Excelência
- Transparência
- Inovação

1.3. ORGÃOS SOCIAIS, ESTRUTURA ACIONISTA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1.3.1. ORGÃOS SOCIAIS - TRIÉNIO 2023-2025

A composição dos órgãos sociais no decorrer do ano de 2025, eleitos em Assembleia Geral, foi a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José Paulo Baptista Fontes

Secretário: Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – até 15 de abril de 2025:

Presidente: Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

Vogal Executivo: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

Vogal Não Executivo: Júlia Isabel Vieira Lopes

Vogal Não Executivo: António Paulo Andrade Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – a partir de 28 de abril de 2025:

Presidente: Élia Fátima Rodrigues da Silva Ribeiro

Vogal Executivo: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

Vogal Executivo: Elias Rodrigues Homem de Gouveia

Vogal Não Executivo: Júlia Isabel Vieira Lopes

Vogal Não Executivo: António Paulo Andrade Costa

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

FISCAL ÚNICO

Efetivo: PKF – SROC, S.A., representada pelo sócio José de Sousa Santos

Suplente: Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha

1.3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Ponta do Oeste é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um capital social de 116.074.640,00 euros.

A 31 de dezembro de 2025, a sua estrutura societária era detida em 100% pela Região Autónoma da Madeira⁴.

⁴ N.º 1 do artigo 35.º e n.º 1 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A função acionista por parte da Região Autónoma da Madeira é exercida exclusivamente pelo Secretário Regional das Finanças, com faculdade de delegação, sem prejuízo da devida articulação com o Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas⁵.

1.3.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Desde 2012 que existem serviços partilhados entre a Ponta do Oeste e as restantes três Sociedades de Desenvolvimento (SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM – Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.).

A estrutura organizacional da Ponta do Oeste, otimizada para as 4 Sociedades, assenta no organograma infra:



Fonte: Ponta do Oeste

2. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

⁵ A tutela setorial está acometida à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, conforme n.º 3 do artigo 10.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2025/M, de 5 de maio, na sua atual redação.

Os objetivos estratégicos e operacionais definidos para 2025, vertidos no Plano de Atividades foram aprovados pelo acionista em Assembleia Geral realizada a 18 de agosto de 2025.

A Ponta do Oeste tem por objeto a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

As atividades da Ponta do Oeste visam a obtenção de resultados sustentáveis, no incremento do desenvolvimento económico e social dos concelhos da zona oeste da Madeira, e vão muito além do lucro, num quadro de acelerada integração económica, financeira e social a nível comunitário, onde a Região Autónoma da Madeira procura implementar uma política de desenvolvimento local equilibrada, por forma a garantir uma melhor abertura aos mercados externos e dinamizar o investimento produtivo a nível local e regional.

Nesse âmbito, a concretização dos investimentos previstos no PIDDAR e no Plano de Atividades para 2025, com destaque para a continuação da empreitada do campo de Golfe da Ponta do Pargo.

Os investimentos estão relatados e quantificados no presente documento, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos⁶, dando-se cumprimento ao artigo 46.º do SERAM.

As propostas apresentadas, e a parte concretizada tiveram em consideração a garantia de níveis adequados de satisfação dos utentes, com destaque para o Centro Desportivo da Madeira e para as Piscinas da Ribeira Brava.

Nestes termos, e tendo por base as orientações estratégicas de gestão, aprovadas pela Resolução do Conselho de Governo n.º 75/2022, de 18 de fevereiro, e objetivos para o ano de 2025, plasmados no Plano de Atividades e Orçamento, apresentamos a matriz contendo, para cada uma das respetivas orientações estratégicas os resultados alcançados⁷:

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 1:

QUADRO 1 – EXECUÇÃO OBJETIVOS DE GESTÃO 2025

Objetivo 1 - Melhorar a performance económica Sociedade

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Conclusão da prestação de serviços de inventariação do património	Relatório	Conclusão	Concluído	0%

⁶ Capítulo 4. INVESTIMENTOS

⁷ Cir 1/SRF/UT/2026

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Continuação de regularização patrimonial, incluindo as benfeitorias	Prédios regularizados	Aquisição de prédios para o Campo de Golfe da Ponta do Pargo	Aquisição dos prédios urbanos dentro da área do golfe	10%
Atualização dos estudos de viabilidade económico financeira e de impacto sócio económico para a Construção do Campo de Golfe da Ponta da Ponta do Pargo	EVEF Estudo de impacto sócio económico	– EVEF; Conclusão do estudo de impacto	Concluído	0%

Objetivo 2 – Definição de um quadro de ação estratégico que possibilite e aumente o contributo da Sociedade em ordem a alcançar a meta do equilíbrio e sustentabilidade do setor e de suporte aos seus planos operacionais

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Elaboração do Plano e relatório de sustentabilidade	Relatório	Relatório de sustentabilidade a introduzir no Relatório das Boas Práticas e do Governo Societário	Concluído	0%
Implementação de programas e medidas de sustentabilidade ambiental, em linha com o programa de governo na área energética (a candidatar no MCA – FEDER Madeira 20-30)	Redução da fatura elétrica	Redução da fatura elétrica	Não atingido – não abriu o programa de candidaturas	100%
Mudança e substituição de sistemas elétricos e aquecimento de águas por outros mais eficiente	Redução da fatura elétrica	Redução da fatura elétrica	Piscinas da Ribeira Brava	0%
Implementação de programas e medidas de sustentabilidade ambiental, em linha com o programa de governo no aproveitamento de águas residuais na rega de jardins	Aproveitamento das águas residuais para rega do Campo do Centro Desportivo da Madeira	Sustentabilidade ambiental	Aproveitamento integral da água não utilizadas para consumo humano	0%
Colaboração anual na elaboração do PIDDAR e no relatório do PIDDAR	N.º de documentos	Dois: Elaboração do PIDDAR; Relatório PIDDAR	Atingido	0%

Objetivo 3 - Melhorar o nível da gestão organizacional encontrando pontos de ancoragem organizacional capazes de garantir a sua eficácia em termos operacionais, passando do “business as usual” para o “business as unusual”

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Plano para a igualdade	Plano	Elaboração do plano	Concluído	0%
Monitorização do plano e relatório de riscos da Sociedade	Plano	Monitorização do plano	Concluído	0%
Continuação do modelo de gestão partilhada de trabalhadores e serviços das 4 Sociedades de Desenvolvimento – Ponta do Oeste, SMD, SDPS e SMD	N.º de trabalhadores	Apoio especializado de trabalhadores entre as sociedades	1 - Apoio na manutenção da relva com um trabalhador que desempenha funções no Centro Desportivo da Madeira; 1 - Coordenadora dos empreendimentos CDM e PRB comum ao Fórum Machico	0%
Gestão partilhada com o Município da Ribeira Brava na manutenção da Frente Mar	Gestão partilhada com o Município da Ribeira Brava na manutenção da Frente Mar	Realizada entre o município	Apoio na manutenção	0%
Gestão partilhada com a Junta de Freguesia da Madalena do Mar – limpeza e manutenção corrente da frente mar.	Protocolo	Colaboração com a Junta de Freguesia da Madalena do Mar	Colaboração em curso (limpeza corrente, recolha de lixo)	0%

Objetivo 4 - Assegurar ambientes de trabalho participativos e positivos capazes de melhorar os resultados do desempenho organizacional, e estimular e valorizar a inovação, a apropriação dos saberes organizacionais

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Reuniões conjuntas e meetings entre o Conselho de Administração e os responsáveis pelos empreendimentos	N.º de reuniões	6	8	0%
Convívios de Natal com todos os colaboradores	Convívio	1	Jantar de Natal	0%
Comemoração do aniversário dos empreendimentos com todos os colaboradores	Comemoração	1	1 Cerimónia realizada no Fórum Machico	0%
Reuniões de objetivos por equipa e por empreendimentos	Reunião	2	2 com os coordenadores do CDM e PRB	0%

Objetivo 5: Medir e avaliar os resultados da gestão (resultados obtidos versus resultados desejados), para eventuais correções de rota

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Implementação da contabilidade de gestão	Documento preparação procedimento	Documento para lançamento do procedimento	Em fase de conclusão	50%

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Envio mensal dos indicadores com gastos e rendimentos dos empreendimentos	Relatório mensal	Relatório mensal (12)	Envio de relatórios mensais dos empreendimentos (11) por mudança de coordenador	0%

Objetivo 6 - Recorrer, sempre que possível ao benchmarking, no sentido de encontrar benchmarks para os seus indicadores e processos de gestão, com o objetivo de serem obtidas comparações entre os seus indicadores e os de outras organizações, de modo a obter um referencial e um nível de performance, reconhecidos como padrão de excelência.

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Elaboração de benchmarking para o Centro Desportivo da Madeira e para as Piscinas da Ribeira Brava	Estudo	Realização do estudo de benchmarking	Elaborado estudo pela coordenadora do Centro Desportivo da Madeira e das Piscinas da Ribeira Brava	0%

Objetivo 7 - Garantir que se atinja a eficácia, eficiência, objetivos, metas e resultados pretendidos, assegurando desta forma a criação de valor para todos os stakeholders das organizações, bem como a sustentabilidade destas

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Elaboração e implementação do plano de marketing	Plano de marketing	Elaboração e implementação	Plano de marketing com ênfase para a estratégia digital implementado	0%
Participação em feiras internacionais, a título individual e ou conjuntamente com a Associação de Promoção da RAM	N.º de feiras	Duas	Participação na FITUR - Feira Internacional de Turismo e na IBTM – Feira do Turismo de Barcelona	0%
Celebração de protocolos de utilização das infraestruturas das Piscinas da Ribeira Brava com as escolas da Ribeira Brava e associações desportivas, recreativas, sociais e lazer.	N.º de infraestruturas adaptadas	Uma infraestrutura com o sistema de gestão da qualidade implementada	Efetuada a formação	50%

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2:

Objetivo 1 – A SDPS na prestação de serviço público e de modo a ser ressarcida apresentará à Região propostas de contratualização da prestação de serviço, com metas quantitativas a gastos auditáveis e que reflitam um esforço de comparação permanente com as melhores práticas do mercado, aferidas através da contratação pública para a realização de gastos.

Não aplicável

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 3:

Objetivo 1 - Promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado em especial no Porto Santo Golfe e Objetivo 2 - Adotar metodologias de medição dos resultados através do grau de satisfação dos clientes/utentes.

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Inquérito de satisfação anual aos utentes do CDM E PRB	Inquérito	20 inquéritos aplicados	Em preparação	50%
Análise e implementação das melhorias apontadas no inquérito	Inquérito Visitas aos concessionários	Análise dos 20 inquéritos; Visitas a todos os concessionários	Em preparação; Visitas a 90% dos concessionários	10%
Implementação do livro dos elogios	Livro dos elogios	Implementação em 2026	Em preparação	90%
Implementação do cliente mistério	N.º de clientes	10 clientes	Em preparação	90%

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 4:

Objetivo 1 - Conceber e implementar políticas de gestão de pessoas orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo à formação, a fim de captar o conhecimento dos colaboradores e envolvê-los no processo de tomada de decisão, aumentando a sua produtividade, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa.

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Ações de formação previstas elencadas no plano de formação 2025, promovidas conjuntamente para as 4 Sociedades				

Objetivo 2 - Conceber e implementar planos de igualdade entre homens e mulheres.

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Elaboração e implementação dos planos de igualdade	Plano de Igualdade	Envolver todos os trabalhadores	Formação ministrada pela UGRH a todos os trabalhadores, inserido no âmbito do CEC – Código de Ética e Conduta	0%

Objetivo 3 - Criar mecanismos que permitam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Atribuição de horário de trabalho diferenciado sempre que legalmente possível	N.º de horários atribuídos	Desde que solicitado e legalmente possível.	Atingido.	0%
Deferimento das situações para acompanhamento de descendentes e ascendentes, licença parental	N.º de horários atribuídos	Desde que solicitado e legalmente possível.	Atingido	0%

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 5:

Objetivo - Promover e estimular as novas ideias, novos produtos, novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Lançamento de campanhas de angariação de novos nichos de mercado	N.º de campanhas	Uma	Uma	0%
Apoiar parcerias com entidades cuja missão seja o desenvolvimento de causas sociais e ambientais	N.º de parcerias	Duas	Semana europeia desporto com inclusão social deficientes Aulas solidárias para verbas reverterem para lares Monitorização de impacto ambiental Ponta Pargo	0%
Criar movimentos desportivos (equipa própria do CDM de atletismo) promovendo a integração e a divulgação da marca	N.º de movimentos	Duas	Em preparação	90%
Implementação de programas e medidas de sustentabilidade ambiental, em linha com o programa de Governo, designadamente nas áreas				
• Energéticas	Kw	Redução da fatura energética em 30%	Não atingido por falta de abertura da cal para financiamento	100%
• Aproveitamento das águas de rega	M3	Redução da fatura de consumo	Rega dos jardins com aproveitamento da água	100%

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 6:

Objetivo - Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa que cubram todos os riscos relevantes assumidos, que assegurem a melhoria de tomada de decisões no sentido de atingir metas e objetivos da organização, apoiados em sistemas de informação e ferramentas de gestão (conhecer para melhor agir) e fortalecimento dos mecanismos de “accountability”, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, nomeadamente da Inspeção Regional de Finanças e o Tribunal de Contas.

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Digitalização / ganhos de eficiência na aquisição de bens e serviços	N.º de procedimentos digitalizados	Quinze	Em 2025 todos os procedimentos foram digitalizados	0%
Negociação através de agrupamento de empresas dos contratos de uso comum (higiene e limpeza, digitalização, arquivo, comunicações, entre e outras aquisições de bens e serviços), com ganhos de escala, com o lançamento de procedimentos para a aquisição de bens e serviços comuns				

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Contrato de Prestação de Serviços de Contabilidade para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor)	N.º de procedimentos	Um	Contratualização com a empresa Opção Divina, Lda	0%
Contrato de Prestação de Serviços de Revisores Oficiais de Contas para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor)	N.º de procedimentos	Um	Contratualização com a empresa PKF, SROC.	0%
Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Documental e Arquivo para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor)	N.º de procedimentos	Um	Contratualização com a empresa ACIN, Lda	0%
Contrato de Prestação de Serviços de Impressão, Cópias, Digitalização e Fax para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor)	N.º de procedimentos	Um	Contratualização com a empresa MCI, Lda	0%
Contrato de Aquisição de Material de Escritório para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (em vigor)	N.º de procedimentos	Um	Contratualização com a empresa Gouveia, Figueira & Cia, Lda	0%
Contrato de Aquisição de Materiais e Produtos de Limpeza para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (em vigor)	N.º de procedimentos	Um	Contratualização com a empresa NC Madeira, Lda	0%
Melhorar a eficiência da comunicação intra e extraempresa pelo que para a melhoria da governance e da interface com os diferentes parceiros, estão previstas as seguintes ações:				
Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilização de Plataforma eletrónica de gestão documental IDOK (em vigor)	N.º de procedimentos	Um	Contratualização com a empresa ACIN, Lda	0%
Envio das faturas por e mail, reduzindo significativamente os custos com despesas de correio, rapidez na entrega e redução de papel	N.º de faturas	90% das faturas	Parametrização e disponibilização das faturas pela Unidade Técnica para a reforma das finanças Públicas na RAM / SIAG	0%
Continuar a insistir na melhoria da performance do sistema informático SIAG, de modo que responda às necessidades e exigências legais, nomeadamente as resultantes do SNC-AP e S3CP, dos reportes da contabilidade orçamental/patrimonial, cálculo de juros de mora nas faturas geradas pelo SIAG	N.º de erros da Plataforma	Redução do n.º de erros da Plataforma	Parametrização e disponibilização pela Unidade Técnica para a reforma das finanças Públicas na RAM / SIAG	0%
Parametrização do SIAG, através da DRPI, conjuntamente com os demais serviços do GR que utilizam o SIAG designadamente para:				
Atualizações anuais obrigatórias por lei	Atualização	Atualização	Todas as atualizações foram bem sucedidas	0%
Cálculo automático de juros de mora	Cálculo automático dos juros de mora	Cálculo automático dos juros de mora através do SIAG	Parametrização e disponibilização dependente da Unidade Técnica para a reforma das finanças Públicas na RAM / SIAG	100%

Indicador	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	Desvio %
Datas de vencimento das faturas	N.º de faturas/data de vencimento	Cálculo automático dos juros de mora	Parametrização e disponibilização dependente da Unidade Técnica para a reforma das finanças Públicas na RAM / SIAG	100%
Melhoria da performance do sistema informático SIAG, de modo que responda às necessidades e exigências legais, nomeadamente				
Resultantes do SNC-AP e S3CP	Atualização	Atualização	Todas as atualizações foram bem sucedidas	0%
Reportes da contabilidade orçamental/patrimonial	N.º de reportes	Os 16 principais reportes mensais, trimestrais e anuais	Parametrização e disponibilização dependente da Unidade Técnica para a reforma das finanças Públicas na RAM / SIAG	100%

3. ATIVIDADE

3.1. ENQUADRAMENTO

A Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. tem por objeto social a conceção, execução e construção dos correspondentes empreendimentos de modo a:

- Contribuir para a realização do desenvolvimento económico regional, em termos de preservação do equilíbrio ecológico e do património cultural e artístico da Região e da promoção das ações no âmbito do ordenamento do território, a par com a melhoria de vida das populações e da criação de emprego;
- Participar no lançamento e na exploração de polos de desenvolvimento local e no fomento da cooperação intermunicipal e inter-regional;
- Divulgar toda a informação relevante para o investimento e o desenvolvimento económico e social dos concelhos da Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava.

3.2. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES EM 2025

Com a construção de empreendimentos e infraestruturas, a Ponta do Oeste permitiu dotar os Concelhos da zona oeste da Madeira com equipamentos e infraestruturas que contribuíram para o desenvolvimento, atraindo investimento privado, que permitiu ainda dinamizar a economia local e oferecer à população um conjunto de equipamentos de utilização coletiva e universal, com impacto na qualidade de vida e no desenvolvimento social.

A gestão e administração dos empreendimentos é feita:

- Sob administração direta da Ponta Do Oeste;
- Espaços concessionados;
- De interesse público geral e de fruição universal e gratuita.

3.2.1. EXECUÇÃO METAS DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO PAO 2025

Em 2025 a execução das atividades previstas no PAO 2025 e as metas alcançadas estão, resumidamente, explicitadas no quadro infra:

QUADRO 2 – EXECUÇÃO METAS DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO PAO 2025

Atividades e metas previstas no PAO 2024	PAO 2024	Realizado	% cumprimento
Parcerias com os Municípios / Juntas de Freguesia no âmbito da manutenção corrente de zonas públicas	Município da Ribeira Brava; Parceria com a freguesia da Madalena do Mar	Os espaços ajardinados em áreas públicas foram mantidos ao longo do ano de 2025	100%
Desenvolvimento de parcerias com os hoteleiros e empresas de animação turística, de modo a dinamizar as infraestruturas	Contactos com unidades hoteleiras e APM	Contactos com unidades hoteleiras para criação de parcerias no CDM e PRB Apresentação do CDM à APM	100%
Aperfeiçoamento do sistema de incentivos para a atratividade da utilização dos equipamentos e infraestruturas, em especial das menos apetecíveis e mais penalizadas com a atratividade / localização	Campanhas de divulgação/promoção das infraestruturas menos utilizadas	Diversas publicações sobre os serviços menos procurados ao longo do ano	100%
Lançamento de procedimentos para a concessão de espaços com vocação comercial e ou com contratos em fase de caducidade	Lançamento de procedimentos de concurso para os espaços disponíveis	Foram disponibilizados em 2025, através de licenças precárias 2 espaços na Madalena do Mar, e 1 arrendamento no Centro Desportivo da Madeira.	100%
Análise das áreas com possibilidade de expansão junto aos espaços concessionados para esplanadas	Vistorias aos espaços e elaboração de Regulamento	Foram iniciadas as vistorias e elaborada a primeira versão do regulamento das esplanadas	50%
Vistoria aos espaços concessionados	Monitorização dos contratos e licenças de concessão de exploração	Realização de 11 vistorias de verificação do estado dos espaços concessionados/arrendados, de forma a conferir o normal funcionamento	50%

CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA

Atividades e metas previstas no PAO 2025	PAO 2025	Realizado	% cumprimento
Centro Desportivo da Madeira, a adequação da procura à oferta, incluindo projeções, é a indicada no mapa infra, e ainda com grande	Aumento do número de utentes	Durante o ano de 2025 este empreendimento registou 62272	100%

Atividades e metas previstas no PAO 2025	PAO 2025	Realizado	% cumprimento
margem de crescimento devido ao elevado investimento em reabilitação e à política comercial no sentido de atrair novos públicos, pelo que em 2024 prevemos um incremento de 10% no número de utentes		entradas. Verificou-se um aumento de cerca de 39,04% no número de entradas em comparação com 2024. Aumento substancial devido ao EMACS.	
Manutenção da realização de diversas competições desportivas a nível regional, nacional e internacional no Centro Desportivo da Madeira, designadamente competições nas várias modalidades de atletismo	Provas de atletismo	Provas de atletismo, com resultados certificados para competições nacionais; Jogos da Equipa sub23 do Marítimo; Estágios internacionais; Jogos da Equipa sub23 do Marítimo; Competições de Triatlo	100%
Impulsionar a utilização e a receita do Centro Desportivo através de uma política de comunicação e marketing, tornando-o mais atrativo para residentes, clubes e associações desportivas	Criação de atividades dinamizadoras	Atividade "Dia do Desporto", "Dia Saudável" Aniversário do CDM com incentivos para a prática desportiva	100%
Promover a internacionalização das infraestruturas desportivas nas suas várias modalidades desportivas	Dinamização de atividades no Centro desportivo	Estágios de atletismos de equipas estrangeiras.	100%
Divulgar os espaços com atividades desportivas através da realização de eventos, de forma a atrair novos utilizadores	Novas atividades desportivas	Dia da Criança; Dia do Desporto;	100%
Rentabilizar os espaços pouco utilizados com novos utilizadores e novas entidades	Público de walk football	Parceria com a associação de walk football	100%
Manutenção da organização de eventos internacionais e captação de novos eventos internacionais	Grande competição internacional de atletismo		25%
Promover o estabelecimento de parcerias com associações de modalidade e clubes desportivos, afetos ao movimento associativo desportivo, tendo em vista uma maior rentabilização dos espaços desportivos	Parcerias com associações e escolas	Renovação de parcerias com as Associações Desportivas	100%
Negociar a entrada do Centro Desportivo da Madeira na realização dos circuitos regionais e nacionais de padel e ténis	Entrada do Centro Desportivo da Madeira na realização dos circuitos regionais e nacionais de padel e ténis	Em relação ao padel, necessidade de mais campos.	10%
Negociar a realização de estágios de futebol com equipas profissionais de âmbito internacional	Realização de estágios de futebol com equipas profissionais de âmbito internacional	Salvaguardar no contrato de cedência do relvado estas situações.	10%

Atividades e metas previstas no PAO 2025	PAO 2025	Realizado	% cumprimento
Apostar na dinamização do Walking Football, modalidade em crescendo e que está a ser desenvolvida no Centro Desportivo, com os nossos stakeholders oriundos do Reino Unido	Dinamização do Walking Football, modalidade em crescendo e que está a ser desenvolvida no Centro Desportivo	Em início de conversações	10%
Negociar a implementação de uma academia de ténis, com valências para o desenvolvimento da modalidade a nível regional, nacional e internacional, desenvolvendo processos de captação de atletas internacionais que possam desenvolver estágios nos nossos espaços desportivos	Negociar a implementação de uma academia de ténis	A Associação de Tênis da Madeira apresentou projeto à Administração.	0%

PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA

Atividades e metas previstas no PAO 2025	PAO 2025	Realizado	% cumprimento
Apostar na dinamização de campeonatos de natação e torneios de modalidades aquáticas, através de entidades	Apostar na dinamização de campeonatos de natação e torneios de modalidades aquáticas	Em início de conversações com a Madeira Sports etraining	10%
Divulgar as Piscinas da Ribeira Brava através de eventos promocionais para atrair novos utentes	Divulgar as Piscinas da Ribeira Brava	Aposta na promoção e divulgação nas Redes Sociais e site.	100%
Desenvolver atividades de forma a dinamizar as piscinas, e manter a utilização pelos utentes captados, tendo como público-alvo as associações e escolas	Desenvolver atividades de forma a dinamizar as piscinas	Atividades dinamizadoras com aulas de aeróbica e hidroginástica e treino adaptado para pessoas com necessidades especiais	100%
Celebrar acordos de parceria de utilização com os stakeholders, designadamente na área da saúde e do bem-estar, tendo em vista aproximar potenciais utilizadores das instalações e fidelizar, a curto e médio prazo, a permanência efetiva de utilização desse mesmo segmento	Celebrar acordos de parceria de utilização com os stakeholders	Parcerias com associações e empresas prestadoras de serviços na área de saúde e bem estar - em início de conversações	10%
Estabelecer parcerias com o SESARAM, EPERAM, para utilização da piscina e tanque de aprendizagem em programas de reabilitação física de utentes utilizadores dos serviços da entidade referida	Estabelecer parcerias com o SESARAM, EPERAM	Em negociação	50%
Negociar a utilização das Piscinas da Ribeira Brava por atletas e ou equipas que se encontrem na região, para a realização de estágios desportivos, quer no âmbito da natação quer no âmbito de outras modalidades desportivas, servindo de complemento à sua preparação física	Negociar a utilização das Piscinas da Ribeira Brava por atletas e ou equipas que se encontrem na região	Em início de conversações	10%

Atividades e metas previstas no PAQ 2025	PAQ 2025	Realizado	% cumprimento
Potenciar a chegada de novos stakeholders de forma a dinamizar o maior número de atividades, e alcance de um maior número de utilizadores	Potenciar a chegada de novos stakeholders de forma a dinamizar o maior número de atividades, e alcance de um maior número de utilizadores	Em início de conversações	10%
Aumento do número de utentes em 5%	Aumento do número de utentes em 5%	Durante o ano de 2024 este empreendimento registou 44 786 entradas. Verificou-se um aumento de cerca de 33,27% no número de entradas.	100%

Ao longo do ano de 2025, realizaram-se os seguintes eventos nos espaços pertencentes à Ponta do Oeste S.A.:

QUADRO 3 - LISTA DE EVENTOS

Nº	Empreendimento	Requerente	Evento	Dia do evento
1	Praia da Ribeira Brava	Núcleo Regional da Madeira da Liga Portuguesa Contra o Cancro	<i>Campanha de Prevenção do Cancro da Pele</i>	25 de julho

Fonte: Ponta do Oeste

3.2.2. CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA - ATIVIDADES MAIS RELEVANTES EM 2025

No ano de 2025 foram desenvolvidos no Centro Desportivo da Madeira cerca de 200 eventos.

Do conjunto de atividades, destacam-se a realização do Setembro Desportivo, inserido nas festividades do 18º aniversário do Centro Desportivo da Madeira, a prova EMACS (**European Athletics Masters Championships**), permitiu dinamizar a economia regional e local, com cerca de 4500 participantes e restantes acompanhantes, foram 11 dias de muita dinâmica no Centro Desportivo da Madeira e concelho da Ribeira Brava.

Estão também inseridos neste contexto de eventos a realização de jogos oficiais de futebol no campo sintético de futebol 11, das diferentes equipas que fazem “casa” no Centro Desportivo da Madeira.



Eventos – Setembro Desportivo (Jogo solidário)



Eventos – Semana Europeia do Desporto



Eventos - EMACS (*European Athletics Masters Championships*)



Eventos - Desporto Escolar no CDM

Utentes

Durante o ano de 2025 este empreendimento registou 62272 entradas, mais 17486 que o ano anterior. Ou seja, comparativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento de cerca de 39,04% no número de entradas.

QUADRO 4 - VARIAÇÃO MENSAL DE UTENTES COMPARATIVAMENTE AO ANO ANTERIOR

Atividade	Ano		Variação 2023/2024	
	2024	2025	N.º	%
Minigolfe	518	472	123	35,24%
Polidesportivo	3757	3 213	-341	-9,6%
Ténis	3392	4108	1003	32,3%

Atividade	Ano		Variação 2023/2024	
	2024	2025	N.º	%
Padel	6968	6 973	193	2,85%
Fut-5	9425	9 949	772	8,41%
Campo sintético	8542	4718	-3519	-42,72%
Campo relvado	3709	3706	-1351	-26,72%
Pista de atletismo	7982	28673	22379	355,57%
Karts	493	460	41	44,20%
TOTAL	44786	62272	17486	39,04%

Fonte: Ponta do Oeste

De realçar a subida do número de utentes, 39,04% em relação ao ano transato, muito devido ao Masters de Atletismo (EMACS).

3.2.3. PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA - ATIVIDADES MAIS RELEVANTES EM 2025

As Piscinas da Ribeira Brava registaram um ligeiro crescimento, em comparação com o ano de 2024.

Durante o ano de 2025 este empreendimento registou 33 329 entradas e comparativamente a 2024, um aumento na ordem dos 0,54%.

QUADRO 5 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE UTENTES COMPARATIVAMENTE AO ANO ANTERIOR

PRB	2024	2025	Variação %
Nº de utentes	33149	33 329	0,54%

Fonte: Ponta do Oeste

Da análise da utilização das Piscinas da Ribeira Brava, constatamos um ligeiro aumento no número de utilizadores.

3.2.4. EMPREENDIMENTOS DA PONTA DO OESTE

3.2.4.1. BALANÇO DAS CONCESSÕES, ARRENDAMENTOS, PROTOCOLOS E LICENÇAS PRECÁRIAS DE 2025

A missão da Ponta do Oeste, S.A., consiste em promover o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos diversos concelhos da RAM, e visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos.

Neste âmbito será necessário atrair investimento privado que permita dinamizar a economia local e oferecer à população um conjunto de infraestruturas de utilização coletiva, com impacto na qualidade de vida e no desenvolvimento social e económico.

QUADRO 6 - EMPREENDIMENTOS NO CONCELHO DA RIBEIRA BRAVA

Nº empreendimento	Localização	Número de espaços	Espaços	Situação
1	Centro Desportivo da Madeira	1	Centro Desportivo	Gestão Própria
		1	Ginásio	Concessionado
		1	Snack-Bar e Bares de Apoio	Concessionado
		1	Parque de Estacionamento	Concessionado
2	Piscinas da Ribeira Brava	1	Piscinas	Gestão Própria
		1	Ginásio e Bar de Apoio	Concessionado
3	Frente Mar da Ribeira Brava	1	Frente mar (área pública)	Gestão Própria
		1	Snack-Bar (frente mar)	Concessionado
		1	Restaurante (Zona balnear)	Gestão Própria
		1	Restaurante (frente mar)	Concessionado
4	Parque de Estacionamento da Ribeira Brava	1	Restaurante estacionamento	Concessionado
		1	Estacionamento (196 Lugares)	Concessionado

Fonte: Ponta do Oeste

QUADRO 7 - EMPREENDIMENTOS NO CONCELHO DA PONTA DO SOL

Nº empreendimento	Localização	Número de espaços	Espaços	Concessionário / Arrendatário
1	Frente Mar da Lagoa do Lugar de Baixo	1	Restaurante	Concessionado
		1	Espaço Comercial	Concessionado
		1	Áreas Públicas	Gestão Própria
2	Palacete do Lugar de Baixo	1	Palacete	Concessionado
3	Marina do Lugar de Baixo	1	Zona de estacionamento	Gestão Própria
		1	Complexo Balnear	
		1	Restaurante/Bar	
4	Frente Mar da Madalena do Mar	1	Áreas Públicas	Gestão Própria
		1	Estacionamento (roulotte de fast- food)	Licença

Fonte: Ponta do Oeste

QUADRO 8 - EMPREENDIMENTOS NO CONCELHO DA CALHETA

Nº empreendimento	Localização	Número de espaços	Espaços	Concessionário / Arrendatário
1	Zona Desportiva do Arco da Calheta	1	Complexo Desportivo	Concessionado
2	Porto de Recreio da Calheta	1	Empreendimento	Concessionado
3	Centro das Artes Casa das Mudas	1	Restaurante	Concessionado
		1	Museu	Contrato de Comodato
4	Centro Cívico do Estreito da Calheta	1	Centro Cívico	Locação Imobiliária
		1	Bar	Locação Imobiliária

Fonte: Ponta do Oeste

QUADRO 9 – DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PARA EXPLORAÇÃO EM 2025

Número de Concursos Públicos – receita através de concessão de espaços	Protocolos, licenças precárias e Arrendamentos
1	1

Neste sentido foram disponibilizados em 2025, através de licenças precárias 1 espaço na Madalena do Mar, e 1 procedimento concursal no Centro Desportivo da Madeira.

QUADRO 10 - ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DOS ESPAÇOS

Concelhos	Número de vistorias
Calheta	2
Ponta do Sol	1
Ribeira Brava	2

Fonte: Ponta do Oeste

Em 2025 foram efetuadas monitorizações, acompanhamento e fiscalização dos diversos contratos de concessões, arrendamentos, licenças e protocolos, através da realização de vistorias de verificação do estado dos espaços concessionados/arrendados, em cumprimento dos contratos e das instruções do TdC.

3.2.5. COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO

A Ponta do Oeste, S.A., na sua atuação de promoção dos empreendimentos, desenvolveu diversas iniciativas de destaque no Centro Desportivo da Madeira e nas Piscinas da Ribeira Brava. Entre as ações mais relevantes, salientam-se as campanhas de marketing digital, a realização de eventos, a formação de parcerias estratégicas — incluindo a participação em feiras internacionais —, bem como a publicidade em meios tradicionais, como jornais e revistas especializadas. Foram ainda implementadas ações de marketing de influência e campanhas

promocionais com descontos e ofertas especiais, reforçando a visibilidade e atração dos empreendimentos.

3.2.5.1. CANAIS DE DIVULGAÇÃO

QUADRO 11 - CANAIS DE DIVULGAÇÃO

Empreendimento	Plataforma
Centro Desportivo da Madeira	Facebook
	Instagram
	Google Business
Piscinas da Ribeira Brava	Facebook
	Instagram
	Google Business

Fonte: Ponta do Oeste

CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO EM 2025

Ao longo de 2025, foram implementadas diversas campanhas de comunicação e divulgação com o intuito de aumentar a visibilidade das infraestruturas, promover as suas atividades e aproximar os empreendimentos dos variados públicos. Estas ações tiveram como objetivo dar a conhecer os serviços disponíveis, valorizar os espaços e iniciativas promovidas, e evidenciar o papel destas infraestruturas na dinamização cultural, desportiva, social e turística.

A estratégia de comunicação recorreu a múltiplos canais de divulgação, incluindo meios institucionais e ações externas. Contudo, houve um investimento significativo nos meios digitais, aproveitando o seu potencial de alcance, a proximidade com o público e a capacidade de atualização contínua das informações.

Dentro deste enquadramento, as redes sociais assumiram um papel central, funcionando como a principal plataforma para a partilha de conteúdos informativos e promocionais. Por estas plataformas foram divulgados conteúdos relacionados com atividades, eventos, serviços, campanhas temáticas, informações úteis e outros materiais de interesse para os diversos públicos.

Os conteúdos publicados incluíram imagens, vídeos, notícias, publicações institucionais e promocionais, assim como partilhas e menções a outras entidades e iniciativas relevantes, contribuindo para ampliar o alcance das mensagens e reforçar a presença digital dos empreendimentos.

Assim, as campanhas de divulgação desenvolvidas ao longo do ano, com especial enfoque nos meios digitais e nas redes sociais, permitiram reforçar a notoriedade das infraestruturas, promover as suas valências e estimular a interação com a comunidade e com os diferentes públicos, consolidando a presença digital e o impacto dos empreendimentos.

CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO NO CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA

Durante o ano de 2025, as redes sociais do Centro Desportivo da Madeira (CDM) foram utilizadas como uma ferramenta central de comunicação e promoção digital, permitindo dar a conhecer a vasta oferta desportiva, os serviços disponíveis e aproximar o CDM dos diferentes públicos.

Uma das principais linhas de comunicação incidiu na divulgação das modalidades e oferta desportiva, através de publicações que destacaram as características, benefícios e potencialidades de cada prática desportiva disponível. Estas publicações tiveram como objetivo incentivar a participação ativa dos utilizadores, mostrando como a prática desportiva contribui para a saúde, bem-estar e desenvolvimento físico.

Paralelamente, foram partilhadas informações úteis sobre os serviços disponíveis, facilitando o acesso dos utentes às instalações e ao planeamento das atividades. A promoção de eventos realizados no CDM constituiu outra vertente importante, permitindo divulgar competições, torneios e atividades especiais que ocorreram ao longo do ano, reforçando a visibilidade da programação e incentivando a participação da comunidade.

As redes sociais foram também utilizadas para assinalar datas comemorativas relacionadas com o desporto e com a missão do CDM, reforçando a ligação à comunidade e celebrando momentos importantes no calendário desportivo e cultural.

No âmbito da interação com os utilizadores, foram destacados conteúdos partilhados pelos próprios utentes, promovendo o envolvimento da comunidade e valorizando experiências pessoais no centro. Este tipo de conteúdos contribuiu para ampliar o alcance das publicações e reforçar o caráter participativo das redes sociais do CDM.

A estratégia incluiu ainda a divulgação de conteúdos de clipping, com notícias relacionadas com o CDM e com o desporto regional, nacional e internacional, contribuindo para reforçar a notoriedade institucional e dar visibilidade às atividades e conquistas do centro.

Por fim, foram publicados outros conteúdos multimédia, incluindo imagens e vídeos promocionais, com o objetivo de valorizar visualmente as infraestruturas, modalidades e eventos, transmitindo de forma dinâmica as potencialidades do CDM.

Desta forma, as campanhas de divulgação desenvolvidas ao longo de 2025 permitiram reforçar a visibilidade do Centro Desportivo da Madeira nas plataformas digitais, promover a sua oferta desportiva e serviços, e aproximar o centro da comunidade e dos diferentes públicos,

consolidando o seu papel como infraestrutura de referência na promoção do desporto e do bem-estar na região.

CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA

Durante o ano de 2025, as redes sociais das Piscinas da Ribeira Brava foram utilizadas como uma ferramenta estratégica de comunicação e promoção digital, com o objetivo de dar a conhecer as instalações, os serviços disponíveis e as atividades desenvolvidas, aproximando as piscinas dos diferentes públicos e valorizando a prática da natação como atividade desportiva e recreativa.

Uma das principais linhas de comunicação incidiu na divulgação dos serviços e informações úteis, permitindo aos utilizadores conhecer horários, regras de funcionamento, condições de acesso e outras informações essenciais para a melhor experiência nas piscinas.

Foram igualmente partilhados conteúdos sobre a perspetiva histórica da natação, proporcionando aos seguidores uma visão educativa sobre a evolução desta prática desportiva na região, bem como os benefícios da natação, destacando as vantagens físicas, mentais e sociais da prática regular.

A promoção das instalações constituiu outra vertente importante, através de publicações que valorizaram os diferentes espaços, incentivando a visita e a utilização das piscinas. Estas ações foram complementadas com conteúdos relacionados com a oferta desportiva, evidenciando modalidades e atividades desenvolvidas para todas as idades e níveis de experiência.

As redes sociais também serviram para divulgar eventos realizados nas piscinas, desde competições e aulas especiais até atividades recreativas, reforçando a visibilidade da programação e incentivando a participação da comunidade. Ao longo do ano foram ainda assinaladas datas comemorativas relacionadas com o desporto, a natação e a vida saudável, reforçando a ligação da infraestrutura à comunidade local.

No âmbito da interação com o público, foram destacados conteúdos partilhados pelos utilizadores, permitindo mostrar experiências reais e valorizar a participação da comunidade, enquanto os conteúdos de *clipping* divulgaram notícias relevantes sobre as piscinas e o desporto regional, consolidando a notoriedade institucional.

Foram ainda publicados outros conteúdos multimédia, incluindo imagens, vídeos e dicas de natação, com o objetivo de transmitir de forma dinâmica os benefícios da prática, promover as instalações e tornar a comunicação mais educativa e atrativa para diferentes públicos.

Desta forma, as campanhas de divulgação desenvolvidas ao longo de 2025 contribuíram para reforçar a visibilidade das Piscinas da Ribeira Brava nas plataformas digitais, promover os

serviços, eventos e atividades desportivas, e aproximar o empreendimento da comunidade, consolidando-o como um espaço de referência para a prática da natação e a promoção do desporto na região.

3.2.5.2. REDES SOCIAIS

3.2.5.2.1. ANÁLISE E RESULTADOS 2025

3.2.5.2.1.1. CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA

FACEBOOK

Em 2025, a página de Facebook do Centro Desportivo da Madeira registou resultados relevantes em termos de alcance, interação e crescimento da comunidade digital, refletindo o impacto das campanhas de comunicação e divulgação desenvolvidas, com especial enfoque na promoção das instalações, modalidades desportivas e eventos realizados.

Durante o período em análise, os conteúdos publicados na página alcançaram 112,1 mil visualizações, número que representa a quantidade de vezes que os diferentes conteúdos — incluindo publicações, vídeos, histórias, reels e anúncios — foram apresentados ou reproduzidos pelos utilizadores da plataforma. Este indicador evidencia a capacidade das publicações em atingir um público amplo e reforçar a visibilidade do Centro Desportivo da Madeira no meio digital.

Em termos de interação com os conteúdos, registaram-se cerca de 2,5 mil interações, incluindo gostos, reações, comentários, partilhas e respostas às publicações. Este nível de envolvimento demonstra o interesse do público pelos conteúdos divulgados, nomeadamente aqueles relacionados com modalidades desportivas, eventos realizados, serviços disponibilizados e momentos marcantes da atividade desportiva ao longo do ano.

Relativamente à geração de tráfego, foram contabilizados 257 cliques em ligações, indicando que os utilizadores acederam a conteúdos complementares, informações adicionais sobre os serviços, atividades ou eventos do Centro Desportivo da Madeira, reforçando o papel do Facebook como canal de encaminhamento para informação detalhada.

A página registou igualmente 11 mil visitas, número que reflete o interesse dos utilizadores em consultar diretamente o perfil do Centro Desportivo da Madeira, procurando informações sobre as modalidades, horários, serviços e eventos disponíveis.

No que diz respeito ao crescimento da comunidade digital, foram registados 126 novos seguidores, elevando o total para 2 620 seguidores. Este crescimento demonstra o interesse crescente pelos conteúdos divulgados e pela presença digital do Centro Desportivo da Madeira.

Quanto ao perfil da audiência, verifica-se uma distribuição equilibrada entre o público masculino (50,1%) e feminino (49,9%), com predominância da faixa etária entre os 45 e os 54 anos, correspondente a um dos segmentos mais relevantes de utilizadores ativos das instalações desportivas.

Do ponto de vista geográfico, a maioria dos seguidores encontra-se em Portugal (92,6%), registando-se também presença internacional, nomeadamente no Reino Unido (2,2%) e em França (0,7%). Entre as principais cidades, destacam-se o Funchal (37,3%), a Ribeira Brava (15,6%) e o Caniço (4,2%), demonstrando uma forte ligação regional e local à comunidade desportiva.

De forma global, estes indicadores confirmam que a presença do Centro Desportivo da Madeira no Facebook tem contribuído de forma significativa para reforçar a visibilidade das instalações, promover as modalidades e eventos realizados e consolidar a interação com praticantes, visitantes e entusiastas do desporto, tanto a nível regional como nacional e internacional.

INSTAGRAM

Ao longo de 2025, o Instagram do Centro Desportivo da Madeira revelou-se uma ferramenta essencial para a comunicação e promoção das atividades e serviços disponibilizados pelo empreendimento, através da implementação de diversas campanhas digitais direcionadas para o público-alvo e para a comunidade desportiva.

Durante o período em análise, os conteúdos publicados na página alcançaram 85,5 mil visualizações, número que representa a quantidade de vezes que os diferentes conteúdos — incluindo publicações, stories, reels e anúncios — foram apresentados ou reproduzidos pelos utilizadores da plataforma. Este indicador demonstra a capacidade do Instagram em atingir um público alargado e reforçar a visibilidade do Centro Desportivo da Madeira no meio digital.

Em termos de interações, registaram-se 913 interações, incluindo gostos, comentários, partilhas e respostas aos conteúdos, evidenciando o envolvimento dos utilizadores com publicações relacionadas com modalidades desportivas, eventos realizados, informações úteis e momentos de destaque ao longo do ano.

Relativamente à geração de tráfego, foram contabilizadas 1,5 mil visitas ao perfil, evidenciando o interesse dos utilizadores em explorar o conteúdo publicado, conhecer horários, modalidades, serviços disponíveis e eventos realizados no Centro Desportivo da Madeira.

No que diz respeito ao crescimento da comunidade digital, foram registados 165 novos seguidores, elevando o total de seguidores para 568, reforçando o interesse contínuo pelo conteúdo e pelas atividades promovidas pelo espaço.

Quanto ao perfil da audiência, observa-se uma predominância do público masculino (64,7%), face ao feminino (35,3%), com destaque para a faixa etária entre os 35 e os 44 anos, um segmento ativo e representativo da prática desportiva e do acompanhamento das atividades digitais do Centro Desportivo.

Do ponto de vista geográfico, a maioria dos seguidores localiza-se em Portugal (71,3%), existindo também presença de público internacional, nomeadamente no Reino Unido (4%) e no Brasil (2,1%). Entre as principais cidades, destacam-se o Funchal (26,1%), a Ribeira Brava (9,2%) e o Caniço (5,1%), reforçando a relevância regional e local do empreendimento.

Estes resultados evidenciam que a presença do Centro Desportivo da Madeira no Instagram contribuiu de forma significativa para promover as suas atividades, fortalecer a interação com os utilizadores e valorizar as suas modalidades desportivas, consolidando a presença digital do espaço e aproximando-o da comunidade e dos diferentes públicos.

3.2.5.2.1.2. PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA

FACEBOOK

No decorrer de 2025, a página de Facebook das Piscinas da Ribeira Brava registou resultados significativos em termos de alcance, interação e crescimento da comunidade digital, refletindo o impacto das campanhas de comunicação e divulgação desenvolvidas, sobretudo nas redes sociais.

Durante o período em análise, os conteúdos publicados na página alcançaram 42,0 mil visualizações, número que representa a quantidade de vezes que os diferentes conteúdos — incluindo publicações, vídeos, stories, reels e anúncios — foram apresentados ou reproduzidos pelos utilizadores da plataforma. Este indicador demonstra a capacidade das publicações em atingir um público diversificado e reforçar a visibilidade das Piscinas da Ribeira Brava no meio digital.

Em termos de interações com os conteúdos, registaram-se 805 interações, englobando gostos, comentários, partilhas e respostas às publicações. Este nível de envolvimento evidencia o interesse do público pelos conteúdos divulgados, nomeadamente aqueles relacionados com eventos, atividades aquáticas, informações úteis sobre os serviços e momentos de destaque ao longo do ano.

Relativamente à geração de tráfego, foram contabilizados 33 cliques em ligações, demonstrando que parte dos utilizadores foi direcionada para outros conteúdos ou plataformas, reforçando o papel do Facebook como canal de encaminhamento para informações adicionais sobre as Piscinas da Ribeira Brava e os serviços disponibilizados.

A página registou ainda 4,9 mil visitas, indicador que reflete o número de vezes que os utilizadores acederam diretamente ao perfil das Piscinas da Ribeira Brava no Facebook para obter mais informações sobre horários, serviços, eventos e outros conteúdos relevantes.

No que diz respeito ao crescimento da comunidade digital, foram registados 88 novos seguidores, elevando o total de seguidores para 950, evidenciando o interesse contínuo dos utilizadores pelo conteúdo divulgado e pelas atividades promovidas pelo espaço.

Quanto ao perfil da audiência, observa-se uma predominância do público feminino (67,1%) face ao masculino (32,9%). As faixas etárias mais representativas são 35-44 anos para mulheres e 45-54 anos para homens, refletindo os segmentos que mais interagem com conteúdos relacionados com atividades de lazer e desporto aquático.

Do ponto de vista geográfico, a maioria dos seguidores encontra-se em Portugal (95,1%), havendo também presença de público internacional, nomeadamente no Reino Unido (2,3%) e em França (0,7%). Entre as principais cidades, destacam-se o Funchal (34,8%), a Ribeira Brava (20,2%) e o Campanário (6,4%), evidenciando uma forte ligação da página ao público local e regional.

De forma global, estes indicadores demonstram que a presença das Piscinas da Ribeira Brava no Facebook contribuiu para reforçar a visibilidade das instalações, promover os serviços e atividades aquáticas e consolidar a interação com a comunidade e os diferentes públicos, fortalecendo a ligação digital com utilizadores e visitantes.

INSTAGRAM

Em 2025, a página de Instagram das Piscinas da Ribeira Brava assumiu um papel estratégico na comunicação e promoção do espaço, servindo como uma plataforma dinâmica para divulgar atividades, serviços e conteúdos relacionados com o desporto aquático e lazer.

Durante o período em análise, os conteúdos publicados na página alcançaram 10,6 mil visualizações, refletindo o número de vezes que publicações, vídeos, reels e stories foram apresentados ou reproduzidos pelos utilizadores. Este indicador demonstra a capacidade da página em atingir e envolver um público diversificado, reforçando a presença das Piscinas da Ribeira Brava nas redes sociais.

Em termos de interação, registaram-se 153 interações com conteúdos, incluindo gostos, comentários, partilhas e respostas às publicações. Este nível de envolvimento evidencia o interesse do público pelos conteúdos divulgados, nomeadamente relacionados com atividades desportivas, eventos aquáticos e dicas úteis sobre os serviços disponibilizados.

Relativamente à geração de tráfego, foram contabilizados 10 cliques em ligações, demonstrando que alguns utilizadores foram direcionados para outros conteúdos ou plataformas, reforçando o papel do Instagram como canal de acesso a informações adicionais sobre as Piscinas da Ribeira Brava.

A página registou ainda 495 visitas, indicador que reflete o número de vezes que os utilizadores acederam diretamente ao perfil para consultar horários, serviços, eventos e outras informações relevantes.

No que diz respeito ao crescimento da comunidade digital, foram contabilizados 66 novos seguidores, elevando o total de seguidores para 197, evidenciando o interesse contínuo pelos conteúdos divulgados e pela atividade promovida nas piscinas.

Quanto ao perfil da audiência, observa-se uma predominância clara do público feminino (72,5%) face ao masculino (27,5%), com a faixa etária mais representativa entre os 35 e os 44 anos.

Do ponto de vista geográfico, a maioria dos seguidores localiza-se em Portugal (88,3%), com alguma presença internacional, nomeadamente no Reino Unido (2%) e na Bélgica (1%). Entre as principais cidades, destacam-se o Funchal (29,9%), a Ribeira Brava (17,3%) e o Campanário (6,1%), evidenciando uma forte ligação da página à comunidade local e regional.

Em síntese, os resultados obtidos no Instagram demonstram que a presença digital das Piscinas da Ribeira Brava contribuiu para reforçar a visibilidade do espaço, promover as atividades e

serviços aquáticos e consolidar a interação com os diferentes públicos, fortalecendo a comunicação com utilizadores locais e visitantes.

3.3. RISCOS ASSOCIADOS À ATIVIDADE

Os riscos devem-se a fatores tanto internos como externos a que a Ponta do Oeste não está imune.

Na atividade diária há uma preocupação de todos de evitar os riscos ao máximo quando controláveis.

3.3.1. RISCOS INTERNOS

A prevenção dos riscos internos tem como principal instrumento o Manual da Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do conhecimento de todos os trabalhadores e do público em geral, através da sua disponibilização no site das Sociedades de Desenvolvimento.

No ano de 2025, a Unidade de Gestão de Recursos Humanos levou a efeito várias ações de formação, as quais incidiram sobre o Código de Ética e Conduta dos trabalhadores das Sociedades de Desenvolvimento e abrangeram todos os trabalhadores ao serviço.

3.3.2. RISCOS EXTERNOS

A Ponta do Oeste está exposta a vários riscos externos como sejam condições políticas, económicas e de mercado, sociais, tecnológicas, legais ou regulamentares e ambientais, que constituem ameaças que na sua maioria não podem ser diretamente controladas.

Desde logo, a Madeira de um modo geral, e a zona oeste, de um modo muito particular, têm características singulares, com forte impacto da atividade turística no desenvolvimento sócio-económico da Região, onde pesa a exiguidade territorial e populacional, com impactos nos custos dos recursos e a sazonalidade das atividades no Centro Desportivo da Madeira e nas Piscinas da Ribeira Brava.

3.4. SITUAÇÃO ATUAL

3.4.1. ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA PONTA DO OESTE DE INTERESSE PÚBLICO

A Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 9 de janeiro, prossegue fins de interesse público e tem por objeto a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

Com objetivos definidos, procedeu à criação de infraestruturas, à implementação de equipamentos coletivos e à maximização dos recursos e das oportunidades, fundamentais ao desenvolvimento integrado da costa oeste da Madeira, no eixo Ribeira Brava - Calheta, rentabilizando os recursos endógenos na adequação de respostas às necessidades sentidas pela comunidade local e regional e promovendo a articulação entre serviços e estruturas locais, com vista à maximização de esforços na definição e concretização de planos integrados de desenvolvimento local.

Atendendo a que os municípios da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta apresentam características que indiciam ser concelhos de potenciais focos de investimento e progresso, foi, todavia, necessário, que se criassem um conjunto de mecanismos, por forma a permitir que o desenvolvimento se operasse de forma cautelosa, salvaguardando todo o seu espólio ambiental, patrimonial e natural.

Para a prossecução dos seus fins, nomeadamente no que se refere à construção e adaptação de infraestruturas, são conferidos à Ponta do Oeste, para além de outros que lhe venham a ser expressamente atribuídos por lei, os poderes para, segundo a lei, agir como entidade expropriante dos imóveis que foram e sejam necessários à prossecução do seu escopo social e, para o efeito, declarados de utilidade pública por resolução do Conselho do Governo Regional, designadamente:

- O direito de utilizar e administrar os bens do domínio público da Região Autónoma da Madeira que estejam ou venham a estar afetos ao exercício da sua atividade;
- Os poderes para proceder à gestão técnica, administrativa e financeira das intervenções operacionais incluídas nos Quadros Comunitários de Apoio para as intervenções estruturais comunitárias nos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta, mediante a celebração de contratos-programa com a Região Autónoma da Madeira e o Estado;
- Foi transferida para a Ponta do Oeste a posição contratual ocupada pela Região, pelo Governo Regional, ou por entidades públicas de âmbito regional e local, em contratos, ou posições em situações jurídicas decorrentes de atos unilaterais da Administração, mas aceites por pessoas jurídicas privadas, que visem a execução de empreendimentos, que constem de plano de atividades previamente aprovado em Conselho do Governo e referente às áreas de intervenção abrangidas pela Sociedade;

- As obras a realizar pela Ponta do Oeste ficaram sujeitas ao disposto no Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, e legislação complementar, no que respeita ao modo e às garantias de execução e conclusão de empreitadas e fornecimentos, subordinação do contratante às exigências do interesse público.

3.4.2. PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS

3.4.2.1. CONCELHO DA RIBEIRA BRAVA

3.4.2.1.1. CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA



O Centro Desportivo da Madeira é um espaço diversificado e com excelentes condições para a prática de várias modalidades desportivas.

Este espaço desportivo de excelência com as melhores condições para a prática de diversas modalidades cumpre o papel de dinamizador do desporto no concelho da Ribeira Brava e na Região, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

São várias infraestruturas, que podem ser utilizadas por desportistas de várias modalidades, federados ou ocasionais. O complexo desportivo oferece um campo principal de relva natural e outro sintético destinado não só à realização de treinos de modalidade, como também de atletismo, incluindo diversos equipamentos para saltos (altura, vara e comprimento) e lançamentos (disco e martelo). Em complementaridade a estes serviços dispõe ainda de um espaço polivalente para a prática de várias modalidades, como campo de ténis e de padel e com potencialidades adaptadas a várias práticas desportivas.

A pista de atletismo está homologada para a realização de competições regionais, nacionais e internacionais, tendo sido efetivada pela World Athletics, a entidade que rege a modalidade do atletismo a nível mundial.

A infraestrutura oferece a possibilidade de realização de várias atividades lúdico-desportivas, disponibilizando também circuito de manutenção com ciclovia, snack-bar, ginásio, balneários e diversas salas de apoio preparadas para acolher os visitantes da melhor forma.

Em complementaridade a estes serviços dispõe ainda de um campo polidesportivo coberto para a prática de várias modalidades, dois campos de ténis e dois de padel, com potencialidades adaptadas a situações formais e informais da prática desportiva. Dispõe também de um campo de futebol 5 em relva sintética.

Para além das possibilidades mais contemplativas de utilização de toda esta área desportiva e de lazer, da qual fazem parte elementos de água, zonas ajardinadas, zonas de lazer, o Centro Desportivo disponibiliza ainda um circuito de manutenção com ciclovia, um snack-bar, um ginásio, balneários, um edifício administrativo, salas de reunião/formação, bares de apoio, um consultório de psicologia, e um posto médico e diversos recantos preparados para acolher o visitante que garantem a segurança das pessoas.

3.4.2.2. PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA



Construídas em 2008, as Piscinas da Ribeira Brava disponibilizam condições para a prática de diversas atividades lúdico desportivas.

As Piscinas da Ribeira dispõem de uma piscina de 25 metros e um tanque de aprendizagem.

Este espaço oferece ainda um ginásio devidamente equipado, como também espaços autónomos que partilham a entrada e saída, estacionamento e zonas de serviços técnicos.

3.4.2.3. PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RIBEIRA BRAVA



O Parque de Estacionamento da Ribeira Brava foi construído para aumentar a oferta deste tipo de serviço no concelho, melhorando a organização do trânsito na Frente Mar.

Tem capacidade para 196 automóveis ligeiros e seis autocarros de turismo.

O edifício comporta ainda zonas de lazer e um restaurante.

3.4.2.4. FRENTE MAR DA RIBEIRA BRAVA



O projeto da Frente Mar da Ribeira Brava teve por objetivo a requalificação urbanística da Frente Mar, introduzindo melhorias na gestão de tráfego dos transeuntes, nas condições de acessibilidade e estacionamento, na recuperação e valorização do património edificado e na dinamização da zona balnear.

No âmbito do referido projeto, foi construído o túnel de ligação exterior à vila da Ribeira Brava, permitindo o desvio do trânsito do centro da vila, reabilitado o farol e o fortim, entre outras infraestruturas do centro da vila da Ribeira Brava.

3.4.3. CONCELHO DA PONTA DE SOL

3.5.2.1 FRENTA MAR DA MADALENA DO MAR



A frente-mar da Madalena do Mar é uma infraestrutura de apoio balnear, de acesso gratuito e universal, com pequenos quiosques de apoio.

As recentes obras de reabilitação paisagística e de infraestruturas da promenade, de acesso ao mar e do parque automóvel, tornando todo o espaço mais atrativo para usufruto da população e permite a realização de eventos socioculturais.

3.5.2.2 PALACETE DO LUGAR DE BAIXO



Edifício de grande importância arquitetónica, pois é um dos poucos imóveis de estilo romântico na Madeira, tem uma capela ainda hoje utilizada pelos locais para os serviços religiosos quotidianos. Em 2002, o Palacete do Lugar de Baixo foi alvo de obras de renovação dotando-o de excelentes condições para a sua utilização, reconvertido em 2018 em estabelecimento de alojamento local, com área de restauração e espaços próprios para realização de eventos.



3.5.2.3 FRENTE MAR DA LAGOA DO LUGAR DE BAIXO



A Lagoa do Lugar de Baixo tem características únicas dada a sua utilização por inúmeras espécies de aves migratórias como local de paragem e/ou de nidificação. Nesse âmbito, a Ponta Oeste desenvolveu um projeto eminentemente ambiental, tendo em vista o melhoramento e a retenção da lagoa. O projeto contempla igualmente um edifício composto por duas áreas de restauração com serviços de apoio às atividades balneares.

3.5.2.4 ZONA POENTE DO LUGAR DE BAIXO



Foram realizados estudos pelo LREC em parceria com o LNEC, que permitiram o desenvolvimento do projeto da primeira fase de renaturalização do espaço, que incluiu a demolição do edifício que apresentava risco de colapso e com limpezas e retiradas de detritos.

3.4.4. CONCELHO DA CALHETA

3.4.4.1. ZONA DESPORTIVA DO ARCO DA CALHETA



A Zona Desportiva do Arco da Calheta teve por objetivo colmatar a ausência de infraestruturas desportivas naquela freguesia. É composta por um pavilhão desportivo para a prática de várias modalidades e um parque urbano com uma ampla zona de lazer.

3.4.4.2. CENTRO DAS ARTES CASA DAS MUDAS



O edifício, premiado internacionalmente pela sua arquitetura e perfeita integração na paisagem, integra uma ampla área para exposições, auditório, biblioteca, loja, cafetaria, restaurante, área para ateliers e oficinas artísticas e estacionamento coberto.

Alberga o Museu de Arte Contemporânea, espaço gerido pela Secretaria Regional de Turismo e Cultura, correspondendo a uma relevante aposta na descentralização da oferta cultural na RAM.

3.4.4.3. PORTO DE RECREIO DA CALHETA



O Porto de Recreio da Calheta conta com 339 lugares de ancoradouro para diversos tipos de embarcações e motos de água, assegurando ainda um passadiço exclusivo para as marítimo-turísticas.

Conta com diversos serviços de apoio, designadamente lojas, restaurantes e ainda um estacionamento.

3.4.4.4. CENTRO CÍVICO DO ESTREITO DA CALHETA



Constituído por um edifício principal e um volume independente, com percurso fácil e cómodo para os visitantes, constitui-se como um polo de dinamização cívica e social que serve de apoio à criação e difusão de atividades culturais e de aproximação aos agentes locais.

3.4.4.5. CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO PARGO

O projeto da autoria do inglês Nick Faldo consiste na construção de um campo de 18 buracos numa zona perto do Farol da Ponta do Pargo.



Serão também criadas as melhores condições para o investimento na urbanização do aldeamento complementar.



A retoma da obra permite potenciar os recursos financeiros já investidos naquele local para permitir dinamizar a economia da Ponta do Pargo e incrementar o desenvolvimento da zona oeste da ilha, através de um segmento desportivo diferenciador como é o golfe.



4. PLANO DE INVESTIMENTOS

Na sequência da atual conjuntura económica e social, marcada pela incerteza quanto às expectativas de recuperação económica e aos melhores instrumentos para combater os efeitos da maior crise económica e financeira, no que respeita ao investimento da Ponta do Oeste, considerado numa ótica da aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva, esta Sociedade realizou várias intervenções nos empreendimentos e equipamentos sob a sua administração.

No que respeita ao investimento, considerado numa ótica da aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva, a Ponta do Oeste realizou várias intervenções nos empreendimentos sob a sua administração, no montante aproximado de 14,25 M.

Os investimentos realizados possibilitaram a reabilitação da infraestruturas e equipamentos e melhorar as condições de segurança e qualidade para todos os utentes.

Especial ênfase, para a continuidade da empreitada de Construção do Campo de Golfe da Ponta do Pargo e para a Revitalização da Área Balnear da Frente Mar da Ribeira Brava.

4.1. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

4.1.1. PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA

- Prestação de Serviços para manutenção anual dos equipamentos de extinção de incêndios das Piscinas da Ribeira Brava e CDM;



- Prestação de Serviços para manutenção preventiva e curativa do sistema de climatização e de segurança dos edifícios PRB e CMD;



- Prestação de Serviços para a manutenção e conservação dos Sistemas Automático de Detecção de Incêndio (SADI), Detecção de CO e de Intrusão e Roubo no empreendimento Piscinas da Ribeira Brava;



- Prestação de Serviços para a manutenção do sistema de aquecimento das águas (Bombas de Calor e Caldeiras) dos balneários e da piscina principal e de aprendizagem do empreendimento das Piscinas da Ribeira Brava;



4.1.2. CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA

- Manutenção anual dos equipamentos de combate a incêndios e geradora de emergência do CDM



- Prestação de Serviços para a manutenção do sistema de aquecimento das águas do empreendimento Centro Desportivo da Madeira;

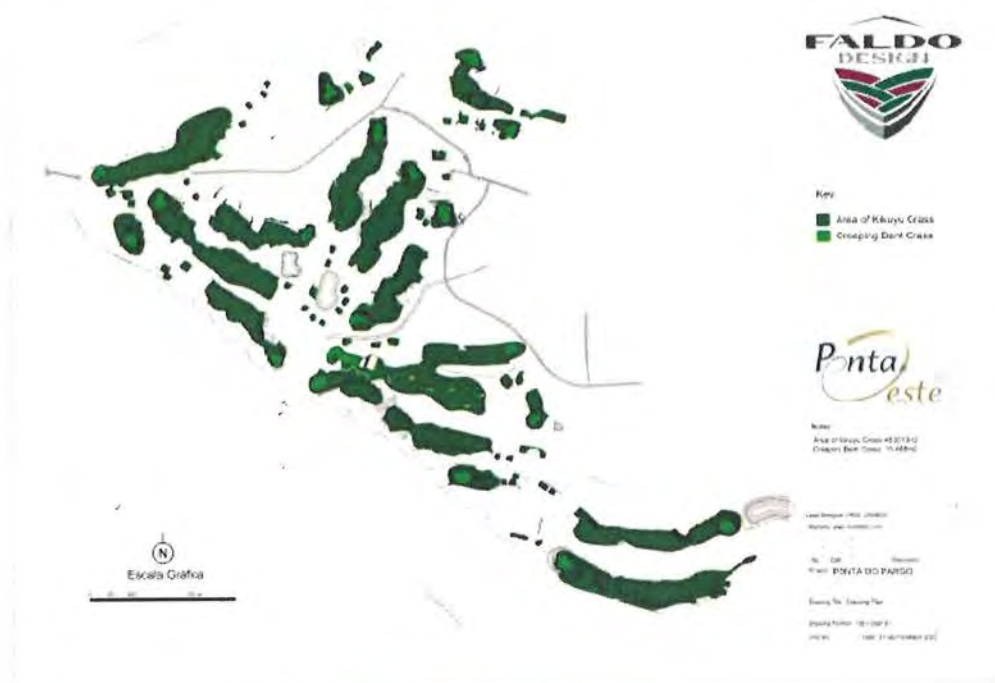


4.2. EMPREITADAS

4.2.1. CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO PARGO

Destaque para a continuação da Empreitada de Construção do Campo de Golfe da Ponta do Pargo.

Deu-se continuação à aquisição dos prédios rústicos e urbanos, necessários para a conclusão do campo. De igual forma, estão em fase de Estudos e Projetos a construção dos edifícios de apoio e edifício de manutenção do Campo.





Em resumo, os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

QUADRO 12 - INVESTIMENTOS

Unid.: €

Investimentos	2025	2024	2024/2025	
			€	%
REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	0,00	63 922,57	-63 922,57	-100,00%
REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA FRETE MAR CONTÍGUAS À FOZ DA RIBEIRA DA MADALENA DO MAR	0,00	0,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00%
CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO PARGO	7 261 663,18	4 599 647,78	2 662 015,40	57,87%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA E CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO BÁSICO	1 149,99	8 913,47	-7 763,48	-87,09%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICA	0,00	0,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5 146,20	0,00	5 146,20	100,00%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO LUGAR DE BAIXO	0,00	0,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DO ARCO DA CALHETA	0,00	0,00	0,00	0,00%

Investimentos	2025	2024	2024/2025	
			€	%
REABILITAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RIBEIRA BRAVA	0,00	0,00	0,00	0,00%
REVITALIZAÇÃO DA ÁREA BALNEAR DA FRENTE MAR DA RIBEIRA BRAVA	25 688,06	0,00	25 688,06	100,00%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DAS PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA	8 398,48	0,00	8 398,48	100,00%
Total	7 302 045,91	4 672 483,82	2 629 562,09	56,28%

Fonte: UGEI/UGF

O investimento global da Ponta do Oeste, S.A. em 2025 ascendeu a 14 253 746,00 €. Destaque para a execução do projeto referente ao Campo de Golfe da Ponta do Pargo, que representou 98% do investimento total.

Quanto aos demais investimentos previstos e com fraca ou nula execução, destaque para:

- REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA - O valor definido e orçamentado depende da disponibilidade financeira, através de receitas próprias. Considerando a reabilitação estrutural efetuada, em 2023-2024 e face ao regime de duodécimos até junho, não foi lançado nenhum procedimento.
- EFICIENCIA ENERGETICA - Estava prevista a execução do projeto de implantação de medidas de eficiência energética nos empreendimentos do Centro Desportivo da Madeira e Piscinas da Ribeira Brava, participada por fundos comunitários através da FF – 4MA, o qual não abriu em 2025.
- EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - Valor orçamentado e residuais para reposição/substituição de equipamentos.
- Os restantes projetos, nomeadamente Reabilitação da Zona Desportiva do Arco da Calheta, Reabilitação das Infraestruturas e Equipamentos do Lugar de Baixo e Reabilitação do Parque de Estacionamento da Ribeira Brava, todos com fundo de financiamento 513, não tiveram execução orçamental por condicionamentos financeiros advindos da execução orçamental em regime duodecimal.

QUADRO 13 - FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Unid.:€

Investimentos	2025	2024	2024/2025	
			€	%
FF 513 - RP do ano - Com outras origens	20 382,73	8 913,47	- 11 469,26	128,67%
FF 392 – Fundo de coesão nacional	5 045 461,55	992 884,43	4 061 577,12	409,07%
FF 381 - RG	2 140 523,29	2 272 096,67	-131 573,38	-5,79%
FF 382	0,00	175 737,56	-175 737,56	-100,00%
FF 387 – Receitas Gerais – Jogos sociais	20 000,00	0,00	20 000,00	100,00%
FF 522 - Saldos de RP transitados - Com outras origens (A)	66 678,34	1 222 851,69	-1 156 173,35	-94,55%
FF 4MA – Fundos Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	7 302 045,91	4 672 483,82	2 629 562,09	56,28%

Fonte: UGF

QUADRO 14 - INVESTIMENTO 2025

Investimento/ Projeto	PAO 2025	Realizado 2025	% Cumprimento
REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA FRENTE MAR CONTÍGUAS À FOZ DA RIBEIRA DA MADEIRA DO MAR	5.000,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	111 595,00	0,00	0,00%
CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO PARGO	12 965 676,00	7 261 633,18	56,01%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA E CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	61 500,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO BÁSICO	18 300,00	1 149,99	6,28%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICA	18 300,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	6 100,00	5 146,20	84,36%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO LUGAR DE BAIXO	25 000,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DO ARCO DA CALHETA	40 000,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RIBEIRA BRAVA	5 000,00	0,00	0,00%
REVITALIZAÇÃO DA ÁREA BALNEAR DA FRENTE MAR DA RIBEIRA BRAVA	13 500,00	25 688,06	190,28%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DAS PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA	5 000,00	8 398,48	83,98%

Investimento/ Projeto	PAO 2025	Realizado 2025	% Cumprimento
Total	13 274 971,00	7 302 045,91	51,23%

Fonte: UGEI/UGF

A realização comparativamente ao previsto ficou a dever-se essencialmente à aquisição dos terrenos e ao andamento da empreitada para o Campo de Golfe da Ponta do Pargo.

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

De destacar o Enquadramento Macroeconómico no ano 2025 no contexto nacional, em que o Produto Interno Bruto (PIB) no conjunto do ano 2025, registou um crescimento de 1,9%.

A procura interna subiu, comparativamente ao período homólogo, apresentando um contributo positivo para a variação anual do PIB, superior ao ano transato. O contributo da procura externa líquida foi mais negativo em 2025, tendo as exportações de bens e serviços em volume desacelerado mais intensamente que as importações de bens e serviços⁸.

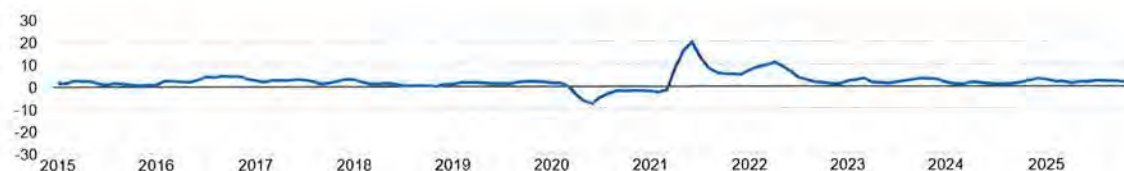
A taxa de desemprego⁹ foi de 5,8%, e a população empregada continuou em crescimento, registando um crescimento de 3,2% comparativamente ao ano anterior.

A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente.

No contexto da Região Autónoma da Madeira e, de acordo com os dados mais recentes do Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE)¹⁰, observamos que a atividade económica regional até novembro de 2025, manteve-se em crescimento.

GRÁFICO 1 - INDICADOR REGIONAL DE ATIVIDADE ECONÓMICA

Média móvel 3 meses (%)



⁸https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=706214887&DESTAQUESmodo=2

⁹https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=645506474&DESTAQUESmodo=2

¹⁰ O Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE) é um instrumento de síntese que tem como objetivo facilitar o acompanhamento atempado da evolução da economia regional, nomeadamente no que se refere à sua direção e magnitude das flutuações, não se apresentando como um substituto de outras estatísticas oficiais, nomeadamente no que se refere à taxa de variação homóloga do Produto Interno Bruto (PIB).

Fonte: DREM

O IRAE, que mede a evolução da atividade económica, por comparação com o período homólogo, manteve-se em crescimento¹¹, sendo que o setor do turismo foi o que contribuiu significativamente para este desempenho. No final do 3.º trimestre de 2025¹², a dívida bruta da Administração Pública Regional (APR) situava-se em 4 907,4 milhões de euros, tendo diminuído cerca de 313,6 milhões de euros (-6,0%) face ao final do trimestre anterior e recuado 112,6 milhões de euros (-2,2%) comparativamente ao período homólogo.

O PIB regional em 2025 prevê ultrapassar o limiar dos 8 milhões de euros¹³.

A taxa de desemprego, em 2025, fixou-se nos 4,9 %, valor inferior em 0,4 p.p. face ao ano anterior, conforme podemos observar no gráfico infra:

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO



Fonte: DREM

Os resultados do Inquérito ao Emprego¹⁴ relativos ao 4.º trimestre de 2025, indicam uma taxa de desemprego na RAM, estimada em 4,9%.

5.1. RECEITAS OPERACIONAIS

As receitas obtidas no ano 2025 ascenderam 600 465,33 €, resultantes da imputação dos subsídios ao investimento e das concessões de exploração de espaços tutelados pela Ponta do Oeste.

¹¹ <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/conjuntura/indicador-regional-de-atividade-economica/noticias-irae/5628-16-02-2026-em-novembro-de-2025-a-economia-regional-manteve-a-trajetoria-de-crescimento-ainda-que-a-um-ritmo-mais-moderado.html>

¹² <https://www.dnoticias.pt/2025/12/3/472706-pib-da-madeira-vai-ultrapassar-os-8040-milhoes-em-2025/>

¹³ "PIB da Madeira vai ultrapassar os 8.040 milhões em 2025" — DNOTÍCIAS. Ph<https://www.dnoticias.pt/2025/12/3/472706-pib-da-madeira-vai-ultrapassar-os-8040-milhoes-em-2025/T>

¹⁴ <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/social/merctrab-pt/merctrab-ie-pt/merctrab-ie-noticias-pt/5603-04-02-2026-ie.html>

QUADRO 15 - PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS

Receitas Operacionais	2025	2024	Variação
			%
Vendas	83,43	7 131,30	-98,83%
Prestações de serviços	600 381,90	670 024,18	-10,39%
TOTAL	600 465,33	677 155,48	-11,33%

Fonte: Opção Divina

5.2. GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos do ano 2025 ascenderam a 1 073 595,46€, apresentando uma redução de 1,01%, comparativamente ao ano anterior.

QUADRO 16 - GASTOS OPERACIONAIS

Gastos Operacionais	2025	2024	Variação
			%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(46,80)	(14 437,18)	-99,68%
Fornecimentos e serviços externos	(267 023,11)	(287 693,58)	-7,18%
Gastos com o pessoal	(806 525,55)	(782 456,72)	3,08%
Total	(1 073 595,46)	(1 084 587,48)	-1,01%

Fonte: Opção Divina

A rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresentou uma diminuição muito significativa, passando de 14.437,18 euros em 2024 para apenas 46,80 euros em 2025, o que corresponde a uma redução de 99,68%. Esta variação expressiva reflete, uma menor necessidade de aquisição de mercadorias ou materiais.

Os Fornecimentos e serviços externos registaram também uma redução, embora de menor dimensão, diminuindo 7,18% face ao ano anterior. Em 2025, estes custos totalizaram 267.023,11 euros, comparativamente aos 287.693,58 euros registados em 2024, evidenciando maior eficiência na utilização de serviços externos ou renegociação de condições contratuais.

O acréscimo dos gastos com o pessoal, resulta das atualizações salariais decorrentes da lei, bem como, pela atribuição de um cargo de chefia.

5.3. RECURSOS HUMANOS

Para o exercício das suas atividades, a Ponta do Oeste dispõe de um quadro de pessoal qualificado, cujos principais da atividade social da empresa ao longo do ano de 2025 estão sucintamente indicados.

QUADRO 17 - RECURSOS HUMANOS

Unid.:€

Recursos Humanos	2025	2024	2024/2025	
			€	%
a) Gastos com Órgãos Sociais	48 760,28	41 573,14	7 187,14	17%
b) Gastos com cargos de Direção	144 248,00	85 522,52	58 725,48	69%
c) Vencimento do pessoal	462 990,52	504 684,58	- 41 694,06	-8%
(i) Vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal	383 709,94	425 343,47	- 41 633,47	-10%
(ii) Outros subsídios	79 280,58	62 831,27	16 449,31	26%
(iii) Valorizações Remuneratórias	0,00	16 509,84	-16 509,84	-100%
d) Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0%
e) Ajudas de Custo	1 066,53	1 897,24	- 830,71	-44%
f) Restantes Encargos dos quais formação profissional	149 460,16	148 779,24	680,92	0,5%
g) Rescisões/indeminizações	0,00	0,00	0,00	0%
Gastos totais com pessoal= (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	806 525,55	782 456,72	24 068,83	3%
Designação				
Nº Total Recursos Humanos (O. S+ Cargos de Direção + Trabalhadores)	46	46	0	0%
Nº Órgãos Sociais (O.S) (número)	5	4	1	25%
Nº Cargo de direção sem O.S. (número)	3	2	1	50%
Nº trabalhadores sem O.S e sem cargos Direção (número)	38	40	-2	-5%

Fonte: Ponta do Oeste

Verificou-se um acréscimo de 17% nos Gastos com os Órgãos Sociais, decorrente do aumento do número de vogais executivos e da atualização das remunerações fixadas por lei.

Os gastos com Cargos de Direção registaram um aumento de 69%, justificado pela atribuição de uma comissão de serviço a um Técnico Superior para o exercício do cargo de Chefe de Divisão, bem como pelas atualizações remuneratórias legalmente determinadas para os cargos de Direção e Chefia.

Os restantes aumentos nos Gastos com Recursos Humanos resultaram das atualizações salariais impostas por lei.

5.4. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

QUADRO 18 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Unid €

Fornecimentos e Serviços Externos	2025	2024	Variação	
			Valor	%
Tabalhos Especializados	625,00	68645	(68 020,00)	-99,09%
Publicidade e propaganda	4 335,39	3 766,83	568,56	15,09%
Conservação e reparação	11751,07	6348,9	5 402,17	85,09%
Outros	99 074,82	38 299,55	60 775,27	158,68%
Materiais	4 754,52	3 729,01	1 025,51	27,50%
Electricidade	84 012,14	88 823,01	(4 810,87)	-5,42%
Combustíveis	8 900,98	8 968,99	(68,01)	-0,76%
Água	24 054,94	28 761,92	(4 706,98)	-16,37%
Deslocações, Estadas e Transportes	678,00	-	678,00	100,00%
Comunicação	1 322,87	2 412,29	(1 089,42)	-45,16%
Seguros	5 963,25	5 908,34	54,91	0,93%
Limpeza, higiene e conforto	4 471,98	220,26	4 251,72	1930,32%
Outros serviços	17 078,15	31 809,48	(14 731,33)	-46,31%
Total	267 023,11	287 693,58	(20 670,47)	-7,18%

Fonte: Opção Divina

Nos FSE, registou-se uma redução em praticamente todas as rubricas, à exceção das rubricas da Água, Comunicação e Seguros.

5.5. ESTRUTURA DE RESULTADOS

QUADRO 19 – ESTRUTURA DE RESULTADOS

Demonstração dos Resultados	2025	2024	Variação
			%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	357 027,18	2 627 958,88	-86,41%
Resultado Operacional/ Resultado antes de Imposto	(1 713 678,42)	(1 453 199,45)	-17,92%
Resultado Líquido do Período	(1 713 966,71)	(1 453 762,60)	-17,90%

Fonte: Opção Divina

5.5.1. RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, são positivos, atingindo o valor de 357 027,18€.

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 1 713 966,71€, resultado este muito influenciado pelas amortizações do exercício.

5.6. ENDIVIDAMENTO

Em 2025 foi celebrado um contrato de mútuo com o acionista RAM no montante de 57 266 666,59€.

Posteriormente, em Assembleia Geral realizada no dia 18 de agosto de 2025, foi autorizada a conversão do referido contrato em prestações acessórias e extinguiu-se o endividamento junto da banca comercial existente na Ponta do Oeste, S.A.

5.7. ESTRUTURA PATRIMONIAL

QUADRO 20 – ESTRUTURA PATRIMONIAL

Rubricas	2025	2024	Variação %
ATIVO			
ativo não corrente	160 843 127,92	155 646 440,24	3,34%
Ativo corrente	3 689 578,61	2 405 234,74	53,40%
TOTAL DO ATIVO	164 532 706,53	158 051 674,98	4,10%
património líquido			

Rubricas	2025	2024	Variação %
Património/Capital	116 074 640,00	108 315 815,00	7,16%
Outros instrumentos de capital próprio	589 112,23	66 165 391,48	-99,11%
Prémios de emissão	-	0,69	-100,00%
Resultados transitados	(79 830,33)	(114 219 466,93)	-99,93%
Outras variações no património líquido	34 412 826,52	27 331 582,23	25,91%
Resultado líquido do período	(1 713 966,71)	(1 453 762,60)	17,90%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	149 282 781,71	86 139 559,87	73,30%
PASSIVO			
Passivo não corrente	6 940 325,13	63 640 809,08	-89,09%
Passivo corrente	8 309 599,69	8 271 306,03	0,46%
TOTAL DO PASSIVO	15 249 924,82	71 912 115,11	-78,79%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO	164 532 706,53	158 051 674,98	4,10%

Fonte: Ponta do Oeste

O quadro acima evidencia a evolução da situação patrimonial no período de 2025/2024.

O Ativo total aumentou 4,10%, passando de 158.051.674,98 euros em 2024 para 164.532.706,53 euros em 2025. Este crescimento resulta sobretudo da evolução positiva das seguintes componentes:

Ativo não corrente: aumentou 3,34%, situando se em 160.843.127,92 euros, refletindo essencialmente investimentos realizados.

Ativo corrente: registou uma variação de 53,40%, subindo para 3.689.578,61 euros. Este aumento está relacionado com melhorias ao nível da tesouraria.

O património líquido apresentou uma variação muito significativa, aumentando 73,30%, passando de 86.139.559,87 euros em 2024 para 149.282.781,71 euros em 2025..

O principal fator para este crescimento foi devido a operação harmónio decorrida no final do ano 2025.

O Passivo total apresentou uma redução de 78,79%, passando de 71.912.115,11 euros em 2024 para 15.249.924,82 euros em 2025.

Passivo não corrente: diminuiu de forma acentuada (-89,09%), situando-se em 6.940.325,13 euros, evidenciando a amortização de responsabilidades de médio e longo prazo.

5.7.1. PATRIMÓNIO/CAPITAL

A Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. é uma sociedade anónima com capital não admitido à cotação em mercados regulados.

O capital, no valor de 116 074 640,00 euros, é composto por 23 214 928,00 ações de valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se, todo realizado.

A rubrica de Património/Capital, à data de relato, decompõe-se da seguinte forma:

QUADRO 21 – PATRIMÓNIO

Entidade	% Participação	Património Subscrito	Património Realizado
Região Autónoma da Madeira	100,00%	116 074 640,00	116 074 640,00
Total	100,00%	116 074 640,00	116 074 640,00

Fonte: Opção Divina

5.7.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

As variações registadas no Património Líquido compreendem essencialmente o resultado apurado no corrente exercício, conforme:

QUADRO 22 – VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Património Líquido	Saldo Inicial	Aplicação Resultado Líquido	Aumento	Diminuição	Saldo Final
Património / Capital	108 315 815,00	-	116 074 640,00	108 315 815,00	116 074 640,00
Outros instrumentos de capital próprio	66 165 391,48	-	57 855 774,59	123 432 053,84	589 112,23
Prémios de emissão	0,69	-	-	0,69	-
Resultados Transitados	(114 219 466,93)	(1 453 762,60)	115 673 229,53	79 830,33	(79 830,33)
Outras variações no património Líquido	27 331 582,23	-	9 403 923,27	2 322 678,98	34 412 826,52
Resultado Líquido	(1 453 762,60)	1 453 762,60	-	1 713 966,71	(1 713 966,71)
Total	86 139 559,87	-	299 007 567,39	235 864 345,55	149 282 781,71

Fonte: Opção Divina

De referir que, em dezembro, foi deliberada a operação Harmónio, a qual consiste na cobertura integral dos prejuízos acumulados através de uma deliberação de redução do capital social a zero e da utilização dos saldos de prestações acessórias e de prémios de emissão. Em anexo, documento com a justificação técnica detalhada.

Posteriormente, foi igualmente deliberado o aumento do capital social mediante a conversão parcial do saldo de prestações acessórias já constituídas, no montante de €116 074 640,00, pelo acionista RAM.

A rubrica de outras variações no Património Líquido inclui:

QUADRO 23 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Outras variações património líquido	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Diferenças conversão de demonstrações financeiras	(142 638,81)	(142 638,81)
Subsídios ao investimento - Saldo Inicial	32 208 934,46	25 991 335,47
Subsídios ao investimento - Aumentos	8 526 112,16	3 062 686,50
Imputação do Subsídio ao Investimento	(878 685,23)	(1 324 250,83)
Imputação Passivo - imposto Diferido	(5 300 896,06)	(255 550,10)
Total	34 412 826,52	27 331 582,23

Fonte: Opção Divina

6. PERSPETIVAS FUTURAS

A Ponta do Oeste contratualizou um contrato de mútuo com o acionista para fazer face à dívida resultante da cessão da posição contratual, posteriormente convertido em prestações acessórias.

O ano ficou marcado pela realização da operação harmónio¹⁵, permitindo a reestruturação do capital e a continuação da fusão que se concretizará em 2026, conforme melhor descrito no PAO - Plano de Atividades e Orçamento para 2026 e no documento anexo ao PAO 2026, intitulado “Operação de fusão das Sociedades de Desenvolvimento – Estudo de viabilidade Económico-Financeira (EVEF)”.

Encontra-se previsto um processo de fusão por incorporação das sociedades de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, incluindo a SDPO – Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste, S.A., na SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., o qual se estima vir a concretizar durante o exercício de 2026, no âmbito do processo de reestruturação e racionalização do setor empresarial público regional, tendo sido elaborado o respetivo estudo de viabilidade económico-financeira que sustenta a referida operação. Não obstante, à data de 31 de dezembro de 2025, a Sociedade mantém a sua autonomia jurídica e operacional, não existindo qualquer decisão de cessação de atividade. Neste contexto, e tendo em consideração a natureza da operação, que consubstancia uma

¹⁵ Memorandum em anexo.

reorganização societária sem impacto na continuidade das operações, a mesma não coloca em causa a aplicação do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas incertezas materiais que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade em prosseguir a sua atividade no futuro previsível.

Prevê-se que o financiamento da atividade corrente da empresa seja efetuado através de receitas próprias e para o investimento na reabilitação das infraestruturas e equipamentos, aliados à sustentabilidade e ao governo eletrónico, através de verbas provenientes do Fundo de Coesão Nacional, contratualizadas através de contratos programa com o Governo Regional e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

De salientar que desde janeiro de 2014, a Ponta do Oeste está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que obriga a que a gestão da tesouraria e as decisões que envolvem a contração de despesa, são muito criteriosas.

A Madeira tem características singulares, próprias de uma região insular e ultraperiférica, com forte impacto na atividade empresarial.

Desde logo, a exiguidade territorial e populacional, com impactos nos custos dos recursos, não obstante este fator estar cada vez mais esbatido fruto das políticas do Governo Regional.

Não obstante, os *gastos de outra natureza* serão sempre incontroláveis, não só porque dependem de fatores externos à vontade da sociedade, mas também porque resultam de imposições legais, como por exemplo as depreciações, cujo valor tem uma representatividade elevada no cômputo global dos gastos.

Pelos motivos expostos, a estratégia do acionista de unificar a gestão das quatro sociedades de desenvolvimento foi um passo importante na redução dos gastos, não só pela diminuição dos valores pagos a título de remuneração do Conselho de Administração, em 75%, mas também como pelos benefícios que a partilha de recursos entre aquelas entidades e adoção de políticas de gestão uniformes veio imprimir à estrutura de gastos das Sociedades.

Nesta sequência, as opções estratégicas adotadas pela administração da Ponta do Oeste, no sentido de implementar procedimentos internos que visam explorar, em primeiro lugar, a

aplicação dos recursos internos disponíveis, e só recorrer à aquisição de bens e serviços quando se conclua pela sua inexistência internamente, são de extrema importância e serão continuadas.

Acrescerão a estas, as definidas para 2026, nomeadamente:

- Implementação de medidas de eficiência energética que permitam a redução dos consumos de energia;
- Revisão dos contratos de manutenção e assistência técnica numa ótica de gestão conjunta, com economias na negociação de contratos
- Continuação da implementação da *Governance eletrónica*.

Os rendimentos gerados provêm maioritariamente da exploração dos espaços concessionados e da utilização das infraestruturas com gestão própria (Centro Desportivo da Madeira e Piscinas da Ribeira Brava) da Ponta do Oeste.

Pelo contrário, os fins públicos a que o acionista submete a Ponta do Oeste, acometendo à empresa a responsabilidade pelo desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos da Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava, com enfoque na realização de fins de interesse público, condiciona a definição de preços a cobrar e, consequentemente, o nível de rendimentos desejável para a sua autonomia financeira.

A estratégia defendida pelo acionista RAM para as quatro Sociedades de Desenvolvimento¹⁶ passa por um processo de fusão das mesmas, que se prevê venha a ocorrer no decurso do ano de 2026.

Salientamos que se encontra concluído o processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a ser repercutidos contabilisticamente no processo de fusão das Sociedades.

Os primeiros passos foram dados em 2011 com a nomeação de um único Conselho de Administração para as quatro sociedades e com a gradual integração de funções na área administrativa e operacional, aproveitando as sinergias assim criadas.

¹⁶ Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA, Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, SA e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA.

Posteriormente, em 2016, a RAM adquiriu as participações sociais detidas pelos Municípios em três das Sociedades de Desenvolvimento – para além da SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., as detidas na Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona do Oeste, S.A. e da SDNM – Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.

Já em 2026, a RAM passou a ser a acionista única da SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo.

6.1. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

As perspetivas futuras para a evolução da atividade da Ponta do Oeste, que se prevê seja incorporada noutra Sociedade¹⁷, passam fundamentalmente pela continuidade do trabalho programado e implementação das Atividades e Orçamento para 2026, pela consolidação das iniciativas previstas e pela realização física dos investimentos projetados, materializadas na fusão, com a salvaguarda dos direitos e obrigações das Sociedades incorporadas e dos direitos dos trabalhadores, nos termos legais.

Na projeção da atividade deverá ainda ser tido em consideração a natureza da própria Ponta do Oeste e a sua finalidade que, nos termos estatutários, deve garantir a prossecução de fins de interesse público, paralelamente aos objetivos de exponenciação dos proveitos.

Se é verdade que muitos dos ativos da Ponta do Oeste podem ser rentabilizados a preços de mercado, também é verdade que, por decisão do acionista e imposição dos estatutos, deverão ser salvaguardados os fins públicos que estão na génese da criação da Sociedade e que obstaculizam a obtenção de resultados líquidos desejáveis a uma qualquer sociedade comercial.

Em suma, a vertente empresarial da Ponta do Oeste é fundamental para que, numa perspetiva comercial, se possa diligenciar uma atuação que permita potenciar ao máximo a rentabilidade dos ativos, mas só poderá ser assegurada se assumido pelo acionista, o diferencial entre custo efetivo dos serviços públicos¹⁸ considerados pelo acionista como essenciais para o

¹⁷ Justificação no documento já citado Operação de fusão das Sociedades de Desenvolvimento – Estudo de viabilidade Económico-Financeira (EVEF)''

¹⁸ Bem vincado nos valores praticados nos diversos empreendimentos desportivos e culturais da Ponta do Oeste, bem como, na disponibilização de ativos de acesso livre à população.

desenvolvimento¹⁹ dos concelhos referidos e o custo efetivo dos mesmos, sem descurar as obrigações de serviço público.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

As demonstrações financeiras separadas relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2025 evidenciam um resultado líquido negativo de 1 713 966,71euros.

Nesta medida, nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais e no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2025 seja transferido para a conta de resultados transitados.

Aprovado por deliberação n.º 29/2026 do Conselho de Administração

O Conselho de Administração,

A Presidente,



(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

Os Vogais Executivos,



(Fátima Carvalho Correia)



(Elias Homem de Gouveia)

¹⁹ Conforme determinado nos estatutos da Ponta do Oeste.

8. ANEXO I

8.1. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

QUADRO 24 – RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2024	CUMPRIMENTO S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO/ IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
Objetivos de Gestão ²⁰	S	S	2
Metas a atingir constantes no PAO 2024	S	S	2
Atividades Previstas	S	S	3
Princípios financeiros de referência			
Contratos- programa, contratos de prestação de serviço publico			
Investimento	S	S	4
Gastos com o Pessoal e Mapa de Pessoal	S	S	Quadro 25
Nível de Endividamento	S	S	5.6
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	S	Quadro 38
Gestão do Risco Financeiro	S	S	Quadro 39/40
Limites de Crescimento do Endividamento	S	S	8.5.1
Evolução do PMP ²¹ a fornecedores	S	S	Quadro 41
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	S	8.9
Recomendações dos Acionistas na última aprovação de contas - Resultados obtidos	S	S	8.10
Recomendações/Reservas emitidas na última CLC	S	S	8.11
Orientações sobre as Remunerações/honorários	S	S	8.12
Atribuição de prémios de gestão	NA	NA	
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2025 (se aplicável)	S	S	...
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2025 (se aplicável)	NA	NA	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2025 (se aplicável)	NA	NA	
Aplicação do artigo 24.º-A do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira	S	NA	
Não utilização de cartões de crédito	S	NA	

²⁰ Indicar cada objetivo de gestão da empresa

²¹ Prazo Médio de Pagamento

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2024	CUMPRIMENTO S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO/ IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
Aplicação do artigo 24.º-A do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira	S	NA	
Não utilização de cartões de crédito	S	NA	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	NA	
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	S	
Valor máximo de despesas associadas às viaturas de serviço	NA	NA	
Despesas não documentadas ou confidenciais -nº 2 do artigo 15.º do RJSERAM e do artigo 8.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira	S	NA	
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	S	
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	S	
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	S	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	NA	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	S	
Medidas de otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas	NA	NA	
Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (artigo 65.º do DLR n.º 2/2025/M, ORAM 2025)	S	S	
Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	S	S	
Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade, conforme determina o artigo 48.º do RJSERAM	S	S	
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014	S	S	
Elaboração e divulgação da Demonstração não financeira	NA	NA	Artigo 66.º-B do CSC
Informação a constar no site da empresa			

Fonte: Ponta do Oeste

8.1.1. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS DETALHADO

8.1.1.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

Para o ano de 2024 não foram definidos objetivos de gestão. Foram seguidas as orientações estratégicas de gestão, aprovadas pela Resolução do Conselho de Governo n.º 75/2022, de 18 de fevereiro e melhor descritas no ponto 2 – Estratégia e Objetivos.

8.1.1.2. ATIVIDADES PREVISTAS

O cumprimento das atividades previstas no PAO 2025 encontram-se sumariamente descritas no ponto 3 – Atividade.

8.2. PRINCÍPIOS FINANCEIROS DE REFERÊNCIA

QUADRO 25 – PRINCÍPIOS FINANCEIROS PAO 2025

Princípios financeiros de referência	PAO 2025	Realizado 2025	% Cumprimento
Resultados Operacionais	- 2 659 084,52 €	- 1 713 678,42 €	64%
Resultado Líquido do Exercício	- 2 659 584,52 €	- 1 713 966,71 €	64%
EBITDA	860 063,00 €	357 027,18 €	42%

Fonte: Ponta do Oeste

8.3. INVESTIMENTOS

QUADRO 26 – PLANO DE INVESTIMENTOS

Investimento/ Projeto	PAO 2025	Realizado 2025	% Cumprimento
REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA FRENTE MAR CONTÍGUAS À FOZ DA RIBEIRA DA MADALENA DO MAR	5.000,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	76 595,00	0,00	0,00%
CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO PARGO	13 981 951,00	7 261 633,18	51,94%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA E CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	61 500,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO BÁSICO	18 300,00	1 149,99	6,28%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICA	18 300,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	6 100,00	5 146,20	84,36%

Investimento/ Projeto	PAO 2025	Realizado 2025	% Cumprimento
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO LUGAR DE BAIXO	20 000,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DO ARCO DA CALHETA	17 500,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RIBEIRA BRAVA	5 000,00	0,00	0,00%
REVITALIZAÇÃO DA ÁREA BALNEAR DA FRENTE MAR DA RIBEIRA BRAVA	33 500,00	25 688,06	76,68%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DAS PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA	10 000,00	8 398,48	83,98%
Total	14 253 746,00	7 302 045,91	53,23%

8.4. GASTOS COM O PESSOAL E MAPA DE PESSOAL

QUADRO 27 – EXECUÇÃO CUSTOS COM PESSOAL PREVISTOS NO PAO 2025

Conta SNC	Princípios financeiros de Referência	PAO 2025	Realizado 2025	% Cumprimento
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	33 733,00	59 424,60	176,16%
632	Remunerações do pessoal	702 176,00	597 640,79	85,11%
63211	Remuneração base	502 783,00	439 552,12	87,42%
63212	Subsídio de férias	43 953,00	43 522,37	99,02%
63213	Subsídio de Natal	43 953,00	38 893,63	88,49%
63214	Despesas de Representação	16 443,00	5 989,88	36,43%
63215	Subsídio de Refeição	50 953,00	37 094,67	72,80%
63216	Gratificações	0,00	0,00	0,00%
63217	Suplementos e prémios	14 868,00	0,00	0,00%
63219	Outras	0,00	0,00	0,00%
6322	Abonos variáveis ou eventuais	29 223,00	32 588,12	111,52%
633	Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00%
634	Indemnizações	0,00	0,00	0,00%
635	Encargos sobre remunerações	161 307,00	145 897,09	90,45%
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	7 500,00	3 379,57	45,06%
637	Gastos de ação social	0,00	0,00	0,00%
638	Outros gastos com pessoal	504,00	183,50	0,00%
639	Outros encargos sociais	0,00	0,00	0,00%
63	Gastos com o pessoal	905 220,00	806 525,55	89,10%

Fonte: Ponta do Oeste

QUADRO 28 – MAPA DE PESSOAL 2025

Mapa de pessoal	PAO 2025	Realizado 2025	% cumprimento
Órgãos Sociais	4	5	125%
Pessoal Dirigente	2	3	150%
Técnico Superior	9	9	100%
Assistente Técnico	14	12	86%
Assistente Operacional	18	17	94%
Outro pessoal	0	0	0%
Total	47	46	98%

Fonte: Ponta do Oeste

8.5. NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

QUADRO 29 – ENDIVIDAMENTO 2025

Endividamento	PAO 2025	Realizado 2025	Var. abs.	Var. %
Variação do endividamento	0,00 €	0,00 €	- €	0

Fonte: Ponta do Oeste

8.5.1.1. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do RJSERAM (DLR n.º 15/2021/M, de 30 de junho): “Podem, ainda, ser fixadas, mediante decisão do titular da função acionista, normas em matéria de endividamento para cada exercício económico”.

No entanto, não houve novos empréstimos em 2025 e os que estavam ativos, contraídos junto da banca Internacional, verificou-se a cedência de posição contratual para a acionista RAM em 2023.

8.6. GRAU DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CARREGADO NO SIGO/SOE

O mapa seguinte apresenta o valor aprovado do orçamento e o valor efetivamente pago ou recebido.

Acresce informar que o orçamento corrigido se fixou em 15 942 934,00 €.

O montante de 1 247 124€, montante atingido por força da integração do saldo de gerência.

Foi pago o montante de 8 428 089,48 €.

QUADRO 30 – GRAU DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CARREGADO NO SIGO/SOE

Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE				
Agrupamento	Ano 2025		Diferença	Realização
	Aprovado	Realizado	Valor	%
Receitas				
R07- Vendas de bens e serviços correntes	1 008 326,00 €	719 830,36 €	- 288 495,64 €	71,39%
R08- Outras receitas correntes	30 200,00 €	6 234,12 €	- 23 965,88 €	20,64%
Subtotal Receitas Correntes	1 038 526,00 €	726 064,48 €	- 312 461,52 €	69,91%
R09-Venda de bens de investimento	4 659 658,00 €	-	- 4 659 658,00 €	0,00%
R10-Transferências de Capital	8 408 518,00 €	8 526 112,16 €	117 594,16 €	101,40%
R11- Ativos Financeiros	589 108,00 €	589 108,00 €	- €	100,00%
R16- saldo da Gerência anterior	1 247 124,00 €	1 247 122,93 €	- 1,07 €	100,00%
Subtotal Receitas de Capital	14 904 408,00 €	10 362 343,09 €	- 4 542 064,91 €	69,53%
Total Receitas	15 942 934,00 €	11 088 407,57 €	- 4 854 526,43 €	69,55%
Despesas				
D01- Gastos pessoal	1 227 719,00 €	790 568,38 €	- 437 150,62 €	64,39%
D02- Aquisição de Bens e Serviços	409 969,00 €	290 680,71 €	- 119 288,29 €	70,90%
D03-Juros e Outros Encargos	500,00 €	85,98 €	- 414,02 €	17,20%
D04-Transferências Correntes	1 000,00 €	-	- 1 000,00 €	0,00%
D06-Outras despesas correntes	50 000,00 €	44 708,50 €	- 5 291,50 €	89,42%
Subtotal despesas correntes	1 689 188,00 €	1 126 043,57 €	- 563 144,43 €	66,66%
D07- Aquisição de Bens de Capital	14 253 746,00 €	7 302 045,91 €	- 6 951 700,09 €	51,23%
Subtotal Despesas de Capital	14 253 746,00 €	7 302 045,91 €	- 6 951 700,09 €	51,23%
Total Despesas	15 942 934,00 €	8 428 089,48 €	- 7 514 844,52 €	52,86%

Fonte: Ponta do Oeste

8.7. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A gestão do risco financeiro na Ponta do Oeste é feita tendo por base o conjunto de aspetos considerados relevantes que se sintetizam no quadro seguinte:

QUADRO 31 – GESTÃO DO RISCO

Item	Medidas / Situação
Diversificação de instrumentos de financiamento	Os financiamentos obtidos em anos anteriores junto da Banca Comercial foram cedidos à acionista RAM em 2023. Desde 2014, na sequência da reclassificação da empresa como EPR, o acesso a financiamento de mercado está vedado, cingindo-se apenas às dotações previstas no ORAM.

Item	Medidas / Situação
Consolidação passivo remunerado:	
transformação passivo de curto em M/L prazo, em condições favoráveis	Não houve recurso a financiamento remunerado.
Prestação de garantias reais	Não existem.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de Fundos Comunitários, contratos programa	Nos investimentos efetuados através de verbas de contratos programa.
Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento	Foram efetuados os investimentos nos vários empreendimentos da Ponta do Oeste
Inclusão nos Relatórios e Contas	Sim
Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	Conforme descrito no Relatório de Gestão
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos suportados anualmente	Relatório de Gestão e Notas anexas. Para 2026 não existem juros a suportar.

Fonte: Ponta do Oeste

QUADRO 32 – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Anos	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos financeiros (€)	0,0€	128,60 €	1 070 829,06 €	52 992,13 €	214,51 €
Taxa média de financiamento (%)	0,0€	0,00%	15,20%	0,09%	0,00%

Fonte: Ponta do Oeste

8.8. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

QUADRO 33 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

PMP a fornecedores	2024	2023	Variação 24/23	
			Valor	%
Prazo (dias)	0	0	0	0%

Fonte: Ponta do Oeste

8.9. DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

A Ponta do Oeste não tem dívidas vencidas, nem de aquisição de bens e serviços, nem de aquisição de bens de capital.

8.10. RECOMENDAÇÕES DOS ACIONISTAS- RESULTADOS OBTIDOS

Da parte do acionista, não houve recomendações.

8.11. RECOMENDAÇÕES/ RESERVAS EMITIDAS NA ÚLTIMA CLC

Da parte do Revisor Oficial de Contas, emitiu opinião com reservas constante da CLC – Certificação Legal de Contas nos seguintes termos:

“(…) Bases para a opinião

No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 155.646 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas com referência a 31 de dezembro de 2024.

De salientar que se encontra em fase de conclusão um processo de Inventariação e Reconciliação Físico Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a ser repercutidos contabilisticamente no processo de fusão das sociedades.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado no ponto 6 “Perspetivas Futuras” do Relatório e Contas de 2024, nomeadamente, quanto: i) à estratégia futura defendida pelo acionista Região Autónoma da Madeira (RAM), que passa por um processo de fusão das quatro Sociedades de Desenvolvimento, tendo em 5 de fevereiro de 2024, sido publicada a Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 61/2024, que mandata o Conselho de Administração da Sociedade para proceder aos atos de fusão. Contudo, face à instabilidade política regional, não é previsível que tal ocorra no curto prazo, tendo o relatório e contas sido preparado no pressuposto da continuidade das operações; e ii) no decurso de 2023, foi concretizada a cedência para a RAM da posição da Entidade nos contratos de financiamento contraídos junto da banca internacional.

Não obstante, a RAM não prescindiu do direito de ser ressarcida dos valores assumidos através da referida operação, cerca de 57.267 milhares de euros, tendo sido proposto ao acionista a formalização de um contrato de mútuo entre as partes, prevendo que a liquidação da dívida ocorra por dação em pagamento de algum património da sociedade. Outra alternativa equacionada é a conversão do empréstimo em capital. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria..”

8.12. ORIENTAÇÕES SOBRE AS REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

8.12.1.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

QUADRO 34 – MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto auferido (€)
2023-2025	Presidente da Mesa	José Paulo Baptista Fontes	n.a.	n.a.
2023-2025	Secretário	Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara	n.a.	n.a.

Fonte: Ponta do Oeste

8.12.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

QUADRO 35 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - COMPOSIÇÃO

ATÉ 15/04/2025

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)				Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidad e pagadora (O/D)	Identificação da data de autorização e Forma	
2023-2025	Presidente	Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	AG	29/12/2022	Não	Banco Millennium BCP	D	Despacho Conjunto de 02-01-2023	3
2023-2025	Vogal Executivo	Maria Fátima Pita Carvalho Correia	AG	29/12/2022	Sim	APRAM	D	Ofício VP/18244/2019; ²² Despacho Conjunto de 02-01-2023	3
2023-2025	Vogal não executivo	Júlia Isabel Vieira Lopes	AG	29/12/2022	Não	Secretaria Regional das Finanças	D	Despacho Conjunto de 02-01-2023	2

²² Opção pelo vencimento de origem, autorizado pelo Vice-Presidente do Governo Regional.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)				Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade pagadora (O/D)	Identificação da data de autorização e Forma	
2023-2025	Vogal não executivo	António Paulo de Andrade Costa	AG	29/12/2022	Não	Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas	D	Despacho Conjunto de 02-01-2023	3

Fonte: Ponta do Oeste

Legenda:

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pelo valor com o limite da remuneração média dos últimos três anos correspondente à remuneração da carreira ou categoria do lugar de origem, prevista no n.º 8 do artigo 23.º do EGP. Indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

A PARTIR DE 28/04/2025

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)				Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade pagadora (O/D)	Identificação da data de autorização e Forma	
2023-2025	Presidente	Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro	AG	28/04/2025	Não	Secretaria Regional das Finanças	D	AG 28-04-2025	1
2023-2025	Vogal Executivo	Elias Rodrigues Homem Gouveia	AG	28/04/2025	Não	Município do Funchal	D	AG 28-04-2025	1
2023-2025	Vogal Executivo	Maria Fátima Pita Carvalho Correia	AG	29/12/2022	Sim	APRAM	D	Ofício VP/18244/2019; ²³ Despacho Conjunto de 02-01-2023	3
2023-2025	Vogal não executivo	Júlia Isabel Vieira Lopes	AG	29/12/2022	Não	Secretaria Regional das Finanças	D	Despacho Conjunto de 02-01-2023	2
2023-2025	Vogal não executivo	António Paulo de Andrade Costa	AG	29/12/2022	Não	Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas	D	Despacho Conjunto de 02-01-2023	3

²³ Opção pelo vencimento de origem, autorizado pelo Vice-Presidente do Governo Regional.

QUADRO 36 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Membro do CA	Acumulação de Funções			
(Nome)	Entidade	Função	Regime	Identificação da data, autorização e forma
Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	Presidente	Público	AG 28-04-2025
Elias Rodrigues Homem Gouveia	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	Vogal Executivo	Público	AG 28-04-2025
Maria Fátima Pita Carvalho Correia	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	Vogal Executivo	Público	Despacho Conjunto de 02-01-2023
Júlia Isabel Vieira Lopes	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	Vogal não Executivo	Público/Privado	Despacho Conjunto de 02-01-2023
António Paulo de Andrade Costa	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	Vogal não Executivo	Público/Privado	Despacho Conjunto de 02-01-2023
Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	Presidente	Privado	Despacho Conjunto de 02-01-2023

Fonte: Ponta do Oeste

QUADRO 37 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro	S	C	916,74	366,70
Elias Rodrigues Homem Gouveia	S	C	763,37	305,33
Maria Fátima Pita Carvalho Correia a)	S	C	1.271,69	305,33
Júlia Isabel Vieira Lopes	S	C	190,84	0,00
António Paulo de Andrade Costa	S	C	190,84	0,00
Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	S	C	916,74	366,70

A) A gestora optou pelo vencimento de origem

Fonte: Ponta do Oeste

QUADRO 38 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REMUNERAÇÕES

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)		
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)
Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro	12 357,84 €		12 357,84 €
Elias Rodrigues Homem de Gouveia	10 123,83 €	- €	10 123,83 €
Maria Fátima Pita Carvalho Correia	22 994,03 €	- €	22 994,03 €
Júlia Isabel Vieira Lopes	2 290,08 €	- €	2 290,08 €
António Paulo de Andrade Costa	2 290,08 €	- €	2 290,08 €
Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	6 216,42 €	- €	6 216,42 €
			56 272,28 €

Fonte: Ponta do Oeste

QUADRO 39 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - BENEFÍCIOS SOCIAIS

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
Nome	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro	1,50 €	220,50 €	Segurança Social	2 887,49 €	- €	- €		- €
Elias Rodrigues Homem de Gouveia	1,50 €	196,50 €	Caixa Geral de Aposentações	2 235,78 €	- €	- €		- €
Maria Fátima Pita Carvalho Correia	1,50 €	321,00 €	Caixa Geral de Aposentações	5 639,51 €	- €	- €		- €
Júlia Isabel Vieira Lopes	- €	- €	Segurança Social	547,03 €	- €	- €		- €
António Paulo de Andrade Costa	- €	- €	Segurança Social	547,03 €	- €	- €		- €
Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	1,50 €	178,50 €	Segurança Social	1 650,58 €	- €	- €	SAMS	218,82 €
		916,50 €		13 507,42 €	- €	- €		218,82 €

Fonte: Ponta do Oeste

QUADRO 40 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – DESLOCAÇÕES

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto Total com Viagens
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Maria Fátima Pita Carvalho Correia	- €	- €	- €	Despesas Diversas	- €	- €
Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro	148,00 €	191,00 €	- €	Despesas Diversas	- €	339,00 €
Elias Rodrigues Homem de Gouveia	- €	- €	- €	Despesas Diversas	- €	- €
Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	- €	- €	- €	Despesas Diversas	- €	- €
						339,00 €

Fonte: Ponta do Oeste

8.12.3. FISCALIZAÇÃO

8.12.3.1. CONSELHO FISCAL

Não aplicável.

8.12.3.2. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

QUADRO 41 – REVISOR OFICIAL DE CONTAS-IDENTIFICAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		N.º de Anos de Funções Exercidas no Grupo	N.º de Anos de Funções Exercidas na Sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo CMVM	Forma (1)	Data do Contrato		
2023-2025	FU	PKF & Associados, SROC, Lda	152	20161462	Assembleia Geral	1/04/2023	6	6
2023-2025	FU Efetivo (PKF)	Dr. José de Sousa Santos	804	20160434	Assembleia Geral	1/04/2023	6	6
2023-2025	FU Suplente (PKF)	Dr. Tiago Romeiro Rocha	1700	20161310	Assembleia Geral	1/04/2024	6	6

Fonte: Ponta do Oeste

QUADRO 42 – REVISOR OFICIAL DE CONTAS – REMUNERAÇÃO

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2025 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2025 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
PKF & Associados, SROC, Lda	3 647,80€	- €	3 647,80€	n.a.	- €	- €	- €

Fonte: Ponta do Oeste

8.12.3.3. AUDITOR EXTERNO

Não aplicável.

8.12.4. APLICAÇÃO DO ARTIGO 24.º-A DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO DAS EMPRESAS PÚBLICAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Não houve utilização de cartões de crédito por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Não houve nenhum reembolso aos administradores de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Não houve reembolso de qualquer valor das despesas associadas a comunicações, incluindo telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

Não estão atribuídas viaturas de serviço aos membros do Conselho de Administração.

QUADRO 43 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – GASTOS ASSOCIADOS A VIATURAS

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)	
		Combustível	Observações
Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	84,58 €	124,64 €	
Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro	84,58 €	292,78 €	
Maria Fátima Pita Carvalho Correia	70,43 €	117,82 €	
Elias Gouveia	70,43 €	75,61 €	
		610,85 €	

Fonte: Ponta do Oeste

8.12.5. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 15.º DO RJSERAM E DO ARTIGO 8.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO DAS EMPRESAS PÚBLICAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Não houve qualquer despesa não documentada ou confidencial.

8.12.6. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, CONFORME O DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 44.º DO RJSERAM

O relatório de execução do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas encontra-se disponível no portal das Sociedades de Desenvolvimento:

<https://sociedadesdesenvolvimento.com/relatorio-de-execucao-do-plano-de-prevencao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas/>

8.12.7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 62.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2025/M, de 2 de julho, sempre que se verifica a inexistência de recursos humanos altamente especializados nos quadros das Sociedades de Desenvolvimento, as aquisições de serviços deste tipo são efetuadas ao sector privado, dadas as suas especificidades, designadamente no âmbito da realização de projetos, fiscalização de empreitadas, assessoria jurídica em domínios especializados e mandatários judiciais.

Não foi celebrado nenhum contrato de valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato, ou contrato em causa.

8.12.8. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

QUADRO 44 – CÁLCULO DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Valores em euros	2026 Prev.	2025 Est.	2025 Exec.	2024 Exec.	2023 Exec.	2025/2024	
						Valor	%
(1) Vendas e serviços prestados	1079958,00	1008326,00	600465,33	677155,48	349866,69	-76690,15	-11,33%
(2) Subsídios à exploração ⁽¹⁾				0,00	0,00	0,00	0,00%
(3) Volume de negócios (VN)= (1) +(2)	1079958,00	1008326,00	600465,33	677155,48	349866,69	-76690,15	-11,33%
(4) CMVMC	0,00	19656,00	46,80	14437,18	60332,65	-14390,38	-99,68%
(5) FSE	683023,00	527619,00	267023,11	287693,58	490680,46	-20670,47	-7,18%
(6) Gastos com o pessoal	1023924,00	905220,00	806525,55	782456,72	772233,10	24068,83	3,08%
(7) Gastos operacionais (GO) = (4) + (5) + (6)	1706947,00	1452495,00	1073595,46	1084587,48	1323246,21	-10992,02	-1,01%
(8) GO/VN = (7) / (3)	1,58	1,44	1,79	1,60	3,78	0,19	11,63%
(9) EBITDA recorrente = (3) - (7)	-626989,00	-444169,00	-473130,13	-407432,00	-973379,52	-65698,13	16,12%
(10) Gastos com o Pessoal/VN(6)/(3)	0,95	0,90	1,34	1,16	2,21	0,19	16,24%

Fonte: Ponta do Oeste

8.12.9. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA (ARTIGO 65.º DO DLR N.º 2/2025/M, ORAM 2025)

De acordo com informação de 9 de fevereiro de 2021 da Vice-Presidência do Governo Regional, a verificação de existência e disponibilidade de recursos humanos já não é obrigatória.

Como tal, nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 65.º do DLR n.º 2/2025/M, de 02 de julho, e considerando a inexistência de recursos humanos nos quadros das Sociedades de Desenvolvimento, as aquisições de serviços deste tipo por norma são efetuadas ao sector privado, dadas as suas especificidades.

8.12.10. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Não aplicável.

8.12.11. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE

As Sociedades de Desenvolvimento, em conjunto, dispõem de um Código de Ética e Conduta, o qual estipula os princípios da igualdade e da não discriminação.

De referir que a maior parte do efetivo da Ponta do Oeste é feminino.

8.12.12. INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DE CADA EMPRESA DO UNIVERSO DO SETOR EMPRESARIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

QUADRO 45 – INFORMAÇÕES A CONSTAR NO SITE DA EMPRESA

Informação a constar no Site da empresa	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Orientações estratégicas	NA		
Orientações setoriais	NA		
Orientações que compreendem a aprovação de critérios de determinação do vencimento, benefícios e regalias dos gestores públicos, bem como a definição de indicadores para a classificação das empresas públicas regionais, que vinculam o representante da Região nas deliberações dos sócios	S	Janeiro de 2022	
Composição da sua estrutura societária	S	Maio de 2025	
Identificação das participações sociais que detêm	S	Janeiro de 2022	
Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	NA	NA	
Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	NA	NA	
Grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	NA	NA	
Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	S	Setembro 2025	
Orçamento anual e plurianual	S	Setembro 2024	
Documentos anuais de prestação de contas	S	Março 2025	

Informação a constar no Site da empresa	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	S	Outubro de 2025	
Identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	S	Janeiro de 2022	
Relatório de Sustentabilidade	S	Março 2025	Integrado no RBPRS 2024
Relatórios Anuais de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de factos mencionados na alínea g) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 109/2021, de 9 de dezembro	S	Março 2025	
Código de ética	S	Março 2025	
Obrigações de serviço público a que está sujeita e termos contratuais da prestação de serviço público	NA	NA	
Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos da Região nos últimos três exercícios	S	Março 2025	RC 2024
Estatutos	S	Março 2025	
Informação Financeira histórica e atual	S	Março 2025	RC 2024
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	Março 2025	

Fonte: Ponta do Oeste

8.12.13. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL

A Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, o Instituto de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

8.12.14. PROCESSOS JUDICIAIS

Estão em curso processos judiciais e extrajudiciais, em que a Ponta do Oeste– Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. é parte, e que a seguir se enumeram:

Processo n.º 74/18.8BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Estado Português

Valor do Processo: € 596.239,81 (quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e nove euros, oitenta e um cêntimos).

Resumo do Processo: Ação de responsabilidade civil extracontratual contra o Estado Português para pagamento de indemnização pela requisição efetuada para estadia da embarcação “Durango Kid” no Porto de Recreio da Calheta, entre 2005 e 2016; apresentada a contestação

com reconvenção; apresentada réplica; apresentada tréplica, aguarda despacho desde 28/11/2018. Efetuado julgamento. Aguarda proleção da sentença.

Processo n.º 72/17.9BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Ré: Nautipos Fishing, Lda (embarcações Milan e Thomas Orizon)

Valor do Processo: € 26.430,93 (vinte e seis mil, quatrocentos e trinta euros e noventa e três cêntimos)

Resumo do Processo: Processo subestabelecido na AB em 2017. Enviada injunção, devedora apresentou oposição à injunção com reconvenção (€ 37.800.00); Despacho para aperfeiçoar a petição inicial. PI aperfeiçoada, Ré apresentou contestação com reconvenção aperfeiçoada, aguarda despacho saneador. Renuncia ao mandato pelo Advogado da Nautipos Fishing. Mandatário de constituição obrigatória, mas não foi junta procuração ao processo. Despacho saneador em novembro de 2024 dispensou audiência prévia e agendou julgamento para Janeiro de 2025. Requerido adiamento por impedimento da mandatária e reagendamento.

Processo n.º 250/16.8BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Ré: Nautipos Fishing, Lda (embarcações Nautipos e Bonita)

Valor do Processo: € 26.840,13 (vinte e seis mil, oitocentos e quarenta euros e treze cêntimos)

Resumo do Processo: Processo subestabelecido na AB em 2017. Enviada injunção, devedora apresentou oposição à injunção com reconvenção (€ 40.000.00); Apresentada réplica; Sentença de declaração de incompetência absoluta do tribunal (em razão da matéria); Remessa ao tribunal competente (TAF); Audiência Prévia a 10.05.2018; Ré convidada a aperfeiçoar a reconvenção; apresentada reconvenção aperfeiçoada. Audiência prévia a 08.04.2019; aguarda despacho saneador. Renúncia ao mandato pelo advogado da Nautipos Fishing: mantêm-se constituídos 2 advogados. Audiência Prévia a 08.03.2022. advogado da Ré faltou e renunciou ao mandato, bem como a 3.ª advogada constituída. Processo prossegue sem advogado da Ré e aguarda despacho desde 19.09.2022.

Processo n.º 80225/15.OYIPRT-Comarca da Madeira-Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Ré: Rodrigo & Gonçalves, Lda.

Valor: € 1.334.289,13 (um milhão, trezentos e trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e nove mil e treze cêntimos)

Resumo do Processo: contrato considera-se resolvido (3 cartas devolvidas, enviadas para sede da devedora e para a morada do representante legal); injunção distribuída por frustração da notificação, requerida a citação dos legais representantes, devedora não contestou (revelia); Alegações apresentadas; Sentença julgou totalmente procedente à ação. Pedido de dispensa de pagamento de taxa de justiça remanescente procedente. Execução de sentença.

Processo n.º 4184/20.3T8FNC-Comarca da Madeira – Juízo de Execução do Funchal – Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste.

Ré: BRAVALINE – Transportes de Mercadorias, Lda

Valor: € 169.413,30 (cento e sessenta e nove euros, quatrocentos e treze euros e trinta cêntimos)

Resumo do Processo: Cumulação de execuções (injunção de faturas mais execução cheque-caução); admitida; citação do legal representante da Executada para pagamento ou oposição à execução; executada tem 14 veículos todos sem seguro e com penhoras anteriores, registadas a favor de outros processos (alguns já extintos); aguarda informação da AE sobre cancelamento de penhoras registadas em execução extintas; frustração dos pedidos de bloqueio de saldos bancários.

Processo n.º 123/17.7BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: José Agostinho Rodrigues Pereira

Valor: 2.023,57 (dois mil e vinte e três euros e cinquenta e sete cêntimos)

Resumo do Processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Requerimento de injunção; Oposição à injunção pelo devedor; Aperfeiçoamento de petição inicial e pronúncia sobre a exceção de não cumprimento do contrato invocada pelo Réu (réplica); Audiência Prévia realizada a 10.05.2022, com prolação de despacho saneador. Audiência de julgamento agendada para 19-03-2024.

Processo n.º 126/17.1BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: José Eduardo das Neves Pícolo

Valor: € 1.057,20 (mil e cinquenta e sete euros e vinte cêntimos)

Resumo do Processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Requerimento de injunção; Oposição à injunção pelo devedor; Aperfeiçoamento de petição inicial e resposta à exceção deduzida na oposição. Audiência prévia realizada a 10.05.2022, com prolação de despacho saneador (advogado do Réu faltou). Audiência de julgamento agendada para 23-04-2024.

Processo 127/17.0BEFUN-A - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Ricardo Jorge da Fonte Luiz

Valor: € 4 019,49 (quatro mil e dezanove euros e quarenta e nove cêntimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Requerimento de injunção; Processo distribuído por frustração da notificação do Réu; Aperfeiçoamento de petição inicial; Revelia do Réu; apresentadas alegações; Sentença favorável; Execução de sentença (apenso A): Executado não tem imóveis; frustração de penhora de saldos bancários; requerida pesquisa de veículos, penhora de créditos fiscais e de meação/tornas eventualmente a receber em processo de inventário pós-divórcio; proferido despacho de levantamento do sigilo fiscal, aguarda resposta da AT para identificação de bens penhoráveis.

Processo n.º 125/17.3BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Vasco Passos de Sousa

Valor: € 1 718,62 (mil setecentos e dezoito euros e sessenta e dois cêntimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Requerimento de injunção; Oposição à injunção pelo devedor; Aperfeiçoamento de petição inicial; Réplica apresentada para resposta às exceções deduzidas pelo Réu; aguarda despacho desde 05/01/2018.

Processo n.º 6251/16.9T8FNC - Comarca da Madeira - Juízo Execução do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Henrique Pereira Afonso

Valor: € 35 460,10 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta euros e dez cêntimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017; Execução extinta por celebração de acordo de pagamento; Acordo de pagamento celebrado de agosto de 2017 até novembro de 2029; Recebido: € 2.653,12 até à data.

Processo n.º 6259/16.4T8FNC - Comarca da Madeira - Juízo Execução do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Rui Miguel Luís dos Reis.

Valor: € 14 122,91 (catorze mil, cento e vinte e dois euros e noventa e um centimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Executado não tem bens imóveis nem móveis sujeitos a registo; Execução suspensa atenta a declaração de insolvência do Executado (processo n.º 931/21.4T8VNG-Comarca do Porto, Juízo de Comércio de Vila Nova de Gaia – Juiz 4); crédito reconhecido; aguarda ulteriores termos do processo.

Processo n.º 2131/17.9T8FNC-Comarca da Madeira - Juízo de Comércio do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Geocrete - Controlo de Qualidade em Geotécnica e Betões, Lda.

Valor: € 16 164,16 (dezasseis mil cento e sessenta e quatro euros e dezasseis centimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Execução n.º 6255/16.1T8FNC suspensa por insolvência da Executada; Crédito reconhecido no valor de €16.164,16; substituição de Administrador da Insolvência; encerramento da liquidação do ativo (saldo da massa insolvente: €46.536,02); aguarda proposta de rateio.

Processo n.º 6263/16.2T8FNC - Comarca da Madeira - Juízo Execução do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Agostinho Paulo Freitas Barcelos

Valor: € 10 001,80 (dez mil e um euros e oitenta centimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Penhora do direito de 1/2 sobre imóvel cancelada por venda do imóvel no processo n.º 3906/14.6T8FNC (execução do BCP): Penhora de créditos fiscais; em averiguações sobre propriedade de prédios rústicos, para eventual indicação à penhora.

Processo n.º 112/21.7BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: António José da Luz Giestas

Valor: € 1 564,54 (mil quinhentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e quatro centimos)

Resumo do processo: Injunção para pagamento das faturas emitidas posteriormente ao processo anterior (pagamento de €3.114,92); distribuída por dedução de oposição pelo Réu; sentença de incompetência material do tribunal cível; processo remetido para o TAF; enviado aperfeiçoamento à petição inicial; aguarda despacho desde 05/01/2022.

Processo n.º 217/14.0TBPTS - Comarca da Madeira - Juízo de Comércio do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: João Marcelino Gomes de Andrade e Rita Maria Oliveira Melvill de Araújo Gomes Andrade

Valor: € 12 219,67

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Devedores insolventes; Crédito reconhecido no valor de € 12.219,67; Processo em fase de liquidação do ativo. Elaborada proposta de distribuição e de rateio a 03/10/2023.

Processo n.º 6254/16.3T8FNC - Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Monteiro de Araújo Unipessoal, Lda.

Valor: € 6 032,16 (seis mil e trinta e dois euros e dezasseis cêntimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017; Execução extinta pela celebração de acordo de pagamento, previsto de março de 2017 a fevereiro de 2018; acordo incumprido: devedor não pagou prestações de janeiro e fevereiro de 2018 (€ 1.005,36).

Processo n.º 6262/16.4T8FNC- Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal – Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Alberto de Sousa Pereira

Valor: € 7 143,48 (sete mil, cento e quarenta e três euros e quarenta e oito cêntimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Executado não tem bens; apurada herança; Levantamento do sigilo fiscal do Executado; notificação de co-herdeiros para informar se foi realizada a partilha; herdeiro Jorge Pereira informou que executado reside no Brasil há cerca de 10 anos; executado citado; penhora de quinhão hereditário; requerida venda por negociação particular; aguarda notificação de todos os co-herdeiros; penhora de créditos fiscais.

Processo n.º 268/20.6T8OLH - Comarca de Faro - Juízo de Comércio de Olhão - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Duarte Nuno Rodrigues Gonçalves

Valor: € 8 513,12 (oito mil quinhentos e treze euros e doze cêntimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Executado não tem bens; Penhoras de vencimento, de embarcação de recreio e de créditos fiscais frustradas. Suspensão da execução (processo n.º 6260/1.T8T8FNC): Executado em PEAP (processo n.º

1053/19.3T8OLH); crédito reclamado e reconhecido; PEAP não aprovado, convertido em insolvência (processo n.º 268/20.6T8OLH): crédito reconhecido. Exoneração do passivo restante com despacho final a 20/12/2023. Rateio final a 01/02/2024.

Processo n.º 4924/18.0T8FNC - Comarca da Madeira- Juízo de Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Manuel Paulino Frade

Valor: € 1 793,11 (mil setecentos e noventa e três euros e onze cêntimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Executado tem 6 imóveis e 1 veículo, todos com encargos (hipotecas e penhoras). Penhora de saldos bancários frustrada. Entidade patronal não respondeu às penhoras de vencimento; penhora de créditos fiscais; embargos do Executado julgados procedentes; incompetência absoluta do tribunal. Indeferimento de remessa dos autos para o TAF.

Processo n.º 5034/20.6T8FNC - Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Predionorato - Mediação Imobiliária, Unipessoal, Lda.

Valor: € 312,65 (trezentos e doze euros e sessenta e cinco cêntimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Execução em curso: Executada não tem bens e não presta contas desde 2013; frustração de penhora de saldos bancários; aguarda penhora de créditos fiscais e de bens móveis; frustração da citação (imóvel onde se encontrava registada a sede foi vendido e encontra-se atualmente em AL); sociedade Executada em procedimento administrativo de dissolução e liquidação.

Processo n.º 19226/17.1YIPRT - Balcão Nacional de Injunções.

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Ricardo João dos Ramos.

Valor: € 1 370,69 (mil trezentos e setenta euros e sessenta e nove cêntimos)

Resumo do processo: Processo substabelecido na AB em 2017. Requerimento executivo preparado.

Processo n.º 1996/20.1T8FNC - Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Duarte Nuno Fernandes de Sousa

Valor: € 23 673,00 (vinte e três mil, seiscentos e setenta e três euros)

Resumo do processo: Execução (de acordo de pagamento incumprido) extinta por celebração de novo acordo de pagamento, previsto de setembro de 2020 até março de 2025 (suspensão entre fevereiro e maio de 2021, devido à pandemia, pelo que a conclusão do acordo passa para julho de 2025). Recebido € 24.667,36 até à data (€ 2.994,61 para AE e € 21.672,75 para Exequente).

Processo n.º 1735/22.2T8FNC—Comarca da Madeira— Juízo de Execução do Funchal — Juiz 1

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Duarte Aguiar Caldeira

Valor: € 972,99

Resumo do processo: Execução em curso; executado tem 2 imóveis onerados com arrolamentos, arrestos e penhora da AT. Penhora de prédio com registo provisório por natureza. Registos de penhora e de créditos fiscais; Entidade patronal não respondeu às penhoras de vencimento.

Processo n.º 108787/21.4YIPRT - Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Bruno Lemos de Abreu

Valor: € 123,88

Resumo do processo: Requerimento executivo preparado.

Processo n.º 1734/22.4T8FNC—Comarca da Madeira—Juízo de Execução do Funchal — Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Carlos Alberto Sousa Nóbrega

Valor: € 3 750,50 (três mil, setecentos e cinquenta euros e cinquenta cêntimos)

Resumo do processo: Execução em curso; decorre penhora de vencimento. Executado tem 1 imóvel passível de ser indicado à penhora, com risco de desproporcionalidade. Valor recuperado até à data €992,80.

Processo n.º 1290/21.0T8FNC - Comarca da Madeira - Juízo de Execução do Funchal - Juiz 2

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Barros & Ferreira, Lda.

Valor: € 5 920,97 (cinco mil, novecentos e vinte euros e noventa e sete cêntimos)

Resumo do processo: Execução em curso (acordo de pagamento incumprido); executada tem um veículo automóvel Renault Clio com reserva de propriedade a favor do Banco Cofidis, S.A. e sem seguro; penhora de bens móveis, créditos fiscais e saldos bancários; aguarda venda dos bens móveis penhorados.

Processo n.º 114428/21.2YIPRT - Comarca da Madeira - Juízo Local Cível de Santa Cruz

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Jacinto José Viveiros Lima

Valor: € 969,92 (novecentos e sessenta e nove euros e noventa e dois cêntimos)

Resumo do processo: Injunção distribuída por dedução de oposição pelo Devedor; oposição desentranhada por falta de pagamento de taxa de justiça. Sentença favorável. Execução em curso. Executado tem vencimento penhorável, uma herança aberta em 2014 e contas bancárias; frustração da penhora de saldos bancários; penhora de vencimento em curso (apenas subsídios de férias e de Natal).

Processo: 113997/21.1YIPRT - Comarca da Madeira - Juízo de Competência Genérica da Ponta do Sol

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Frank Frederikus Peter Slijpen

Valor: € 2 192,34 (dois mil, cento e noventa e dois euros e trinta e quatro cêntimos)

Resumo do processo: Injunção distribuída por frustração da notificação do Réu; citação edital. MP contestou em representação do ausente. Aguarda termos ulteriores do processo.

Processo: 60912/23.0YIPRT - Comarca da Madeira – Balcão Nacional de Injunções

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Renato Encarnação dos Santos Silva

Valor: € 2.088,20 (dois mil e oitenta e oito euros e vinte cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; Injunção com aposição de fórmula executória; preparação de execução.

Processo: 60926/23.0YIPRT - Comarca da Madeira - Juízo Local Cível de Santa Cruz

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Roman Tyumentsev

Valor: € 4.377,44 (quatro mil, trezentos e setenta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; Injunção distribuída por oposição do Réu, que alegou prescrição; aguarda notificação para resposta à exceção.

Processo: 109/23.2BEFUN – Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Miguel Ângelo Vasconcelos Sá Silva

Valor: 1.035,94 (mil e trinta e cinco euros e noventa e quatro cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; Injunção distribuída por oposição do devedor; Réu não respondeu à PI aperfeiçoada apresentada. Aguarda termos ulteriores do processo.

Processo: 294/14.4BEFUN – Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Duarte Pestana Fernandes – Unipessoal, Lda

Ré: Ponta do Oeste

Valor: € 251.294,41 (duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e quatro euros e quarenta e um cêntimos)

Situação: Aguarda decisão do Tribunal Central Administrativo do Sul

Processo: 226/13.7BEFUN – Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autor: Mota-Engil, Engenharia e Construção, S. A.

Ré: Ponta do Oeste

Valor: € 499.996,48 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis euros e quarenta e oito cêntimos)

Situação: Aguarda decisão do Tribunal Central Administrativo do Sul

Processo: 222/12.1TCFUN – Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 1

Autor: Edifuncho – Investimentos Imobiliários, Lda

Ré: Ponta do Oeste

Valor: € 147.550,00 (cento e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta euros)

Situação: Ao valor do pedido acresce juros contados desde 2012. Foi proposta pela A. um acordo extrajudicial no montante de € 90.000,00.

Audiência de julgamento aos 12/02/2025, adiada.

Processo: 43/20.8T8PTS – Juízo de Competência Genérica da Ponta do Sol

Autores: Manuel Alves de Gouveia e outros

Ré: Ponta do Oeste

Valor: € 40.000,00 (quarenta mil euros)

Situação: Sentença proferida aos 06.02.2025, aguardando conta.

Processo: 845/16.0BELSB – Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Autor: Ponta do Oeste

Ré: WW – Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, S. A.

Valor: € 20.467.069,24 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e sessenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos)

Resumo do Processo: A Ponta do Oeste pede a condenação da WW - Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, S. A. ao pagamento, a título de indemnização, do montante líquido de € 20.467.069,24, acrescido dos respetivos juros de mora, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento, e do montante que se vier a liquidar em sede de execução de sentença, no que diz respeito aos custos de reconstrução/recuperação e às perdas de exploração da marina do Lugar de Baixo. Em 10 de Maio de 2021, as Partes apresentaram proposta conjunta de temas de prova. Em 5 de Maio de 2021, e após ter sido notificada, a Ponta do Oeste pronunciou-se sobre a perícia requerida pela WW - Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, S. A, tendo peticionado a ampliação do objeto da referida perícia, para que fossem incluídas questões de natureza técnica não ponderadas pela Ré e, ainda, questões de natureza financeira. Os referidos requerimentos foram considerados procedentes no despacho saneador, de 13 de maio de 2021. Também neste despacho foi fixado o valor da causa (a saber: € 20.467.069,24). Em 12 de janeiro de 2022 a Ponta do Oeste juntou o processo administrativo instrutor e os dispositivos de armazenamento necessários para a concretização da perícia técnica e financeira. Em 2 de março de 2023 foi entregue o relatório de perícia. A Ponta do Oeste apresentou uma reclamação do referido relatório e pediu esclarecimentos em 27 de março de 2023. Em 7 de julho de 2023 procederam os peritos à resposta das reclamações apresentadas quer pela Ponta do Oeste quer pela WW – Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, S. A. A audiência de discussão e julgamento encontra-se agendada para os dias 7, 14 e 21 de maio de 2024, bem como para o dia 6 de junho de 2024. Aguarda acórdão.

Processo: 272/21.7BEFUN–Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal–Unidade Orgânica 1

Demandante: Município da Ponta do Sol

Demandadas: Região Autónoma da Madeira e Ponta do Oeste

Tipo: Ação administrativa

Valor: € 30.000,01 (trinta mil euros e um cêntimo)

Resumo do Processo: A 12.10.2021 o Demandante apresenta petição inicial, na qual formula o seguinte pedido: A declaração de nulidade ou a anulação da Resolução do Conselho do Governo da Região Autónoma da Madeira ("RAM") n.º 663/2021, de 08.08.2021, publicada no JORAM, I Série, n.º 126, de 15.07.2021, através da qual o Conselho de Governo atribuiu a concessão de exploração de uma parcela de terreno com a área de 10.733m², que abrange um prédio rústico propriedade do Município, sita na Frente Mar da Freguesia da Madalena do Mar, pelo prazo de 30 anos, à Ponta do Oeste ("Ato impugnado"). A 20.12.2021 o Demandante apresenta um articulado superveniente e um requerimento de ampliação da instância, com vista a incluir um pedido de declaração de nulidade ou anulação do contrato de concessão, entretanto celebrado. A Demandada e a Ponta do Oeste apresentam a sua contestação pedindo em suma: i) a sua absolvição da instância por preterição de litisconsórcio necessário; ii) a improcedência do pedido com base na alegada titularidade de uma parcela objeto da Resolução e do Contrato de Concessão; iii) a sua absolvição da instância quanto ao pedido fundado na alegada preterição das regras da contratação pública ou, subsidiariamente, a improcedência deste pedido, com base neste fundamento. A 28-04-2022 o Demandante apresenta a sua réplica. A 12.01.2023. Despacho do Tribunal a determinar a notificação das partes para se pronunciarem sobre eventual pendência de uma causa prejudicial. A 26.01.2023 o Demandante apresenta um requerimento a sustentar a necessidade de o processo ser suspenso até que o tribunal competente se pronuncie sobre a questão prejudicial referenciada. A 30.01.2023 A Demandada apresenta um requerimento a oferecer o merecimento dos autos, admitindo que a decisão a tomar no processo n.º 3544/22.0T8FNC, no âmbito do qual se discute a propriedade de um prédio que alegadamente integra tal parcela, pode constituir uma causa prejudicial face ao presente processo. A 30.02.2023 a Contrainteressada apresenta um requerimento a aderir à posição sustentada pela Demandada no requerimento de 30.01.2023.

O processo aguarda os seus ulteriores termos.

Processo: 153/21.4T9PTS – Ministério Público – Procuradoria da República da Comarca da Madeira, Departamento de Investigação e Ação Penal – Secção da Ponta do Sol ("DIAP – Secção da Ponta do Sol")

Tipo: Processo crime

Valor: n/a

Resumo do Processo: A 4.10.2022 a Ponta do Oeste foi notificada pela Divisão Policial do Funchal da Polícia de Segurança Pública ("PSP") para comparecer na Esquadra de Investigação Criminal para prestar declarações no âmbito do processo n.º 153/21.4T9PTS. A Ponta do Oeste requereu o adiamento da diligência marcada para o dia 14.10.2022 junto da PSP, por indisponibilidade do mandatário, requerendo ainda que a mesma fosse remarçada para data posterior à concessão de acesso aos autos por parte do Ministério Público da Ponta do Sol. A PSP deferiu o pedido de adiamento da diligência, determinando que a respetiva remarcação fosse feita após consulta do processo pela Ponta do Oeste. O DIAP da Ponta do Sol deferiu o requerimento de consulta do processo. A Ponta do Oeste procedeu à consulta do processo através dos seus mandatários. A diligência de prestação de declarações foi reagendada para 11.11.2022 na Esquadra de Investigação Criminal do Funchal. A 11.11.2022 a Ponta do Oeste foi constituída Arguida e sujeita a Termos de Identidade e Residência e primeiro interrogatório na Divisão Policial do Funchal da PSP, no qual prestou declarações, através de representante, tendo junto 9 documentos. O processo encontra-se a aguardar os seus ulteriores termos, designadamente a prolação de despacho de encerramento de inquérito pelo Ministério Público.

Processo: 4020/2021-CN

Entidade: Município da Ponta do Sol

Tipo: Processo de Contraordenação

Valor: Coimas aplicáveis entre €1.500,00 e €450.000,00

Resumo do Processo: A 25.10.2021 a Ponta do Oeste foi notificada por ofício do Município da Ponta do Sol com a ref.º 2944/2021 de que lhe foi instaurado um processo de contraordenação, imputando-lhe a prática de duas contraordenações por: i) realização de uma operação urbanística sem o necessário alvará de licenciamento, por violação do artigo 4.º, n.º2, alínea c), punida nos termos do artigo 98.º, n.º1, alínea a) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro("RJUE"), com coima de €1.500,00 a €450.000,00, podendo ainda ser determinada a aplicação de sanção acessória; e ii) prosseguimento de obras cujo embargo tenha sido legitimamente ordenado, por violação do artigo 103.º, n.º 1, punida nos termos do artigo 98.º, n.º 1, alínea h) do RJUE, com coima de €1.500,00 a € 200.000,00, podendo ainda ser determinada a aplicação de sanção acessória. A 16.11.2021 a Ponta do Oeste apresenta a sua defesa escrita. A 21.03.2023 foi expedida notificação do ofício com a ref.º 551/2023 do Município da Ponta do Sol no âmbito do Processo de Contraordenação n.º 4020/2021-CN nos termos do qual se informa que foi instaurado

procedimento de contraordenação, imputando-lhe a prática das duas contraordenações suprarreferidas. A 11.04.2023 a Ponta do Oeste apresenta requerimento nos termos do qual esclarece que não foi a primeira vez que foi notificada no âmbito deste processo. Em face disso a Ponta do Oeste requereu que fosse esclarecida a razão pela qual foi novamente notificada. A Ponta do Oeste foi notificada por ofício do Município da Ponta do Sol com ref.ª 680/2023 de 31.05.2023 nos termos do qual de notificou a Arguida: (i) do despacho do Município de 16.05.2022, no qual se declarou a nulidade da primeira nota de ilicitude notificada à Ponta do Oeste a 25.10.2021, por omissão de indicação de factos que permitam compreender de que forma se encontra preenchido o elemento subjetivo da infração, e se determinou a elaboração de nova nota de ilicitude, a ser acompanhada de cópia integral do processado; (ii) da nota de ilicitude emitida na sequência do despacho de 16.05.2022; (iii) de que foi dada sem efeito a nova notificação da nota de ilicitude enviada no dia 21.03.2023, concedendo-se, em consequência, novo prazo de 15 dias úteis para apresentação de defesa; (iv) da cópia do processo. A 5.07.2023 a Ponta do Oeste apresenta a sua defesa escrita.

O processo aguarda os seus ulteriores termos.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Francisco José da Cunha Correia Gomes

Valor: € 1 289,43 (mil duzentos e oitenta e nove euros e quarenta e três cêntimos)

Resumo do processo: Preparação de injunção: falta documento que titule cedência do lugar de amarração da embarcação "Condor" para embarcação "Reina Cristina".

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Luís Paulo Ferreira da Costa Lagos

Valor: € 7 554,95 (sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos)

Resumo do processo: Comunicações extrajudiciais: Devedor alega ter pago, mas ainda não apresentou comprovativos de pagamento.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Dirk Jan Bodewes

Valor: € 7.269,94 (sete mil, duzentos e sessenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos)

Resumo do processo: Enviadas cartas de interpelação para duas moradas ambas devolvidas. Desconhece-se se devedor tem NIF português e se ainda reside em Portugal

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Jean-Louis Michel Bisson

Valor: € 3 738,08 (três mil, setecentos e trinta e oito euros e oito cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida -"objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Alberto Fernandes dos Santos

Valor: € 123,36 (cento e vinte e três euros e trinta e seis cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José António Marques Rosa

Valor: € 606,50 (seiscentos e seis euros e cinquenta cêntimos)

Resumo do processo: Comunicações extrajudiciais: Devedor alega ter pago, mas ainda não apresentou comprovativos de pagamento.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Manuel Correia Gomes

Valor: € 366,75 (trezentos e sessenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; comunicações extrajudiciais com advogado.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Paulo Manuel Henriques Barros Castro Oliveira

Valor: € 2 821,61 (dois mil, oitocentos e vinte e um euros e sessenta e um cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, "devolvida "objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: Prazer do Mar - Atividades Marítimo-Turísticas, Lda.

Valor: € 50,00 (cinquenta euros)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; comunicações extrajudiciais com devedor.

Processo

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: RPereira - Estudos e Projetos de Engenharia, Lda.

Valor: € 3 633,63 (três mil, seiscentos e trinta e três euros e sessenta e três cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; resposta do devedor a informar que valor não é devido: embarcação cujo estadia foi faturada era o estaleiro de apoio da R. Pereira, Lda. que foi contratada para reparar e recuperar as estruturas flutuantes do Porto de Recreio da Calheta. Fundamento rejeitado; nova interpelação aguarda resposta.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Ricardo Paulo dos Santos Silva

Valor: € 3 523,41 (três mil, quinhentos e vinte e três euros e quarenta e um cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; devedor respondeu a alegar ter retirado a embarcação em dezembro de 2014, sendo a faturação em dívida relativa ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016; em negociações.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Roberto Gregório Gonçalves

Valor: € 316,52 (trezentos e dezasseis euros e cinquenta e dois cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida "falecido": óbito não averbado na Conservatória de Registo Civil.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Ruben Dinarte Reis Escórcio

Valor: € 123,88 (cento e vinte e três euros e oitenta e oito cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Rui Nuno Alves Teles

Valor: € 337,85 (trezentos e trinta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Samuel Dias Lopes

Valor: € 241,16 (duzentos e quarente e um euro e dezasseis cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvido "objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Simão Basílio da Silva Santos

Valor: € 185,94 (cento e oitenta e cinco euros e noventa e quatro cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida -"objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Stephen George Whitrod

Valor: € 278,34 (duzentos e setenta e oito euros e trinta e quatro cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvida -"objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Avelino Pinto

Valor: € 1 692,24 (mil seiscentos e noventa e dois euros e vinte e quatro centimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvido "objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: José Maurício dos Ramos Figueira

Valor: € 1 230,72 (mil duzentos e trinta euros e setenta e dois centimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; Injunção distribuída por oposição de Réu; celebração de transação em sede de audiência de julgamento; recuperação integral da dívida (capital e despesas judiciais, com perdão de juros) no total de €1.332,72. Processo findo.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Tiago Alexandre Mendonça Freitas

Valor: € 123,88 (cento e vinte e três euros e oitenta e oito centimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; injunção com aposição de fórmula executória; preparação de execução.

Processo

Autor: Ponta do Oeste.

Réu: José Mendonça Miranda

Valor: € 411,93 (quatrocentos e onze euros e noventa e três centimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; devedor contesta a dívida e os recibos emitidos;

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Juvenal Rodrigues da Silva

Valor: € 309,70 (trezentos e nove euros e setenta centimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento, devolvido "objeto não reclamado"; preparação de injunção.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Manuel Pedro Pinto

Valor: € 2 526,60 (dois mil, quinhentos e vinte e seis euros e sessenta cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; devedor contesta a dívida. Em negociações.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Patrice Didier Pascal Rey

Valor: € 460,22 (quatrocentos e sessenta euros e vinte e dois cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento.

Processo

Autor: Ponta do Oeste

Réu: Paulo C. Rocha da Silva

Valor: € 339,56 (trezentos e trinta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos)

Resumo do processo: Enviada carta de interpelação para pagamento; possibilidade de recuperação extrajudicial da dívida.

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., de acordo com o disposto no Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro, apresenta os seguintes elementos referentes ao exercício de 2025:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Demonstrações das alterações no Capital Próprio;
- Anexo.

9.1. BALANÇO INDIVIDUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31/dez/25	31/dez/24
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	13	160 843 127,92	155 646 440,24
Ativos intangíveis	14	0,00	0,00
<i>Total de ativo não corrente</i>		160 843 127,92	155 646 440,24
Ativo CORRENTE			
Inventários	15	89,90	136,70
Clientes, contribuintes e utentes	17.1	473 582,62	436 904,62
Estado e outros entes públicos	18	233 800,08	414 939,96
Outras contas a receber	17.2	31 964,20	146 672,02
Caixa e depósitos	12	2 950 141,81	1 406 581,44
<i>Total de ativo corrente</i>		3 689 578,61	2 405 234,74
TOTAL DO ATIVO		164 532 706,53	158 051 674,98
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	19	116 074 640,00	108 315 815,00
Outros instrumentos de capital próprio	19	589 112,23	66 165 391,48
Prémios de emissão	19		0,69
Resultados transitados	19	(79 830,33)	(114 219 466,93)
Outras variações no património líquido	19	34 412 826,52	27 331 582,23
Resultado líquido do período	19	(1 713 966,71)	(1 453 762,60)
Interesses que não controlam			
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		149 282 781,71	86 139 559,87
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	16	1 639 429,07	1 639 429,07
Financiamentos obtidos		-	57 266 666,59
Passivos por impostos diferidos		5 300 896,06	4 734 713,42
<i>Total do passivo não corrente</i>		6 940 325,13	63 640 809,08
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos	18	101,98	434,55
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	17.3	8 309 497,71	8 270 871,48
<i>Total do passivo corrente</i>		8 309 599,69	8 271 306,03
TOTAL DO PASSIVO		15 249 924,82	71 912 115,11
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		164 532 706,53	158 051 674,98

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31/dez/25	31/dez/24
		-	-

Fonte: Opção Divina

9.1.1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/dez/25	31/dez/24
Vendas	21.1	83,43	7 131,30
Prestações de serviços	21.2	600 381,90	670 024,18
Transferências correntes e subsídios à exploração		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(46,80)	(14 437,18)
Fornecimentos e serviços externos	21.3	(267 023,11)	(287 693,58)
Gastos com o pessoal	20	(806 525,55)	(782 456,72)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			1 750 723,22
Outros rendimentos e ganhos	21.5	881 994,71	1 358 946,90
Outros gastos e perdas	21.6	(51 837,40)	(74 279,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		357 027,18	2 627 958,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21.4	(2 070 705,60)	(4 081 158,33)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(1 713 678,42)	(1 453 199,45)
Juros e gastos similares suportados	21.7	(186,31)	(128,60)
Resultado antes de impostos		(1 713 864,73)	(1 453 328,05)
Imposto sobre o rendimento do período	18	(101,98)	(434,55)
Resultado líquido do período		(1 713 966,71)	(1 453 762,60)

Fonte: Opção Divina

9.1.2. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/dex/25	31/dex/24
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	17.1	855 203,24	585 711,93
Pagamentos a fornecedores		-294 419,13	-331 509,15
Pagamentos ao pessoal	20	-780 782,16	-783 927,87
Caixa gerada pelas operações		-219 998,05	-529 725,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2 838,15	-1 271,44
Outros recebimentos/pagamentos		-52 603,98	-50 696,06
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-269 763,88	-581 692,59
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	13	-7 301 895,91	-4 672 483,82
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			8 000,00
Ativos intangíveis			
Subsídios ao investimento	19	8 526 112,16	3 099 801,05
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1 224 216,25	-1 564 682,77
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	19	589 108,00	799 715,36
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			0,00
Juros e gastos similares	21.7		-128,60
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		589 108,00	799 586,76
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 543 560,37	-1 346 788,60
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 406 581,44	2 753 370,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 950 141,81	1 406 581,44
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 406 581,44	2 753 370,04
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/dez/25	31/dez/24
= Saldo da gerência anterior		1 406 581,44	2 753 370,04
De execução orçamental		1 247 122,93	2 635 428,20
De operações de tesouraria		159 458,51	117 941,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 950 141,81	1 406 581,44
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		2 950 141,81	1 406 581,44
De execução orçamental		2 790 683,30	1 247 122,93
De operações de tesouraria		159 458,51	159 458,51

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte: Ponta do Oeste

9.1.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Demonstração das alterações no património líquido no período findo em 31.12.2024

DESCRIÇÃO	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da empresa mãe											(Montantes expressos em Euros)			
		Capital / Património Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período (01.01.2024)	(1)	108 315 815,00	0,00	65 365 676,12	0,69	0,00	0,00	0,00	-109 272 460,46	0,00	0,00	25 848 696,66	-4 947 006,47	85 310 721,54		85 310 721,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Outras alterações conhecidas no Património Líquido				799 715,36					-4 947 006,47			1 482 885,57	4 947 006,47	2 282 600,93		2 282 600,93
	(2)	0,00	0,00	799 715,36	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 947 006,47	0,00	0,00	1 482 885,57	4 947 006,47	2 282 600,93		2 282 600,93
Resultado líquido do período	(3)												-1 453 762,60	-1 453 762,60		-1 453 762,60
Resultado integral	(4)=(2)+(3)												3 493 243,87	828 838,33		828 838,33
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Outras operações	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Posição no fim do período (31.12.2024)	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	108 315 815,00	0,00	66 165 391,48	0,69	0,00	0,00	0,00	-114 219 466,93	0,00	0,00	27 331 582,23	-1 453 762,60	86 139 559,87		86 139 559,87

Demonstração das alterações no patrimônio líquido no período findo em 31.12.2025

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da empresa mãe											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	
		Capital / Património Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de activos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no Património Líquido			Resultado líquido do período
Posição no início do período (01.01.2025)	(1)	108 315 815,00	0,00	66 165 391,48	0,69	0,00	0,00	0,00	-114 219 466,93	0,00	0,00	27 331 582,23	-1 453 762,60	86 139 559,87	86 139 559,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações conhecidas no Património Líquido	(2)			-65 576 279,25	-0,69				114 139 636,60			7 081 244,29	1 453 762,60	57 098 363,55	57 098 363,55
				-65 576					114 139			7 081	1 453	57 098	57 098
	(2)	0,00	0,00	279,25	-0,69	0,00	0,00	0,00	636,60	0,00	0,00	244,29	762,60	363,55	363,55
Resultado líquido do período	(3)												-1 713 966,71	-1 713 966,71	-1 713 966,71
Resultado integral	(4)=(2)+(3)												-260 204,11	55 384 396,84	55 384 396,84
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Outras operações	(5)	7 758 825,00												7 758 825,00	7 758 825,00
	(5)	7 758 825,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 758 825,00	7 758 825,00
Posição no fim do período (31.12.2025)	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	116 074 640,00	0,00	589 112,23	0,00	0,00	0,00	0,00	-79 830,33	0,00	0,00	34 412 826,52	-1 713 966,71	149 282 781,71	149 282 781,71

Aprovado por deliberação n.º 29/2026 do Conselho de Administração

O Conselho de Administração,

A Presidente,



(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

Os Vogais Executivos,

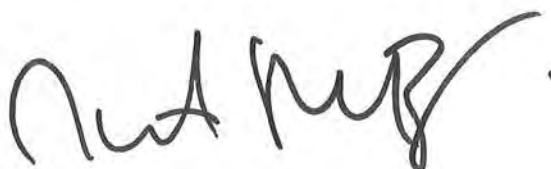


(Fátima Carvalho Correia)



(Elias Homem de Gouveia)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)

10. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. (SDPO), pessoa coletiva n.º 511146507, foi constituída em 02 de agosto de 2000, pelo Decreto Legislativo Regional 18/2000/M e tem a sua sede social à Avenida Zarco, Palácio do Governo, Funchal.

A atividade principal da Sociedade insere-se no âmbito do interesse público, tendo por objeto a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam, de forma integrada, para o desenvolvimento dos Concelhos de Ribeira Brava, da Ponta do Sol e da Calheta. Entre 2004 e 2011 a Sociedade concluiu alguns dos seus investimentos, tendo no final dos anos, transferido o valor destes projetos, de ativos tangíveis em curso para as respetivas rubricas de ativos fixos tangíveis. Neste momento a sociedade dedica-se à exploração direta e indireta dos empreendimentos.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Contudo, as mesmas Demonstrações Financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

O balanço em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

10.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

10.3. BASES DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), o qual integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública (NCP) e o plano de contas multidimensional.

A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC-AP bem como da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações em notas feitas por força dessa NCP e legislação complementar. Foi, também, tido em conta, a adoção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados no âmbito do SNC-AP.

Encontra-se previsto um processo de fusão por incorporação das sociedades de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, incluindo a SDPO – Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste, S.A., na SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., o qual se estima vir a concretizar durante o exercício de 2026, no âmbito do processo de reestruturação e racionalização do setor empresarial público regional, tendo sido elaborado o respetivo estudo de viabilidade económico-financeira que sustenta a referida operação. Não obstante, à data de 31 de dezembro de 2025, a Sociedade mantém a sua autonomia jurídica e operacional, não existindo qualquer decisão de cessação de atividade. Neste contexto, e tendo em consideração a natureza da operação, que consubstancia uma reorganização societária sem impacto na continuidade das operações, a mesma não coloca em causa a aplicação do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas incertezas materiais que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade em prosseguir a sua atividade no futuro previsível.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

As demonstrações financeiras que incluem o Balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo órgão de Gestão da Empresa, no dia 19 março 2026 são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e

do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substancia sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC - AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 3 a 9.

10.4. COMPARABILIDADE DAS RUBRICAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

As demonstrações financeiras em referência ao exercício de 2025 são integralmente comparáveis com as demonstrações financeiras em referência ao exercício de 2024.

10.5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações ou erros.

11. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

11.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais bases de mensuração adotadas pela entidade na preparação das demonstrações financeiras, são como segue:

11.1.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens que integram o ativo fixo tangível são mensurados inicialmente pelo seu custo, conforme previsto na NCP 5, sendo a mensuração subsequente apresentada pelo valor do custo deduzido das depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Atendendo à especificidade da atividade da Sociedade e ao desconhecimento dos destinos a atribuir aos ativos construídos pela SDPO (os quais têm fins sociais), torna-se muito difícil obter o valor recuperável dos referidos ativos, razão pela qual não foi possível efetuar testes de imparidade e registar as eventuais perdas por imparidade que, eventualmente, se pudessem verificar.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis (com exceção dos terrenos que não são depreciados), é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método da linha reta ou quotas constantes, com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e outras construções	20 – 40 anos
Equipamento básico	4 – 16 anos
Equipamento de transporte	4 – 7 anos
Equipamento administrativo	2 – 15 anos
Outros bens	3 -8 anos

Os períodos de vida útil dos ativos fixos tangíveis foram objeto de avaliação, nas datas de relato, tendo-se considerado adequados os que têm vindo a ser praticados.

Para efeitos de depreciação não é deduzido o valor residual dos bens aos respetivos custos de aquisição, por se considerar que não seria possível efetuar a quantificação daqueles montantes de forma fiável.

As despesas correntes com a reparação e manutenção do ativo fixo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de valor significativo, que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas, de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam investimentos, ainda, em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos mensurados ao custo de

aquisição/construção. Estes ativos serão depreciados a partir do momento em que os mesmos estejam disponíveis para uso.

Para os investimentos em curso, relativos a ativos fixos tangíveis, cuja probabilidade de virem a ser concluídos foi avaliada, pelo Conselho de Administração, como sendo remota, foi reconhecida a respetiva perda por imparidade.

11.1.2. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

O custo inclui todas os gastos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local em condições de serem negociados.

O valor realizável líquido é constituído pelo valor de venda expectável dos inventários, deduzido de todos os custos para a realização dessa mesma venda.

Como critério de movimentação é adotado o custo médio ponderado.

11.1.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros, os passivos financeiros ou os instrumentos de capital são reconhecidos apenas quando a entidade se constitui como uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ou quando transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro.

Os passivos financeiros são desconhecidos quando os mesmos se extinguem, ou seja, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

11.1.4. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, encontram-se mensurados, em cada data de relato, ao custo menos qualquer perda por imparidade.

11.1.5. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS CORRENTES

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência que a quantia escriturada excede a quantia recuperável.

Em cada data de relato é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

11.1.6. CAIXA E DEPÓSITOS

A rubrica de caixa e depósitos mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), assim como aplicações de tesouraria convertíveis imediatamente em liquidez, sem afetar o valor do respetivo capital.

11.1.7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Ponta do Oeste encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 14,00%.

Nos termos da legislação em vigor a entidade encontra-se, ainda, sujeita, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2021 a 2025 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Desde o ano de 2023, de acordo com as alterações à legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais deixaram de ter limite temporal para reporte, mas a dedução só é permitida até ao limite de 65% do lucro tributável.

A Empresa não tem qualquer responsabilidade a pagar de IRC, exceto no que respeita à tributação autónoma, dado os prejuízos fiscais de que ainda dispõe.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, quando aplicável, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de virem a existir lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a Sociedade considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza e consequentemente também não foram reconhecidos impostos diferidos passivos.

11.1.8. OPERAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE RELATO (EURO)

O Euro é a moeda funcional e de relato. Para as operações ocorridas em moeda diferente, que determinam a existência, no final dos períodos de relato, de posições em aberto no ativo e no passivo, procede-se à respetiva atualização da posição para o câmbio de 31 de dezembro. As quantias relativas a perdas e ganhos gerados com diferenças de câmbio foram reconhecidos em separado nos resultados correntes.

Relativamente a 31 de dezembro de 2025 as demonstrações financeiras não incluem saldos em moeda diferente da do relato.

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

11.1.9. RECONHECIMENTO DO RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquidos de descontos.

O rédito associado às vendas e prestações de serviços é reconhecido nos resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poder ser recebido em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são apresentadas líquidas de devoluções e de descontos comerciais.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e de acordo com a taxa de juro aplicável.

11.1.10. GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os gastos de financiamento são reconhecidos no período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

Desde 1 de janeiro de 2010, os encargos financeiros de financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos e/ou inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Contudo, este critério só é aplicado, quando a Ponta do Oeste entender que a quantificação daqueles montantes possa ser efetuada de forma fiável.

A capitalização destes encargos, quando aplicável, começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por financiamentos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Durante o exercício de 2025 não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros, por se considerar que (i) o valor dos mesmos não pode ser quantificado de forma fiável; e que (ii) considerando o montante do investimento em curso, face ao total de financiamentos, o eventual montante a capitalizar não teria um impacto significativo nas contas apresentadas.

11.1.11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis são incluídos nos fundos patrimoniais. O seu reconhecimento é efetuado em resultados, de acordo com a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem os gastos associados.

11.1.12. GASTOS COM O PESSOAL

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período.

Os benefícios a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a Segurança Social, bem como, benefícios não monetários tal como seguro de saúde.

Caso o valor do gasto seja superior ao valor das quantias já pagas a diferença é registada como um passivo, tais como os valores associados a direitos a férias e subsídio de férias e outros equiparáveis.

Desde 1 de janeiro de 2010, os gastos com pessoal relacionados diretamente com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos e/ou inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Contudo, este critério só é aplicado, quando a SDPO entender que a quantificação daqueles montantes possa ser efetuada de forma fiável.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso.

Durante o exercício de 2025 não foram capitalizados quaisquer gastos com pessoal, por se considerar que (i) o valor dos mesmos não pode ser quantificado de forma fiável; e que (ii) considerando o montante do investimento em curso, o eventual montante a capitalizar não teria um impacto significativo nas contas apresentadas.

11.1.13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras (nota 16).

11.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Na preparação das demonstrações financeiras foram devidamente tomadas em consideração as seis principais características qualitativas enunciadas na estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas: (i) relevância; (ii) fiabilidade; (iii) compreensibilidade; (iv) oportunidade; (v) comparabilidade e (vi) verificabilidade.

11.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, património líquido, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2.1, acima.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Ponta do Oeste, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. As análises apresentadas seguidamente têm, apenas, como objetivo assistir o leitor das demonstrações financeiras no entendimento das mesmas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Vida útil dos ativos fixos tangíveis com vidas úteis definidas

Os responsáveis da gestão revêm no final de cada período de relato o período estimado de vida útil dos ativos fixos tangíveis, assim como os respetivos períodos de vida útil definidos. No entendimento dos responsáveis da gestão as vidas úteis utilizadas são adequadas e refletem as expectativas quanto ao período de utilização dos referidos bens. Contudo, em virtude de diversos fatores, o período de vida útil dos referidos ativos pode vir a ser distinto daquele assumido na data de relato.

Imparidade dos ativos não correntes

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data de relato, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Sociedade.

Imparidade dos ativos correntes

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a sociedade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a entidade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

11.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Na elaboração das demonstrações financeiras não existem pressupostos relevantes relativos a acontecimentos futuros que tenham um impacto material nos seus elementos.

11.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As principais fontes de incerteza encontram-se descritas na nota 3.3., acima.

12. FLUXOS DE CAIXA

12.1. QUANTIAS NÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. Contudo, é de salientar o facto de determinados recursos financeiros apenas poderem ser utilizados para a realização de investimentos.

12.2. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe da rubrica de caixa e depósitos à ordem, à data do relato, apresentava a seguinte composição:

Caixa e depósitos	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Caixa	2 316,01	24 704,35
Depósitos à ordem	2 947 825,80	1 381 877,09
Total	2 950 141,81	1 406 581,44

Fonte: Opção Divina

13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

13.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

As variações registadas nos ativos fixos tangíveis, comparativamente com o período anterior, apresentam o seguinte detalhe:

13.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIAS ESCRITURADAS – VARIAÇÕES DO PERÍODO

RUBRICAS	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	41 005 665,41	-	41 005 665,41	41 145 876,14	-	41 145 876,14
Edifícios e outras construções	105 929 940,76	75 476 303,87	30 453 636,89	105 960 578,79	77 532 902,47	28 427 676,32
Equipamento básico	358 859,72	328 533,61	30 326,11	359 802,33	342 188,23	17 614,10
Equipamento de transporte	61 667,00	61 667,00	0,00	31 739,13	31 739,13	0,00
Equipamento administrativo	208 561,45	208 396,71	164,74	213 707,65	208 722,25	4 985,40
Outros ativos fixos tangíveis	19 849,30	19 553,33	295,97	19 849,30	19 680,17	169,13

Ativos fixos tangíveis em curso	84 156 351,12	-	84 156 351,12	91 246 806,83	-	91 246 806,83
Total	231 740 894,76	76 094 454,52	155 646 440,24	238 978 360,17	78 135 232,25	160 843 127,92

Fonte: Opção Divina

As amortizações e perdas por imparidade registadas, nos ativos fixos tangíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
(1)	(2)	(3)	(8)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	41 005 665,41	140 210,73	-	41 145 876,14
Edifícios e outras construções	30 453 636,89	30 638,03	(2 056 598,60)	28 427 676,32
Equipamento básico	30 326,11	942,61	(13 654,62)	17 614,10
Equipamento de transporte	-	-	-	0,00
Equipamento administrativo	164,74	5 146,20	(325,54)	4 985,40
Ativos fixos tangíveis	295,97	-	(126,84)	169,13
Ativos fixos tangíveis em curso	84 156 351,12	7 090 455,71	-	91 246 806,83
Total	155 646 440,24	7 267 393,28	(2 070 705,60)	160 843 127,92

Fonte: Opção Divina

14. ATIVOS INTANGÍVEIS

14.1. ATIVOS INTANGÍVEIS VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

As variações registadas nos ativos intangíveis, comparativamente com o período anterior, apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis						
Outras ativos intangíveis	550,00	550,00	0,00	550,00	550,00	0,00
Total	550,00	550,00	0,00	550,00	550,00	0,00

Fonte: Opção Divina

15. INVENTÁRIOS

15.1. INVENTÁRIOS

O inventário decompõe-se do seguinte modo:

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	89,90		89,90
Total	89,90	0,00	89,90

Fonte: Opção Divina

15.2. INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Rubrica	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Inventário Inicial	136,70	268,12
Regularizações de Existências	-	14 305,76
Inventário Final	89,90	136,70
Total	46,80	14 437,18

Fonte: Opção Divina

15.3. MERCADORIAS – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Entidade	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período	Quantia escriturada final
		Consumos / gastos	
(1)	(2)	(4)	(10)=(2)+(3)- (4)-/(5)- (6)+(7)- (8)+(9)
Mercadorias	136,70	46,80	89,90
Total	136,70	46,80	89,90

Fonte: Opção Divina

16. PROVISÕES

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício foi o seguinte:

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)
Processos judiciais em curso (a)	1 639 429,07	-		1 639 429,07
Total	1 639 429,07	-	-	1 639 429,07

Fonte: Opção Divina

Esta provisão foi constituída, na base da prudência, para acautelar eventuais perdas em ações judiciais em curso contra a sociedade.

É convicção do Conselho de Administração da sociedade que estas provisões são suficientes para fazer face a eventuais responsabilidades futuras.

17. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

17.1. CLIENTES

Clientes c/c	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Clientes nacionais	473 582,62	436 904,62
Clientes Paíse Comunitários	-	-
Clientes Cobrança Duvidosa	1 619 837,53	1 619 837,53
Subtotal	2 093 420,15	2 056 742,15
Perdas por imparidade	(1 619 837,53)	(1 619 837,53)
Total	473 582,62	436 904,62

Fonte: Opção Divina

O Conselho de Administração decidiu reconhecer perdas por imparidade de alguns saldos de clientes com alguma antiguidade, cujas tentativas de cobrança têm se revelado ineficazes.

Em 31 de dezembro de 2025 as perdas por imparidade acumuladas ascendem ao montante de 1.619.837,53 euros.

17.2. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Outras contas a receber	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	-	-
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	-	-
Sociedade de Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	-	-
Outros	31 964,20	146 672,02
Total	31 964,20	146 672,02

Fonte: Opção Divina

17.3. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Outras contas a pagar	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Fornecedores de Investimentos	6 441,00	6 441,00
Credores por Acrescimos de gastos		
Remunerações a liquidar	122 507,00	100 721,00
Água & Eletricidade	14 000,00	14 000,00
Comunicação	650,00	650,00
Outros Credores		
Caução Clientes	342 960,80	429 028,61
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA	7 186 659,09	7 186 659,09
Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste, SA	50,00	50,00
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA	-	-
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA	527 000,00	527 000,00
Outros	109 229,82	6 321,78
Total	8 309 497,71	8 270 871,48

Fonte: Opção Divina

Os saldos credores existentes com a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. e a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. acima referenciadas teve como finalidade a dotação da Ponta do Oeste dos meios financeiros adequados à prossecução da sua atividade corrente, decorrentes dos constrangimentos financeiros provocados pelo Orçamento de períodos anteriores e da exiguidade das receitas próprias para fazer face aos seus gastos anuais.

Os passivos por impostos diferidos referem-se aos Subsídios ao investimento registados na rubrica de outras Variações nos Fundos Patrimoniais conforme nota 11.2.

17.4. DESRECONHECIMENTO

No período de relato a Ponta do Oeste não transferiu quaisquer ativos financeiros para outras entidades, pelo que não realizou qualquer desreconhecimento.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

18.1. QUANTIA ESCRITURADA - VARIAÇÃO

A rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte desagregação:

Estado e outros entes públicos	Saldo 31.12.2025		Saldo 31.12.2024	
	Ativo Corrente	Passivo Corrente	Ativo Corrente	Passivo Corrente
IRC - Pagamento especial por conta	-	-	1 480,00	-
IRC - Retenções	1 924,97	-	10 838,69	-
IRC Estimado	-	101,98	-	434,55
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	231 358,82	-	402 621,27	-

Segurança Social / ADSE / CGA/SAMS	516,29	-	-	-
Total	233 800,08	101,98	414 939,96	434,55

Fonte: Opção Divina

18.2. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A desagregação do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento do período	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Resultados antes de impostos	-1 713 864,73	-1 453 328,05
Taxa de Imposto	14,00%	14,70%
Lucro/prejuízo Tributável	-1 691 445,99	-1 431 911,61
Matéria Coletável	0,00	0,00
Coleta	0,00	0,00
Tributação Autônoma	101,98	434,55
Derrama	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento do Período	101,98	434,55
Resultado Líquido do Período	-1 713 966,71	-1 453 762,60
Taxa efetiva do imposto	-0,01%	-0,03%

Fonte: Opção Divina

A Administração considera não existir capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, dos prejuízos fiscais apurados, como tal não foi registado qualquer imposto diferido ativo.

Os prejuízos acumulados passíveis de dedução apresentam o seguinte detalhe:

Exercício	Prejuízo Apurado	Data limite de reporte dos prejuízos
2014	5 664 412,36	2028
2015	4 011 985,56	2029
2016	4 165 560,68	2030
2017	3 349 755,32	2031
2018	3 017 791,08	2032
2019	5 461 555,51	2033
2020	3 178 694,04	2032
2021	3 662 830,93	2033
2022	3 547 279,82	
2023	4 939 780,76	
2024	1 431 707,61	
2025	1 691 445,99	
Total	44 122 799,66	

Fonte: Opção Divina

19. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

19.1. PATRIMÓNIO/CAPITAL

A Ponta do Oeste é uma sociedade anónima com capital não admitido à cotação em mercados regulados.

O capital, no valor de 116 074 640,00 euros, é composto por 23 214 928,00 ações de valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se, todo realizado.

Entidade	% Participação	Património Subscrito	Património Realizado
Região Autónoma da Madeira	100,00%	116 074 640,00	116 074 640,00
Total	100,00%	116 074 640,00	116 074 640,00

Fonte: Opção Divina

19.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

As variações registadas no Património Líquido compreendem essencialmente o resultado apurado no corrente exercício, conforme:

Património Líquido	Saldo Inicial	Aplicação Resultado Líquido	Diminuição	Saldo Final
Património / Capital	108 315 815,00	-	108 315 815,00	116 074 640,00
Outros instrumentos de capital próprio	66 165 391,48	-	123 432 053,84	589 112,23
Prémios de emissão	0,69	-	0,69	-
Resultados Transitados	(114 219 466,93)	(1 453 762,60)	79 830,33	(79 830,33)
Outras variações no património líquido	27 331 582,23	-	2 322 678,98	34 412 826,52
Resultado Líquido	(1 453 762,60)	1 453 762,60	1 713 966,71	(1 713 966,71)
Total	86 139 559,87	-	235 864 345,55	149 282 781,71

Fonte: Opção Divina

De referir que, em dezembro, foi deliberada a operação Harmónio, a qual consiste na cobertura integral dos prejuízos acumulados através de uma deliberação de redução do capital social a zero e da utilização dos saldos de prestações acessórias e de prémios de emissão. Posteriormente, foi igualmente deliberado o aumento do capital social mediante a conversão

parcial do saldo de prestações acessórias já constituídas, no montante de €116 074 640,00, pelo acionista RAM

A rubrica de outras variações no Património Líquido inclui:

Outras variações património líquido	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Diferenças conversão de demonstrações financeiras	(142 638,81)	(142 638,81)
Subsídios ao investimento - Saldo Inicial	32 208 934,46	25 991 335,47
Subsídios ao investimento - Aumentos	8 526 112,16	3 062 686,50
Imputação do Subsidio ao Investimento	(878 685,23)	(1 324 250,83)
Imputação Passivo - imposto Diferido	(5 300 896,06)	(255 550,10)
Total	34 412 826,52	27 331 582,23

Fonte: Opção Divina

20. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

20.1. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal registado no corrente exercício, ascende a 806 525,55 euros, conforme:

Gasto com Pessoal	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Remunerações dos órgãos sociais	59 424,60	41 573,14
Remunerações do pessoal	597 640,79	593 956,58
Encargos sobre remunerações	145 897,09	140 716,25
Seguro de acidentes de trabalho	3 379,57	3 382,31
Outros gastos com o pessoal	183,50	2 828,44
Total	806 525,55	782 456,72

Fonte: Opção Divina

O número de colaboradores da Ponta do Oeste a 31 de dezembro de 2025 foi de 46²⁴.

20.2. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS DA SOCIEDADE, ASSOCIADOS ÀS FUNÇÕES DE CARGOS DE GESTÃO

Apresentam-se nos quadros seguintes, os montantes totais das remunerações auferidas pelo conjunto dos membros dos órgãos sociais da Sociedade, bem como os custos desta, associados a estas funções, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

- ASSEMBLEIA GERAL

²⁴ Inclui os membros do CA (4)

O Presidente e o Secretário não auferem qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O vencimento dos membros do Conselho de Administração é repartido equitativamente pelas 4 Sociedades de Desenvolvimento, sendo que no ano de 2025 a Ponta do Oeste suportou gastos com remunerações dos órgãos sociais no montante de 59 424,60€.

20.3. OUTROS BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo estimados pela Ponta do Oeste compreendem as férias e subsídio de férias cujo valor estimado ascende a 122 507,00 euros.

20.4. OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO DE EMPREGADOS

Não existem outros benefícios a longo prazo de empregados.

Não existem responsabilidades com pagamentos de complementos de reforma.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1. VENDAS

Na rubrica de vendas encontram-se registadas vendas somente de mercadorias.

Vendas	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Mercadorias	83,43	7 131,30
Total	83,43	7 131,30

Fonte: Opção Divina

21.2. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os rendimentos obtidos no período em análise são essencialmente de concessões, à semelhança do exercício anterior:

Prestações de serviços	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Concessões	600 367,49	645 009,72
Outros serviços	14,41	25 014,46
Total	600 381,90	670 024,18

Fonte: Opção Divina

21.3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no período em análise, apresentam o seguinte detalhe:

Fornecimento e Serviços Externos	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Trabalhos Especializados	625,00	68 645,00
Publicidade e propaganda	4 335,39	3 766,83
Conservação e reparação	11 751,07	6 348,90
Outros	99 074,82	38 299,55
Materiais	4 754,52	3 729,01
Eletricidade	84 012,14	88 823,01
Combustíveis	8 900,98	8 968,99
Água	24 054,94	28 761,92
Deslocações, Estadas e Transportes	678,00	0,00
Comunicação	1 322,87	2 412,29
Seguros	5 963,25	5 908,34
Limpeza, higiene e conforto	4 471,98	220,26
Outros serviços	17 078,15	31 809,48
Total	267 023,11	287 693,58

Fonte: Opção Divina

21.4. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

As depreciações e amortizações registadas no período são essencialmente referentes a ativos fixos tangíveis, conforme:

Gastos de depreciações e de amortizações	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis	2 070 705,60	4 081 158,33
Ativos intangíveis	-	-
Total	2 070 705,60	4 081 158,33

Fonte: Opção Divina

21.5. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Imputação de subsídios para investimentos	878 685,23	1 336 322,39
Outros rendimentos e ganhos	3 309,48	22 624,51
Total	881 994,71	1 358 946,90

Fonte: Opção Divina

21.6. OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Impostos diretos	38 966,58	38 089,35
Impostos indiretos	2 951,85	9 198,80
Taxas	987,00	3 371,00
Outros gastos e perdas	8 931,97	23 620,09
Total	51 837,40	74 279,24

Fonte: Opção Divina

21.7. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Juros e gastos similares suportados	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Outros juros e gastos financeiros	186,31	128,60
Total	186,31	128,60

Fonte: Opção Divina

22. PARTES RELACIONADAS**22.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS**

As entidades relacionadas com a Ponta do Oeste são:

- Região Autónoma da Madeira
- Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.
- Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
- Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

22.2. SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

Partes Relacionadas	Outras Operações
Região Autónoma da Madeira	-
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA	(7 186 659,09)
Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste, SA	-
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA	-
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA	(527 000,00)
Total	(7 713 659,09)

Fonte: Opção Divina

23.COMPROMISSOS / CONTINGÊNCIAS / RESPONSABILIDADES – GARANTIAS PRESTADAS E LETRAS DESCONTADAS

À data de 31 de dezembro de 2025 não existem quaisquer contingências ou compromissos não registados no Balanço.

24.EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

25.DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

25.1. HONORÁRIOS FATURADOS PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os honorários do Revisor Oficial de Contas ascenderam 3.647,80 euros.

25.2. DÍVIDAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

A Ponta do Oeste não é devedora de quaisquer contribuições vencidas perante a Autoridade Tributária.

25.3. DÍVIDAS SEGURANÇA SOCIAL

A Ponta do Oeste não é devedora de quaisquer contribuições vencidas perante a Segurança Social.

25.4. OUTROS

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), durante o exercício de 2025 a sociedade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 66.º do CSC.

26.PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do exercício no montante de 1 713 966,71€ seja objeto de transferência para conta de resultados transitados.

Aprovado por deliberação n.º 29/2026 do Conselho de Administração

O Conselho de Administração,

A Presidente,



(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

Os Vogais Executivos,



(Fátima Carvalho Correia)



(Elias Homem de Gouveia)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)

27. ANEXO II

27.1. RECLASSIFICAÇÃO DA PONTA DO OESTE E ANÁLISE ORÇAMENTAL

A Ponta do Oeste integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira como empresa pública reclassificada (EPR), situação que introduziu alterações significativas nas suas obrigações, dos quais se destaca:

- A integração da Ponta do Oeste no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- Cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- Obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- Obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros em contas abertas no IGCP.

O orçamento inicial da Ponta do Oeste para o ano económico de 2025, elaborado na ótica da contabilidade orçamental, apresentou um valor global de 10 455 634 €, com a seguinte distribuição:

QUADRO 46 – ORÇAMENTO INICIAL DA PONTA DO OESTE

Unidade: €

Designação	Orçamento	
1. Receitas correntes	1 038 526	7,0%
2. Receitas de capital	13 734 784	93,0%
TOTAL DAS RECEITAS	14 773 310	100,0%
1. Despesas correntes	1 498 339	10,1%
2. Despesas de capital	13 274 971	89,9%
TOTAL DAS DESPESAS	14 773 310	100,0%

Fonte: Ponta do Oeste

27.2. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA PONTA DO OESTE

27.2.1. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO

Neste ponto analisaremos o desempenho da Ponta do Oeste ao nível da receita e da despesa, sendo considerados na receita, os valores realmente cobrados, e na despesa, os valores efetivamente pagos. Foram elaboradas 16 alterações orçamentais, com destaque para:

- Integração do saldo de gerência no montante de 1 247 124 €, utilizado para reforçar algumas rubricas orçamentais que estavam em défice no orçamento.
- Meras transferências entre rubricas económicas e de valores provenientes de receitas próprias.

No quadro infra, refletimos o exposto:

QUADRO 47 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Unidade: €

Designação	Orçamento inicial 2025 (1)	Orçamento corrigido 31.12.2025 (2)	Execução orçamental 31.12.2025 (3)	Variação = (3) - (2)	
				Valor	%
Receitas correntes	1 038 526	1 038 526	726 064	-312 462	-30,1%
Receitas de capital	13 734 784	13 657 284	9 115 220	-4 542 064	-33,3%
Saldo de gerência	0	1 247 124	1 247 123	-1	0,0%
TOTAL DAS RECEITAS	14 773 310	15 942 934	11 088 408	-4 854 526	-30,4%

Fonte: Ponta do Oeste

- As receitas correntes tiveram uma execução de 726 0264 €, ficando abaixo em 312 462 mil euros do valor previsto;
- As receitas de capital, registaram uma execução de 9,1M€, ficando abaixo em 4,5M € do valor orçamentado.
- O Saldo de Gerência foi totalmente executado.

27.2.2. SALDO DE GERÊNCIA

O Saldo de Gerência corresponde ao saldo de caixa apurado à data de 31 de dezembro de 2024, tendo sido totalmente integrado no orçamento de 2025, através da 2.ª Alteração orçamental.

QUADRO 48 – SALDO DE GERÊNCIA

Designação	2025			2024	Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
		€	€		%	€
Saldo orçamental	1 247 124	1 247 123	100,0%	2 635 428	-1 388 305	-52,7%
Na posse do serviço	157 086	157 085	100,0%	228 916	-71 830	-31,4%
Na posse do serv. - Rec. Próprias	1 090 038	1 090 037	100,0%	2 406 512	-1 316 475	100,0%
Receita Total	1 247 124	1 247 123	100,0%	2 635 428	-1 388 305	-52,7%

Fonte: Ponta do Oeste

27.2.3. RECEITA

A receita do ano 2025 ascendeu a 11M€, apresentando uma taxa de execução de 69,6%.

QUADRO 49 – RESUMO DA RECEITA

Designação	2025				2024		Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Peso	Execução	Peso		
	€	€	%	%	€	%	€	%
Receitas Correntes								
Transferências correntes	0	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1 008 326	719 830	71,4%	6,5%	568 024	8,0%	151 807	26,7%
Outras receitas correntes	30 200	6 234	20,6%	0,1%	17 688	0,2%	-11 454	-64,8%
Subtotal	1 038 526	726 064	69,9%	6,5%	585 712	8,2%	140 353	24,0%
Receitas de Capital								
Venda de Bens de Investimento	4 659 658	0	0,0%	0,0%	8 000	0,1%	-8 000	100,0%
Transferências de Capital	8 408 518	8 526 112	101,4%	76,9%	3 099 801	43,5%	5 426 311	175,1%
Ativos Financeiros	589 108	589 108	100,0%	5,3%	799 715	11,2%	-210 607	-26,3%
Saldo da gerência anterior	1 247 124	1 247 123	100,0%	11,2%	2 635 428	37,0%	-1 388 305	-52,7%
Subtotal	14 904 408	10 362 343	69,5%	93,5%	6 542 945	91,8%	3 819 398	58,4%
Receita Total	15 942 934	11 088 408	69,6%	100,0%	7 128 657	100,0%	3 959 751	55,5%

Fonte: Ponta do Oeste

No que concerne às receitas correntes verificou-se um acréscimo de 140 353 €, proveniente, essencialmente, da receita de contratos de concessão, bem como, da receita dos

empreendimentos desportivos, nomeadamente, o Centro Desportivo da Madeira e as Piscinas da Ribeira Brava.

Relativamente a 2024, note-se um acréscimo de 3 819 398€ das receitas de capital, por via da receita proveniente de transferências de capital ao abrigo do Contrato Programa do Campo de Golfe da Ponta do Pargo.

27.2.4. RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO

No que respeita à fonte de financiamento, o quadro abaixo evidencia o elevado peso das verbas transferidas ao abrigo dos contratos – programa, bem como o Saldo de Gerência. Estas duas fontes de financiamento, é que financiam maioritariamente, o orçamento.

QUADRO 50 – DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Designação	2025		2024		Variação 2025/2024	
	Execução	Peso	Execução	Peso	€	%
	€	%	€	%		
Passivos Financeiros - RAM	589 108	5,3%	799 715	11,2%	-210 607	-26,3%
RG Não Afetas a Projetos Co-Financiados	3 412 716	30,8%	2 144 951	30,1%	1 267 764	59,1%
SalDOS RG Não Afetas a Projetos Co-Financiados	157 085	1,4%	228 916	3,2%	-71 830	-31,4%
RG Jogos Sociais	20 000	0,2%	900	0,0%	19 100	2122,2%
Fundo de Coesão Nacional	5 093 396	45,9%	953 950	13,4%	4 139 447	433,9%
RP do Ano com Outras Origens	726 064	6,5%	593 712	8,3%	132 353	22,3%
SalDOS de RP transitados - Com outras origens (A)	1 056 275	9,5%	2 372 750	33,3%	-1 316 475	-55,5%
No Sistema Bancário Externo	33 763	0,3%	33 763	0,5%	0	0,0%
Receita Total	11 088 408	100,0%	7 128 657	100,0%	3 959 751	55,5%

Fonte: Ponta do Oeste

27.2.5. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes apresentaram, em 2025, uma execução nula.

QUADRO 51 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Designação	2025			2024	Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Região Autónoma da Madeira	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Total	0	0	0,0%	0	0	0,0%

Fonte: Ponta do Oeste

27.2.6. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

O capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, registou uma execução de 71,4 %, superior em 26,7%, comparativamente ao período homólogo.

QUADRO 52 – VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Designação	2025			2024	Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Venda de bens	200	102	50,9%	8 373	-8 271	-98,8%
Mercadorias	200	102	50,9%	8 373	-8 271	-98,8%
Serviços	1 008 126	719 729	71,4%	559 651	160 078	28,6%
Aluguer de espaços e equipamentos	830 456	716 166	86,2%	526 045	190 121	36,1%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	152 670	0	0,0%	0	0	0,0%
Outros	25 000	3 563	14,3%	33 605	-30 043	-89,4%
Total	1 008 326	719 830	71,4%	568 024	151 807	26,7%

Fonte: Ponta do Oeste

27.2.7. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

A execução destas receitas sofreu um decréscimo em 2025, de 64,8%.

QUADRO 53 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Designação	2025			2024	Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Outras	30 200	6 234	20,6%	17 688	-11 454	-64,8%
Prémios, taxas por garantias de risco e diferenças de câmbio	200	0	0,0%	0	0	0,0%
Outras	30 000	6 234	20,8%	17 688	-11 454	-64,8%
Subsídios	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Total	30 200	6 234	20,6%	17 688	-11 454	-64,8%

Fonte: Ponta do Oeste

27.2.8. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

A execução destas receitas sofreu um decréscimo em 2025, de 100%, pois não teve execução.

QUADRO 54 – VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€		€	%
Terrenos	4 659 658	0	0,0%	8 000		-8 000	100,0%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	4 659 658	0	0,0%	8 000		-8 000	100,0%
Total	4 659 658	0	0,0%	8 000		-8 000	100,0%

Fonte: Ponta do Oeste

27.2.9. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As transferências de Capital registaram em 2025 um acréscimo significativo de 175,1%, explicado pela comparticipação recebida ao abrigo do contrato de programa para a empreitada do “Campo de Golfe da Ponta do Pargo”.

QUADRO 55 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€		€	%
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	8 408 518	8 526 112	101,4%	3 099 801		5 426 311	175,1%
Transferência de Capital	8 358 518	8 526 112	102,0%	3 099 801		5 426 311	175,1%
União Europeia - Instituições	50 000	0	0,0%	0		0	0,0%
Total	8 408 518	8 526 112	101,4%	3 099 801		5 426 311	175,1%

Fonte: Ponta do Oeste

27.2.10. ATIVOS FINANCEIROS

Os Ativos Financeiros registaram uma quebra no valor de 0,2M€, em relação a 2024, e representam a injeção de capital, para fazer face a despesas com pessoal.

QUADRO 56 – ATIVOS FINANCEIROS

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Outros Ativos Financeiros	589 108	589 108	100,0%	799 715	-210 607	-26,3%	
Adm Públicas - Adm regional	589 108	589 108	100,0%	799 715	-210 607	-26,3%	
Total	589 108	589 108	100,0%	799 715	-210 607	-26,3%	

Fonte: Ponta do Oeste

27.2.11. DESPESA

QUADRO 57 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Unidade: €

Designação	Orçamento inicial 2025 (1)	Orçamento corrigido 31.12.2025 (2)	Execução orçamental 31.12.2025 (3)	Variação = (3) - (2)	
				Valor	%
DESPESAS CORRENTES	1 498 339	1 689 188	1 126 044	-563 144	-33,3%
01 Despesas com Pessoal	905 220	1 227 719	790 568	-437 151	-35,6%
0101 Remunerações certas e permanentes	706 686	953 000	617 758	-335 242	-35,2%
0102 Abonos variáveis ou eventuais	29 223	50 804	23 116	-27 688	-54,5%
0103 Segurança social	169 311	223 915	149 695	-74 220	-33,1%
02 Aquisição de bens e serviços	527 619	409 969	290 681	-119 288	-29,1%
0201 Aquisição de bens	33 529	39 329	20 125	-19 204	-48,8%
0202 Aquisição de serviços	494 090	370 640	270 556	-100 084	-27,0%
03 Juros e outros encargos	500	500	86	-414	-82,8%
0301 Sociedades financeiras	0	0	0	0	0,0%
0305 outros juros	500	500	86	-414	-82,8%
04 Transferências correntes	15 000	1 000	0	-1 000	-100,0%
0408 Famílias	15 000	1 000	0	-1 000	-100,0%
06 Outras despesas correntes	50 000	50 000	44 709	-5 292	-10,6%

Designação	Orçamento inicial 2025 (1)	Orçamento corrigido 31.12.2025 (2)	Execução orçamental 31.12.2025 (3)	Variação = (3) - (2)	
				Valor	%
0602 Diversas	50 000	50 000	44 709	-5 292	-10,6%
DESPESAS DE CAPITAL	13 274 971	14 253 746	7 302 046	-6 951 700	-48,8%
07 Aquisição de bens de capital	13 274 971	14 253 746	7 302 046	-6 951 700	-48,8%
0701 Investimentos	13 274 971	14 253 746	7 302 046	-6 951 700	-48,8%
08 Transferências de capital	0	0	0	0	0,0%
0801 Soc. e quase soc. Não financeiras	0	0	0	0	0,0%
10 Passivos financeiros	0	0	0	0	0,0%
1006 Empréstimos de medio e longo prazo	0	0	0	0	0,0%
TOTAL DAS DESPESAS	14 773 310	15 942 934	8 428 089	-7 514 845	-47,1%

Fonte: Ponta do Oeste

- As despesas correntes tiveram uma execução de 1,1M €, ficando abaixo em 563 144 € do valor previsto para a execução orçamental;
- As despesas de capital registaram uma execução de 7,3M€, ficando abaixo em 6,9M€, do valor previsto para a execução orçamental.

27.2.12. DESPESAS COM PESSOAL

As Despesas com o Pessoal representam 13,4% do total da despesa, com um valor 790 568 €.

QUADRO 58 – DESPESAS COM O PESSOAL

Designação	2025			2024	Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Remunerações certas e permanentes	953 000	617 758	64,8%	613 601	4 157	0,7%
Órgãos sociais	54 649	45 134	82,6%	32 054	13 079	40,8%
Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	693 193	432 510	62,4%	434 651	-2 142	-0,5%
Representação	26 199	18 474	70,5%	12 915	5 559	43,0%

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
		€	%		€	
Suplementos e prémios	19 118	10 299	53,9%	18 746	-8 447	-45,1%
Subsídio de refeição	69 206	41 933	60,6%	39 971	1 962	4,9%
Subsídio de férias e de Natal	90 635	69 409	76,6%	75 264	-5 855	-7,8%
Abonos variáveis ou eventuais	50 804	23 116	45,5%	23 255	-139	-0,6%
Gratificações variáveis ou eventuais	3 000	0	0,0%	0	0	0,0%
Ajudas de custo	3 981	677	17,0%	1 430	-754	-52,7%
Abono para falhas	4 103	2 579	62,9%	2 682	-103	-3,8%
Formação	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Outros abonos em numerário ou espécie	39 720	19 860	50,0%	19 143	717	3,7%
Segurança social	223 915	149 695	66,9%	147 072	2 623	1,8%
Contribuições para a segurança social	214 215	144 823	67,6%	143 068	1 756	1,2%
Seguros	8 000	3 380	42,2%	3 394	-14	-0,4%
Outras Despesas de Segurança Social	1 700	1 492	87,8%	611	881	144,2%
Total	1 227 719	790 568	64,4%	783 928	6 641	0,8%

Fonte: Ponta do Oeste

No agrupamento 01 – Despesas com pessoal houve uma execução de 790 568€, que em termos globais representou um acréscimo de 0,8%, comparativamente a 2024.

27.2.13. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A Aquisição de Bens e Serviços representa 3,4% do total da despesa, com uma execução de 0,29M€.

QUADRO 59 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Aquisição de bens	39 329	20 125	51,2%	17 956	2 169	12,1%	
Combustíveis e lubrificantes	20 523	10 566	51,5%	10 624	-57	-0,5%	
Limpeza e higiene	4 190	4 010	95,7%	0	4 010	100,0%	
Vestuário e artigos pessoais	2 860	0	0,0%	2 837	-2 837	-100,0%	
Material de escritório	3 846	633	16,5%	116	517	443,9%	
Mercadorias para venda	360	0	0,0%	0	0	0,0%	
Ferramentas e utensílios	4 500	2 664	59,2%	3 697	-1 033	-27,9%	
Outros bens	3 050	2 252	73,8%	682	1 570	230,4%	
Aquisição de serviços	370 640	270 556	73,0%	313 553	-42 997	-13,7%	
Encargos das instalações	134 700	126 619	94,0%	137 786	-11 166	-8,1%	
Limpeza e higiene	4 000	1 794	44,8%	353	1 441	408,6%	
Conservação de bens	25 630	20 454	79,8%	6 708	13 746	204,9%	
Comunicações	5 787	1 592	27,5%	2 882	-1 290	-44,8%	
Seguros	7 500	5 963	79,5%	5 897	66	1,1%	
Deslocações e estadas	1 500	678	45,2%	0	678	100,0%	
Estudos pareceres projetos e consultadoria	37 398	31 544	84,3%	22 851	8 693	38,0%	

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
		€	%			
Outras	2 000	0	0,0%	0	0	0,0%
Publicidade	16 050	5 000	31,2%	3 848	1 153	30,0%
Assistência técnica	2 500	0	0,0%	2 737	-2 737	-100,0%
Outros trabalhos especializados	121 075	72 212	59,6%	118 214	-46 002	-38,9%
Outros serviços	12 500	4 699	37,6%	12 278	-7 579	-61,7%
Total	409 969	290 681	70,9%	331 509	-40 828	-12,3%

Fonte: Ponta do Oeste

Para a variação observada relativamente a 2024, salienta-se as de maior valor absoluto:

- O maior aumento verificou-se na aquisição de produtos de limpeza, bem como, nos encargos das instalações, nomeadamente, despesas com eletricidade e água.

27.2.14. JUROS E OUTROS ENCARGOS

Os Juros e Outros Encargos tiveram uma execução de 17,2%.

QUADRO 60 – JUROS E OUTROS ENCARGOS

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Juros da dívida pública	0	0	0,0%	0	0	-100,0%	
Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financ.	0	0	0,0%	0	0	-100,0%	
Outros juros	500	86	17,2%	32	54	169,8%	
Outros	500	86	17,2%	32	54	169,8%	
Total	500	86	17,2%	32	54	169,8%	

Fonte: Ponta do Oeste

27.2.15. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As Transferências Correntes tiveram uma execução nula.

QUADRO 61 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Famílias	1 000	0	0,0%	1 314	-1 314	-100,0%	
Outras	1 000	0	0,0%	1 314	-1 314	-100,0%	
Total	1 000	0	0,0%	1 314	-1 314	-100,0%	

Fonte: Ponta do Oeste

A execução nula deve-se ao facto de em 2025 não ter havido qualquer contratação ao abrigo dos programas de emprego em associação com a Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

27.2.16. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Este subagrupamento teve uma execução de 89,4% e apresenta um decréscimo de 18,9% face a 2024.

QUADRO 62 – IMPOSTOS E TAXAS

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Diversas	50 000	44 709	89,4%	55 152	-10 444	-18,9%
Impostos e taxas	50 000	44 709	89,4%	55 152	-10 444	-18,9%
Total	50 000	44 709	89,4%	55 152	-10 444	-18,9%

Fonte: Ponta do Oeste

27.2.17. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Este subagrupamento representa 51,2% do total da despesa, e apresenta um acréscimo de 56,3% face a 2024.

QUADRO 63 – AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Investimentos	14 253 746	7 302 046	51,2%	4 672 484	2 629 562	56,3%
Terrenos	185 000	140 211	75,8%	1 959 971	-1 819 761	-92,8%
Edifícios	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Construções diversas	14 026 046	7 155 539	51,0%	2 703 599	4 451 940	164,7%
Equipamento de transporte	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Equipamento de informática	18 300	0	0,0%	0	0	0,0%
Software informático	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Equipamento administrativo	6 100	5 146	84,4%	0	0	0,0%
Equipamento básico	18 300	1 150	6,3%	8 913	-7 763	-87,1%
Total	14 253 746	7 302 046	51,2%	4 672 484	2 629 562	56,3%

Fonte: Ponta do Oeste

Para o acentuado aumento verificado na Aquisição de Bens de Capital, contribuiu maioritariamente as despesas associadas à empreitada “Campo de Golfe da Ponta do Pargo”.

27.2.18. PASSIVOS FINANCEIROS

Os Passivos Financeiros tiveram uma execução nula em 2025.

QUADRO 64 – PASSIVOS FINANCEIROS

Designação	2025			2024		Variação 2025/2024	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€		€	%
Empréstimos a médio e longo prazos	0	0	0,0%	0		0	0,0%
Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	0	0	0,0%	0		0	0,0%
Total	0	0	0,0%	0		-0	0,0%

Fonte: Ponta do Oeste

27.3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

27.3.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

A Ponta do Oeste, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pessoa coletiva n.º 511 146 507.

É tutelada pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, possui a natureza de pessoa coletiva de direito público e integra o perímetro como empresa pública reclassificada.

O seu Código de Classificação Orgânica é 501020100.

As demonstrações orçamentais anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas nos termos da legislação em vigor, designadamente em respeito pela NCP 26 e pelas instruções do TdC.

Entendemos que as demonstrações orçamentais refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ponta do Oeste, bem como a sua posição e desempenho orçamental e de fluxos de caixa no ano de 2025.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações orçamentais, segundo a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC AP, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da Ponta do Oeste, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

O princípio fundamental que esteve subjacente à elaboração das demonstrações orçamentais foi a comparabilidade da informação, quer com as respetivas demonstrações do período anterior.

O Relato Orçamental consiste em proporcionar informação sobre o orçamento inicial, as alterações orçamentais, a execução das receitas e das despesas orçamentadas, os pagamentos e dos recebimentos, bem como, o desempenho orçamental.

Assim, em conformidade com o n.º 2 do parágrafo 46 da NCP mencionada, são seguidamente apresentados os quadros respeitantes aos mapas obrigatórios que constituem um conjunto completo de demonstrações orçamentais de relato (DOR):

154

[illegible]

Pontaeste, s.a.

DOCUMENTO PREPARADO POR DOWNS, TAYLOR, ASSOCIADOS INCORPORATED
26-03-2008 17:08 * Yany Yalmar Ferreres Gonzalez



• DOR 2. Demonstração de execução orçamental da receita (anexo 2)

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: E 591020100

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	RECEITAS LIQUIDADAS ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS		RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LÍQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	EMITIDOS	PAGOS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL	(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)
RECEITA CORRENTE															
591020100															
052026.513.6701090175.000	200,00	-1 939,80	2 038,85	101,75	0,00	101,75	0,00	0,00	0,00	101,75	101,75	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.6702010175.000	701 161,00	-2 105 758,01	2 050 472,47	870 095,09	113 048,55	716 165,96	0,00	0,00	127 291,50	588 874,48	716 165,96	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.6702080175.000	152 670,00	152 670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.6702998975.000	25 000,00	21 274,15	4 313,08	412,77	1 000,00	3 562,85	0,00	0,00	4 425,47	-462,82	3 562,85	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.6801010175.000	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.6801998975.000	30 000,00	23 765,88	0,00	6 234,12	0,00	6 234,12	0,00	0,00	0,00	6 234,12	6 234,12	0,00	0,00	0,00	0,00
9009 231,00	-1 309 787,78	2 056 823,60	878 843,73	114 848,55	726 064,48	0,00	0,00	131 716,97	594 347,51	726 064,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL															
591020100															
052026.315.1111051005.000	500 100,00	0,00	0,00	500 100,00	0,00	500 100,00	0,00	0,00	0,00	500 100,00	500 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.382.1601010196.000	157 086,00	0,51	0,00	157 085,49	0,00	157 085,49	0,00	0,00	0,00	157 085,49	157 085,49	0,00	0,00	0,00	0,00
057034.712.1601030175.000	33 763,00	0,36	0,00	33 762,64	0,00	33 762,64	0,00	0,00	0,00	33 762,64	33 762,64	0,00	0,00	0,00	0,00
779 957,00	0,87	0,00	0,00	779 956,13	0,00	779 956,13	0,00	0,00	0,00	779 956,13	779 956,13	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 680 188,00	-1 800 786,91	2 056 823,60	1 658 799,86	114 848,55	1 506 020,61	0,00	0,00	131 716,97	1 374 383,64	1 506 020,61	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (1)=(9)+(10); (12)=(3)+(4)+(5)+(6)+(7)
DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR. ATUALIZAÇÃO INFORMATICA S/A
25-02-2026 11:11 - Yany Yulimar Ferreira Correia

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: I 508020100

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS		RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REMBOLSOS RESSTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS		RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS				
				RECEITAS LIQUIDADAS	ANULADAS		PERÍODOS ANTERIORES	PAGOS	PERÍODO CORRENTE	TOTAL		(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEQUENTES
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)*	(12)*	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
RECEITA CORRENTE																
508020100	11 500,00	11 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
045013.513.0702010776.52744																
052026.513.0702010776.52747	6 100,00	6 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.0702010776.52745	18 300,00	18 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.0702010776.52746	18 300,00	18 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.0702010776.52690	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.0702010776.52388	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.0702010776.52405	11 595,00	11 595,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.0702010776.53315	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.0702010776.53893	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.0702010776.53891	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.0702010776.53892	13 500,00	13 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	129 295,00	129 295,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL																
508020100																
052026.387.1004022006.52743	3 248 724,00	-163 991,77	0,00	3 412 715,77	0,00	3 412 715,77	0,00	0,00	3 412 715,77	3 412 715,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.387.1004022006.53690	7 500,00	7 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.387.1004022006.53692	20 000,00	0,00	0,00	20 000,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.387.1004022006.52405	25 000,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.382.1004022006.52743	5 057 294,00	-38 102,38	0,00	5 093 396,39	0,00	5 093 396,39	0,00	0,00	5 093 396,39	5 093 396,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
045013.480A.1008012004.52744	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.513.0690101076.52743	4 659 658,00	4 659 658,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.522.1091030176.52405	40 000,00	0,00	0,00	40 000,00	0,00	40 000,00	0,00	0,00	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026.522.1091030176.52743	1 016 275,00	0,20	0,00	1 016 274,80	0,00	1 016 274,80	0,00	0,00	1 016 274,80	1 016 274,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	14 124 451,00	4 542 864,04	0,00	9 582 386,96	0,00	9 582 386,96	0,00	0,00	9 582 386,96	9 582 386,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14 253 748,00	4 671 359,04	0,00	9 582 386,96	0,00	9 582 386,96	0,00	0,00	9 582 386,96	9 582 386,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (1)=(9)+(10); (12)=(3)+(4)-(5)-(6)+(7)

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - JRE LACAO INFORMATICA S/A
28-02-2026 17:11 - Yeny Yulimar Ferreira Conceição

CLASIFICACIÓN ORGÁNICA. I. 511.26109

[illegible]

1000

Pontaeste^{id}

01025102

[illegible]

© 2007 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 262: 493–501

Pontaeste^{sa}

DOCUMENTO PREPARADO POR COMPTON - APPLICADO INFORMÁTICA S.A.

• DOR 4. Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos (anexo 4)

OBJETIVO	NÚMERO DO PROJETO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	FORMA DE REALIZAÇÃO ORÇAMENTAL	FONTE DE FINANCIAMENTO					DATAS		FASE DE EXECUÇÃO	MONTANTE PREVISTO					MONTANTE EXECUTADO			NÍVEL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL %	NÍVEL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL %			
				RG	RP	UE	EMPR	ND	NÍCIO	FIM		ANO N	PERÍODOS FUTUROS				TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO N			TOTAL		
													ANO N+1	ANO N+2	ANO N+3	ANO N+4								
3170	5238	PROJETO 5238	Administração Direta	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física até 25%	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00 %	0,00 %
3170	5265	REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	Administração Direta	25.000,00	5.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física até 25%	76.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.995,00	0,00	0,00	76.995,00	0,00 %	0,00 %
3170	5270	REABILITAÇÃO DE ZONAS DE LAZER E DESPORTO	Administração Direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física até 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %
3170	5273	CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO FURGO	Administração Direta	8.366.048,00	675.933,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física até 15%	13.941.981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.941.981,00	0,00	7.261.563,13	7.261.563,13	51,84 %	51,84 %
3170	5274	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PHOENIX DO CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	Administração Direta	0,00	11.500,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física até 25%	91.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.500,00	0,00	0,00	91.500,00	0,00 %	0,00 %
3170	5275	EQUIPAMENTO BÁSICO - SÓPO	Administração Direta	0,00	11.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física até 25%	11.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.300,00	0,00	1.146,89	1.146,89	0,09 %	0,09 %
3170	5276	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SÓPO	Administração Direta	0,00	11.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física até 25%	11.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.300,00	0,00	0,00	11.300,00	0,00 %	0,00 %
3170	5277	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SÓPO	Administração Direta	0,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física superior a 75%	6.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.100,00	0,00	5.146,23	5.146,23	84,37 %	84,37 %
3170	5315	REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO LUGAR DE BAGO	Administração Direta	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física até 25%	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00 %	0,00 %
3170	5360	REABILITAÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DO PARQUE DA RIBEIRA BRAVA	Administração Direta	7.500,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física até 25%	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00 %	0,00 %
3170	5361	REABILITAÇÃO DO PARQUE DO ESTACIONAMENTO DA RIBEIRA BRAVA	Administração Direta	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física até 25%	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00 %	0,00 %
6470	5362	REABILITAÇÃO DA ÁREA BALNEAR DA PRAIA DE MAR DA RIBEIRA BRAVA	Administração Direta	20.000,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física superior a 75%	33.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.500,00	0,00	25.628,06	25.628,06	76,99 %	76,99 %
6470	5363	REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DAS PRAIAS DA RIBEIRA BRAVA	Administração Direta	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2025	31/12/2025	Execução física superior a 75%	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	8.396,48	8.396,48	80,99 %	80,99 %
			TOTAL	8.388.948,00	845.228,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	TOTAL	TOTAL		14.235.148,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.235.148,00	0,00	7.302.343,91	7.302.343,91		

- DOR 5. Anexo às demonstrações orçamentais:
 - DOR 5.1. Alterações orçamentais da receita (anexo 5)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS				OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(8)
311 11	Activos financeiros:	589 168,00	0,00	0,00	0,00	589 168,00
311 1111	Outros activos financeiros:	589 168,00	0,00	0,00	0,00	589 168,00
311 111105	Adm. Públicas - Adm. regional:	589 168,00	0,00	0,00	0,00	589 168,00
311 111105 10 00	ADM. PÚBLICAS - ADM. REGIONAL	589 168,00	0,00	0,00	0,00	589 168,00
382 16	Saldo da gestão anterior:	0,00	157 086,00	0,00	0,00	157 086,00
382 1601	Saldo orçamental:	0,00	157 086,00	0,00	0,00	157 086,00
382 160101	Na posse do serviço:	0,00	157 086,00	0,00	0,00	157 086,00
382 160101 01 99	Na posse serv. - Rec. impostos	0,00	157 086,00	0,00	0,00	157 086,00
389 08	Outras receitas correntes:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
389 0802	Subsídios:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
389 080205	Serviços e fundos autónomos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
389 080205 01 78	Rec. próprias - SFA e Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
513 07	Venda de bens e serviços correntes:	879 831,00	0,00	0,00	0,00	879 831,00
513 0701	Venda de bens:	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
513 070108	Mercadorias:	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
513 070108 01 78	Rec. próprias - Mercadorias	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
513 0702	Serviços:	878 831,00	0,00	0,00	0,00	878 831,00
513 070201	Aluguer de espaços e equipamentos:	701 161,00	0,00	0,00	0,00	701 161,00
513 070201 01 78	Rec. próprias - Aluguer de espaços e equipam.	701 161,00	0,00	0,00	0,00	701 161,00

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2025

(Assinaturas)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES	PREVISÕES CORRIGIDAS	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
513 070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto.	152 870,00	0,00	0,00	0,00	152 870,00	
513 070208 01 78	Rec. próprias -Serv. soc. recreativos, cultur. e desporto	152 870,00	0,00	0,00	0,00	152 870,00	
513 070299	Outros.	25 000,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	
513 070299 99 78	Rec. próprias - Outros/Outros serviços	25 000,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	
513 08	Outras receitas correntes:	30 200,00	0,00	0,00	0,00	30 200,00	
513 0801	Outras receitas correntes:	30 200,00	0,00	0,00	0,00	30 200,00	
513 080101	Prémios, taxas por garantias de risco e diferenças de câmbio.	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	
513 080101 01 78	Rec. próprias -Prémios, taxas p/ garantias de riscos	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	
513 080199	Outras.	30 000,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00	
513 080199 99 78	Rec. próprias - Outras/Outras rec. correntes	30 000,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00	
513 09	Venda de bens de investimento:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
513 0901	Terrenos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
513 090101	Sociedades e quase soc. não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
513 090101 01 78	Rec. próprias - Soc. e quase-soc. n/ financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 16	Saldo da gerência anterior:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 1601	Saldo orçamental:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 160103	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 160103 01 78	Na posse serv.- Rec. próprias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
712 16	Saldo da gerência anterior:	0,00	33 783,00	0,00	0,00	33 783,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES	PREVISÕES CORRIGIDAS	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
712 1601	Saldo orçamental:	0,00	33 763,00	0,00	0,00	33 763,00	
712 160103	Na posse do serviço - Consignado,	0,00	33 763,00	0,00	0,00	33 763,00	
712 160103 01 78	Na posse serv.- Rec. próprias	0,00	33 763,00	0,00	0,00	33 763,00	
TOTAL		1 486 339,00	190 849,00			1 689 188,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES	PREVISÕES CORRIGIDAS	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
381 10	Transferências de capital:	3 248 724,00	0,00	0,00	0,00	3 248 724,00	
381 1004	Administração regional:	3 248 724,00	0,00	0,00	0,00	3 248 724,00	
381 100402	Região Autónoma da Madeira	3 248 724,00	0,00	0,00	0,00	3 248 724,00	
381 100402 20 09	CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO PARCO	3 248 724,00	0,00	0,00	0,00	3 248 724,00	
382 16	Saldo da gerência anterior:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
382 1601	Saldo orçamental:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
382 160101	Na posse do serviço:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
382 160101 01 99	Na posse serv. - Rec. impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
387 10	Transferências de capital:	130 000,00	0,00	20 000,00	97 500,00	52 500,00	
387 1004	Administração regional:	130 000,00	0,00	20 000,00	97 500,00	52 500,00	
387 100402	Região Autónoma da Madeira	130 000,00	0,00	20 000,00	97 500,00	52 500,00	
387 100402 20 02	Região Autónoma da Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
387 100402 20 03	REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	100 000,00	0,00	0,00	75 000,00	25 000,00	
387 100402 20 04	Projeto 53692 - Revitalização da Frente Mar da Ribeira Brava	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
387 100402 20 05	Projeto 53692 - Projeto de Frente Mar da Ribeira Brava	0,00	0,00	20 000,00	0,00	20 000,00	
387 100402 20 06	REABILITAÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DO ARCO DA CALHETA	30 000,00	0,00	0,00	22 500,00	7 500,00	
392 10	Transferências de capital:	5 057 294,00	0,00	0,00	0,00	5 057 294,00	
392 1004	Administração regional:	5 057 294,00	0,00	0,00	0,00	5 057 294,00	
392 100402	Região Autónoma da Madeira	5 057 294,00	0,00	0,00	0,00	5 057 294,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA			ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO (1)	DESIGNAÇÃO (2)	PREVISÕES INICIAIS (3)	CRÉDITOS ESPECIAIS (4)	REFORÇOS (5)	ANULAÇÕES (6)		
332 100402 20 09	CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO PARCO	5 057 294,00	0,00	0,00	0,00	5 057 294,00	(8)
4MA 10	Transferências de capital:	50 000,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	
4MA 1009	Resto do Mundo:	50 000,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	
4MA 100901	União Europeia - Instituições:	50 000,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	
4MA 100901 20 04	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA E CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	50 000,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	
513 07	Venda de bens e serviços correntes:	129 295,00	0,00	5 000,00	5 000,00	129 295,00	
513 0702	Serviços:	129 295,00	0,00	5 000,00	5 000,00	129 295,00	
513 070201	Aluguer de espaços e equipamentos:	129 295,00	0,00	5 000,00	5 000,00	129 295,00	
513 070201 01 78	REVITALIZAÇÃO DA ÁREA BALNEAR DA FRENTE MAR DA RIBEIRA BRAVA	129 295,00	0,00	5 000,00	5 000,00	129 295,00	
513 09	Venda de bens de investimento:	4 659 658,00	0,00	0,00	0,00	4 659 658,00	
513 0901	Terrenos:	4 659 658,00	0,00	0,00	0,00	4 659 658,00	
513 090101	Sociedades e quase soc. não financeiras:	4 659 658,00	0,00	0,00	0,00	4 659 658,00	
513 090101 01 78	CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO PARCO	4 659 658,00	0,00	0,00	0,00	4 659 658,00	
522 16	Saldo da gestão anterior:	0,00	1 056 275,00	0,00	0,00	1 056 275,00	
522 1601	Saldo orçamental:	0,00	1 056 275,00	0,00	0,00	1 056 275,00	
522 160103	Na posse do serviço - Consignado:	0,00	1 056 275,00	0,00	0,00	1 056 275,00	
522 160103 01 78	Na posse serv.- Rec. próprias	0,00	1 056 275,00	0,00	0,00	1 056 275,00	
TOTAL		13 274 971,00	1 056 275,00	25 000,00	102 500,00	14 253 746,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)

○ DOR 5.2. Alterações orçamentais da despesa (anexo 6)

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESIGNAÇÃO (2)	DOTAÇÕES INICIAIS (3)	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			MODIFICAÇÕES NA REDAÇÃO DA RUBRICA (7)	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS (8)	DOTAÇÕES CORRIGIDAS (9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	OBSERVAÇÕES (10)
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS REFORÇOS (4)	ANULAÇÕES (5)	CÉDITOS ESPECIAIS (6)				
311 01	Despesas com o pessoal	589 100,00	9 986,00	9 986,00	0,00		0,00	589 100,00	
311 0101	Remunerações certas e permanentes	471 125,00	0,00	0,00	0,00		0,00	471 125,00	
311 010102 00 00	Órgãos sociais	22 483,00	0,00	0,00	0,00		0,00	22 483,00	
311 010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	335 183,00	0,00	0,00	0,00		0,00	335 183,00	
311 010104 A0 00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO-PESSOAL EM FUNÇÕES	335 183,00	0,00	0,00	0,00		0,00	335 183,00	
311 010109	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
311 010109 A0 00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-PESSOAL EM FUNÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
311 010111	Representação	10 982,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 982,00	
311 010111 A0 00	REPRESENTAÇÃO-PESSOAL EM FUNÇÕES	10 982,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 982,00	
311 010112	Suplementos e prémios	9 912,00	0,00	0,00	0,00		0,00	9 912,00	
311 010112 A0 00	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS-PESSOAL EM FUNÇÕES	9 912,00	0,00	0,00	0,00		0,00	9 912,00	
311 010113	Subsídio de refeição	33 983,00	0,00	0,00	0,00		0,00	33 983,00	
311 010113 A0 00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL EM FUNÇÕES	33 983,00	0,00	0,00	0,00		0,00	33 983,00	
311 010114	Subsídio de férias e de Natal	58 004,00	0,00	0,00	0,00		0,00	58 004,00	
311 010114 SF A0	SUBSÍDIO DE FÉRIAS-PESSOAL EM FUNÇÕES	29 302,00	0,00	0,00	0,00		0,00	29 302,00	
311 010114 SN A0	SUBSÍDIO DE NATAL-PESSOAL EM FUNÇÕES	29 302,00	0,00	0,00	0,00		0,00	29 302,00	
311 0102	Abonos variáveis ou eventuais	6 242,00	9 086,00	0,00	0,00		0,00	15 328,00	
311 010202 00 00	Horas extraordinárias	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00	
311 010204 00 00	Ajudas de custo	2 394,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 394,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS							OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS	ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
(1)	(2)	(3)	REFORÇOS	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
311 010205 00 00	Abono para falhas	1 848,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 848,00	
311 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	0,00	9 086,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 086,00	
311 010214 80 00	SUBSIDIO DE INSULARIDADE	0,00	9 086,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 086,00	
311 0103	Segurança social	111 741,00	0,00	9 086,00	0,00	0,00	0,00	102 655,00	
311 010305	Contribuições para a segurança social	106 741,00	0,00	9 086,00	0,00	0,00	0,00	97 655,00	
311 010305 A0 A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇOES	3 138,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 138,00	
311 010305 A0 B0	SEGURANÇA SOCIAL	103 603,00	0,00	9 086,00	0,00	0,00	0,00	94 517,00	
311 010305 A0 00	OUTRAS	338,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338,00	
311 010309 00 00	Seguros	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
311 010310	Outras despesas de segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
311 010310 AC 00	ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
382 01	Despesas com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157 086,00	
382 0101	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128 651,00	
382 010102 00 00	Orgãos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 266,00	
382 010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 647,00	
382 010104 A0 00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO-PESSOAL EM FUNÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 647,00	
382 010111	Representação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 256,00	
382 010111 A0 00	Representação-Pessoal em funções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 256,00	
382 010113	Subsídio de relação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 753,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS							OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS	ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
(1)	(2)	(3)	REFORÇOS	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
382 010113 A0 00	Subsídio de refeição-Pessoal em funções	0,00	0,00	0,00	10 753,00		0,00	10 753,00	
382 010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	0,00	0,00	6 129,00		0,00	6 129,00	
382 010114 SF A0	Subsídio de férias-Pessoal em funções	0,00	0,00	0,00	6 129,00		0,00	6 129,00	
382 0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	11 845,00		0,00	11 845,00	
382 010204 00 00	Ajuda de custo	0,00	0,00	0,00	390,00		0,00	390,00	
382 010205 00 00	Abono para falhas	0,00	0,00	0,00	661,00		0,00	661,00	
382 010214	Outro abono em numerário ou espécie	0,00	0,00	0,00	10 774,00		0,00	10 774,00	
382 010214 B0 00	Subsídio de insalubridade	0,00	0,00	0,00	10 774,00		0,00	10 774,00	
382 0103	Segurança social	0,00	0,00	0,00	17 190,00		0,00	17 190,00	
382 010305	Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	17 190,00		0,00	17 190,00	
382 010305 A0 A0	Caixa geral de aposentações	0,00	0,00	0,00	1 223,00		0,00	1 223,00	
382 010305 A0 B0	Segurança social	0,00	0,00	0,00	15 841,00		0,00	15 841,00	
382 010305 A0 O0	Outras	0,00	0,00	0,00	126,00		0,00	126,00	
382 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
382 0202	Aquisição de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
382 020209	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
382 020209 E0 TT	COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
389 04	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
389 0408	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
389 040802	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS							OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS	ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
(1)	(2)	(3)	REFORÇOS	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)+(5)+(6)+(7)	(10)
389 040602 A0 00	ESTÁGIOS PROPRISIONAIS NA AP - PARA A BOLSA DE ESTÁGIO E SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
513 01	Despesas com o pessoal	318 112,00	136 750,00	5 100,00	0,00		0,00	447 762,00	
513 0101	Remunerações certas e permanentes	235 561,00	87 900,00	3 400,00	0,00		0,00	320 061,00	
513 010102 00 00	Órgãos sociais	11 244,00	13 600,00	0,00	0,00		0,00	24 844,00	
513 010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	167 594,00	56 000,00	0,00	0,00		0,00	223 594,00	
513 010104 A0 00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO-PESSOAL EM FUNÇÕES	167 594,00	56 000,00	0,00	0,00		0,00	223 594,00	
513 010111	Representação	5 481,00	6 500,00	0,00	0,00		0,00	11 981,00	
513 010111 A0 00	REPRESENTAÇÃO-PESSOAL EM FUNÇÕES	5 481,00	6 500,00	0,00	0,00		0,00	11 981,00	
513 010112	Suplementos e prémios	4 956,00	4 250,00	0,00	0,00		0,00	9 206,00	
513 010112 A0 00	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS-PESSOAL EM FUNÇÕES	4 956,00	4 250,00	0,00	0,00		0,00	9 206,00	
513 010113	Subsídio de refeição	16 984,00	7 500,00	0,00	0,00		0,00	24 484,00	
513 010113 A0 00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL EM FUNÇÕES	16 984,00	7 500,00	0,00	0,00		0,00	24 484,00	
513 010114	Subsídio de férias e de Natal	29 302,00	0,00	3 400,00	0,00		0,00	25 902,00	
513 010114 SF A0	Subsídio de férias e de Natal	14 651,00	0,00	3 400,00	0,00		0,00	11 251,00	
513 010114 SN A0	Subsídio de férias e de Natal	14 651,00	0,00	0,00	0,00		0,00	14 651,00	
513 010114 SN A0	Subsídio de férias e de Natal	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
513 0102	Abonos variáveis ou eventuais	22 981,00	650,00	0,00	0,00		0,00	23 631,00	
513 010202 00 00	Horas extraordinárias	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
513 010204 00 00	Ajudas de custo	1 197,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 197,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS							OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS	ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
(1)	(2)	(3)	REFORÇOS	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
513 010205 00 00	Abono para falhas	924,00	650,00	0,00	0,00		0,00	1 574,00	
513 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	19 860,00	0,00	0,00	0,00		0,00	19 860,00	
513 010214 80 00	Outros abonos em numerário ou espécie	19 860,00	0,00	0,00	0,00		0,00	19 860,00	
513 0103	Segurança social	57 570,00	48 200,00	1 700,00	0,00		0,00	104 070,00	
513 010305	Contribuições para a segurança social	53 370,00	47 700,00	1 700,00	0,00		0,00	99 370,00	
513 010305 A0 A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	1 560,00	2 700,00	0,00	0,00		0,00	4 260,00	
513 010305 A0 B0	SEGURANÇA SOCIAL	51 810,00	45 000,00	1 700,00	0,00		0,00	94 510,00	
513 010305 A0 C0	OUTRAS	160,00	0,00	0,00	0,00		0,00	160,00	
513 010309 00 00	Seguros	2 500,00	500,00	0,00	0,00		0,00	3 000,00	
513 010310	Outras despesas de segurança social	1 700,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 700,00	
513 010310 AC 00	ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFissionais	200,00	0,00	0,00	0,00		0,00	200,00	
513 010310 AS 00	ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFissionais	1 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
513 02	Aquisição de bens e serviços	527 519,00	54 900,00	172 550,00	0,00		0,00	409 969,00	
513 0201	Aquisição de bens	33 520,00	5 800,00	0,00	0,00		0,00	39 320,00	
513 020102	Combustíveis e lubrificantes	17 670,00	3 450,00	0,00	0,00		0,00	20 520,00	
513 020102 A0 00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	13 800,00	3 450,00	0,00	0,00		0,00	17 250,00	
513 020102 S0 00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES - PLURIANUAIS	3 270,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 270,00	
513 020104	Limpeza e higiene	4 190,00	0,00	0,00	0,00		0,00	4 190,00	
513 020104 A0 00	LIMPEZA E HIGIENE	3 690,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 690,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS							OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS	ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
(1)	(2)	(3)	REFORÇOS	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
513 020104 50 00	LIMPEZA E HIGIENE - PLURIANUAIS	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
513 020107 00 00	Vestuário e artigos pessoais	2 860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 860,00	
513 020108	Material de escritório	3 846,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 846,00	
513 020108 00 00	OUTROS	2 640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 640,00	
513 020108 00 00	OUTROS - PLURIANUAIS	1 206,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 206,00	
513 020116 00 00	Mercadorias para a venda	360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	
513 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	4 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 500,00	
513 020121 00 00	Outros bens	700,00	2 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 050,00	
513 020121	Outros bens	700,00	1 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00	
513 0202	Aquisição de serviços	494 090,00	49 100,00	172 550,00	0,00	0,00	0,00	370 640,00	
513 020201	Encargos das instalações	105 600,00	25 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134 700,00	
513 020201 A0 00	ÁGUA	17 100,00	10 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 700,00	
513 020201 B0 00	ELETRICIDADE	88 500,00	18 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107 000,00	
513 020202 00 00	Limpeza e higiene	4 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 000,00	
513 020203 00 00	Conservação de bens	93 330,00	0,00	67 700,00	0,00	0,00	0,00	25 630,00	
513 020209	Comunicações	5 287,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 787,00	
513 020209 A0 00	ACESSOS A INTERNET	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	
513 020209 D0 00	COMUNICAÇÕES MOVEIS	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	
513 020209 E0 00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	2 000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00	
513 020209 ES 00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	1 287,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 287,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS						OBSERVAÇÕES		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS		MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
			REFORÇOS	ANULAÇÕES						
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)	
513 020212	Seguros	6 000,00	1 500,00	0,00	0,00		0,00	7 500,00		
513 020212 80 00	OUTRAS -SEGUROS NÃO RELACIONADOS COM ESTAS SITUAÇÕES.	6 000,00	1 500,00	0,00	0,00		0,00	7 500,00		
513 020213	Deslocações e estadas	1 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00		
513 020213 00 00	VIAGENS -SSM	1 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00		
513 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	88 788,00	0,00	51 400,00	0,00		0,00	37 388,00		
513 020214 80 00	SERVIÇOS DE NATUREZA JURÍDICA	1 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00		
513 020214 85 00	SERVIÇOS DE NATUREZA JURÍDICA - PLURIANUAIS	52 288,00	0,00	21 400,00	0,00		0,00	30 888,00		
513 020214 90 00	OUTROS	35 000,00	0,00	30 000,00	0,00		0,00	5 000,00		
513 020215	Formação	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00		
513 020215 80 00	OUTRAS	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00		
513 020217	Publicidade	69 500,00	0,00	53 450,00	0,00		0,00	16 050,00		
513 020217 80 00	PUBLICIDADE OBRIGATORIA	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00		
513 020217 90 00	OUTRA	67 500,00	0,00	53 450,00	0,00		0,00	14 050,00		
513 020219	Assistência técnica	2 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 500,00		
513 020219 80 00	OUTROS	2 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 500,00		
513 020219 90 00	OUTROS - PLURIANUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		
513 020220	Outros trabalhos especializados	105 575,00	15 500,00	0,00	0,00		0,00	121 075,00		
513 020220 80 00	OUTROS	84 518,00	15 500,00	0,00	0,00		0,00	100 018,00		
513 020220 90 00	OUTROS - PLURIANUAIS	21 057,00	0,00	0,00	0,00		0,00	21 057,00		
513 020225 00 00	Outros serviços	10 000,00	2 500,00	0,00	0,00		0,00	12 500,00		

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS							OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS	ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDAÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
(1)	(2)	(3)	REFORÇOS	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)
513 03	Juros e outros encargos	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	500,00
513 0305	Outros juros	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	500,00
513 030502	Outros	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	500,00
513 030502 J0 00	JUROS DE MORA	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	500,00
513 04	Transferências correntes	15 000,00	0,00	0,00	14 000,00	0,00		0,00	1 000,00
513 0408	Famílias	15 000,00	0,00	0,00	14 000,00	0,00		0,00	1 000,00
513 040802	Outras	15 000,00	0,00	0,00	14 000,00	0,00		0,00	1 000,00
513 040802 A0 00	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA AP - PARA A BOLSA DE ESTÁGIO E SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	15 000,00	0,00	0,00	14 000,00	0,00		0,00	1 000,00
513 06	Outras despesas correntes	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00
513 0602	Diversas	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00
513 060201 00 00	Impostos e taxas	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00
522 01	Despesas com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
522 0101	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
522 010102 00 00	Órgãos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
522 010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
522 010104 A0 00	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
522 010104 A0 D0	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
522 010111	Representação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
522 010111 A0 00	Representação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
522 010112	Suadamentos e prémios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS							OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS	ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
(1)	(2)	(3)	REFORÇOS	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
522 010112 A0 00	Suplementos e prémios	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010113	Subsídio de refeição	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010113 A0 00	Subsídio de refeição	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010204 00 00	Ajudas de custo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010205 00 00	Abono para falhas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 0103	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010305	Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010305 A0 A0	Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010305 A0 B0	Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010305 A0 C0	Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010309 00 00	Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010310	Outras despesas de segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
522 010310 A0 00	Outras despesas de segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
712 01	Despesas com o pessoal	0,00	0,00	0,00	33 763,00		0,00	33 763,00	
712 0101	Remunerações cortas e permanentes	0,00	0,00	0,00	33 763,00		0,00	33 763,00	
712 010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	0,00	0,00	33 763,00		0,00	33 763,00	
712 010104 A0 00	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	0,00	0,00	33 763,00		0,00	33 763,00	
TOTAL		1 488 335,00	200 736,00	200 736,00	190 849,00			1 658 182,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS							OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
381 07	Aquisição de bens de capital	3 248 724,00	185 000,00	185 000,00	0,00		0,00	3 248 724,00	
381 0701	Investimentos	3 248 724,00	185 000,00	185 000,00	0,00		0,00	3 248 724,00	
381 070101	Terenos	0,00	185 000,00	0,00	0,00		0,00	185 000,00	
381 070101 A0 00	AQUISIÇÃO	0,00	185 000,00	0,00	0,00		0,00	185 000,00	
381 070104 00 00	Construções diversas	3 248 724,00	0,00	185 000,00	0,00		0,00	3 063 724,00	
382 07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
382 0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
382 070104	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
382 070104 00 TT	CONSTRUÇÕES DIVERSAS - TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
387 07	Aquisição de bens de capital	130 800,00	20 000,00	97 500,00	0,00		0,00	52 500,00	
387 0701	Investimentos	130 800,00	20 000,00	97 500,00	0,00		0,00	52 500,00	
387 070104 00 00	Construções diversas	130 800,00	20 000,00	97 500,00	0,00		0,00	52 500,00	
392 07	Aquisição de bens de capital	5 057 294,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 057 294,00	
392 0701	Investimentos	5 057 294,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 057 294,00	
392 070104 00 00	Construções diversas	5 057 294,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 057 294,00	
4MA 07	Aquisição de bens de capital	50 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00	
4MA 0701	Investimentos	50 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00	
4MA 070104 00 00	Construções diversas	50 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00	
513 07	Aquisição de bens de capital	4 788 953,00	5 000,00	5 000,00	0,00		0,00	4 788 953,00	
513 0701	Investimentos	4 788 953,00	5 000,00	5 000,00	0,00		0,00	4 788 953,00	

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS						OBSERVAÇÕES		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
			REFORÇOS	(4)						
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)	
513 070104 00 00	Construções diversas	4 746 253,00	5 000,00	5 000,00	0,00		0,00	4 746 253,00		
513 070107	Equipamento de informática	18 300,00	0,00	0,00	0,00		0,00	18 300,00		
513 070107 00 00	OUTRAS	18 300,00	0,00	0,00	0,00		0,00	18 300,00		
513 070109	Equipamento administrativo	6 100,00	0,00	0,00	0,00		0,00	6 100,00		
513 070109 00 00	OUTROS	6 100,00	0,00	0,00	0,00		0,00	6 100,00		
513 070110	Equipamento básico	18 300,00	0,00	0,00	0,00		0,00	18 300,00		
513 070110 00 00	OUTROS	18 300,00	0,00	0,00	0,00		0,00	18 300,00		
522 07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	1 056 275,00		0,00	1 056 275,00		
522 0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	1 056 275,00		0,00	1 056 275,00		
522 070104 00 00	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	1 056 275,00		0,00	1 056 275,00		
TOTAL		13 274 971,00	210 000,00	287 500,00	1 056 275,00			14 253 746,00		

Funchal, em 26 de Fevereiro de 2026

(Assinaturas)

- DOR 5.4. Operações de tesouraria (anexo 7)

Operações de Tesouraria

Euros				
Código das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos
D 120100	Receita do Estado - Fundos Alheios	0,00	0,00	0,00
D 120200	Operações de Tesouraria - Fundos Alheios	159 458,51	131 347,83	982,62
Total		159 458,51	131 347,83	982,62
				289 823,72

○ DOR 5.5. Contratação administrativa - Situação dos contratos (anexo 8)

Situação dos contratos																								
Contrato										Visto do Tribunal de Contas		MECP Lei nº 30/2021	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período				Pagamentos acumulados				Observações
Tipo	ID	Objeto	Data	Valor do Contrato	Prazo de execução	Início de execução (física)	Procedimento de contratação	Número do registro	Data	S/N	S/N	S/N	Trabalhos realizados	Revisão de preços	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos nos trabalhos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos nos trabalhos	Observações			
Aquisição de serviços	10314289	Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica	25-01-2022	81 792,00 €	36 meses	28-01-2022	Consulta Prévia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 931,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €				
Aquisição de bens	11365359	Aquisição de Combustível para as Viaturas, Máquinas e Equipamentos das Sociedades de Desenvolvimento - Lote 4	17-10-2022	7 770,49 €	36 meses	18-10-2022	Consulta Prévia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1 269,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 557,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €				
Empreitada de Obras Públicas	9842428	Empreitada de "Reabilitação das Infraestruturas e Equipamentos do Centro Desportivo da Madeira"	30-11-2021	559.607,52 €	395 dias	30-11-2021	Concurso Público	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	311 670,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €				

Situação dos contratos

Contrato										Visto do Tribunal de Contas		MEC/ Lei nº 30/2021	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período				Pagamentos acumulados				Observações	
Tipo	ID	Objeto	Data	Valor do Contrato	Prazo de execução	Início de execução (física)	Procedimento de contratação	Número do registro	Data	S/N	S/N	S/N	Trabalhos realizados	Revisão de preços	Trabalhos de suprimidos de erros e omissões	Outros trabalhos	Revisão de preços	Trabalhos de suprimidos de erros e omissões	Outros trabalhos	Trabalhos de suprimidos de erros e omissões	Revisão de preços	Trabalhos realizados	Trabalhos de suprimidos de erros e omissões		Outros trabalhos
Aquisição de serviços	11159460	Prestação de serviços de assessoria jurídica para patrocínio judicial do processo judicial identificado com o n.º 845/16.0BELS B	01-08-2022	70 000,00 €	36 meses	02-08-2022	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	61 707,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23 692,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de serviços	11558654	Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica e Patrocínio Judicial	12-12-2022	89 500,00 €	36 meses	13-12-2022	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	927,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	71 186,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de serviços	11643657	Prestação de Serviços para a realização de funções de fiscal único e suplente	01-01-2023	35 880,00 €	36 meses	01-01-2023	Consulta Prévia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	3 647,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 034,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de bens	12232143	Aquisição de Material de Escritório	31-07-2023	15 584,49 €	36 meses	01-08-2023	Consulta Prévia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	258,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 567,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de serviços	12362228	Prestação de serviços de contabilidade	19-06-2023	28 900,00 €	36 meses	20-06-2023	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2 938,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 590,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Situação dos contratos

Contrato										Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Tipo	ID	Objeto	Data	Valor do Contrato (€)	Prazo de execução	Início de execução (física)	Procedimento de contratação	Visto do Tribunal de Contas		MECOP Lei nº 30/2021 S/N	Contratos adicionais S/N	Contratos COVID-19 S/N	Data do primeiro pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos de suprimidos e erros e omissões	Outros trabalhos incluídos nos trabalhos menos	Trabalhos de suprimidos e erros e omissões	Outros trabalhos incluídos nos trabalhos menos	
								Número do registro	Data					Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos de suprimidos e erros e omissões	Outros trabalhos incluídos nos trabalhos menos	Trabalhos de suprimidos e erros e omissões	Outros trabalhos incluídos nos trabalhos menos	
Aquisição de serviços	12520596	Prestação de Serviços Integrados de Telecomunicações e Internet para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento	31-07-2023	27 642,24 €	24 meses	01-08-2023	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	10/11/2023	1384,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
														4065,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Aquisição de serviços	12482187	Prestação de Serviços de Assessoria Técnica à Empreitada de Construção do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	19-07-2023	442 000,00 €	34 meses	20-07-2023	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	08/09/2023	156000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
														390000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Aquisição de serviços	12619575	Prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de Construção do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	01-09-2023	159 685,00 €	34 meses	01-09-2023	Concurso Público	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	19/07/2023	68758,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
														160436,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Situação dos contratos

Tipo	ID	Objeto	Data do Contrato	Valor do Contrato	Prazo de execução	Início de execução (física)	Procedimento de contratação	Visto do Tribunal de Contas		MECP Lei nº 30/2021	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período				Pagamentos acumulados				Observações
								Número do registro	Data					Trabalhos realizados	Revisão de preços	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos nos trabalhos a menos	Trabalhos realizados	Revisão de preços	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos nos trabalhos a menos	
Aquisição de serviços	13623706	Aquisição de Serviços de Disponibilização de Plataforma Eletrônica de Contratação Pública pelas Sociedades de Desenvolvimento	04/06/2024	10 080,00 €	36 meses	05/06/2024	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	19/08/2024	1 537,20 €	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	
Aquisição de serviços	13797616	Consultoria ao enquadramento da operação de fusão das Sociedades de Desenvolvimento	31/07/2024	15 000,00 €	12 meses	01/08/2024	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	31/12/2024	0,00 €	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 3 050,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	
Aquisição de serviços	13882211	Prestação de serviços de disponibilização de plataforma de gestão documental para as Sociedades de Desenvolvimento	28/08/2024	23 500,00 €	36 meses	01/09/2024	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	31/12/2024	2 986,50 €	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	
Aquisição de serviços	14028121	Aquisição de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	14/10/2024	16 684,20 €	36 meses	15/10/2024	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	13/12/2024	1 492,08 €	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 1 740,76	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	

Situação dos contratos

Contrato										Visto do Tribunal de Contas		MECPL Lei nº 30/2021	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período				Pagamentos acumulados				Observações
Tipo	ID	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço contratado	Prazo de execução	Início de execução (física)	Procedimento de contratação	Número do registro	Data	S/N	S/N	S/N	Trabalhos realizados	Revisão de preços	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos menos	Trabalhos realizados	Revisão de preços	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos menos			
Aquisição de serviços	14119950	Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica para Acompanhamento de Processos Judiciais	07/11/2024	29000,00 €	23200,00 €	36 meses	08/11/2024	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	31/12/2025	1830,00 €	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00			
Aquisição de serviços	13645553	Aquisição de serviços de assessoria jurídica especializada para acompanhamento da empreitada de construção do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	12/06/2024	79800,00 €	79800,00 €	913 dias	13/06/2024	Consulta Prévia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	14/11/2024	47297,36 €	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 90580,91	€ 0,00	€ 0,00			
Aquisição de bens	15708797	Prestação de Serviços para Execução do Plano Estratégico de Marketing e Comunicação das Sociedades de Desenvolvimento	05/11/2025	15500,00 €	3875,00 €	5 meses	06/11/2025	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			

Situação dos contratos

Contrato										Visto do Tribunal de Contas		MECP Lei nº 30/2021	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período				Pagamentos acumulados				Observações
Tipo	ID	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço contratado (€)	Prazo de execução (ano/mes/dia)	Início de execução (física)	Procedimento de contratação	Número do registro	Data	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Trabalhos realizados	Revisão de preços	Trabalhos de suprimidos e erros e omissões	Outros trabalhos incluídos e menos	Trabalhos realizados	Revisão de preços	Trabalhos de suprimidos e erros e omissões	Outros trabalhos incluídos e menos	
Aquisição de serviços	15829676	Prestação de Serviços Jurídicos de apoio ao processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento	25/11/2025	21 000,00 €	5 250,00 €	216 dias	26/11/2025	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Aquisição de serviços	14710690	Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Técnico na Manutenção das Piscinas da Ribeira Brava	01/04/2025	7 232,76 €	7 232,76 €	9 meses		Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8 307,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Empreitada de Obras Públicas	14894385	Empreitada de Abertura de Valas e Desvio de Condutas	08/05/2025	139 844,52 €	139 844,52 €	2 meses	19/05/2025	Consulta Prévia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	139 844,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Aquisição de serviços	14896323	Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica e Patrocínio Judicial	12/05/2025	50 000,00 €	50 000,00 €	36 meses	13/05/2025	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	61 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Aquisição de serviços	15494514	Prestação de Serviços de Monitorização do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	30/09/2025	91 973,23 €	91 973,23 €	36 meses	01/10/2025	Consulta Prévia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Situação dos contratos

Contrato										Visto do Tribunal de Contas		MECP Lei nº 30/2021	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período				Pagamentos acumulados				Observações
Tipo	ID	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço contratado	Prazo de execução	Início de execução (física)	Procedimento de contratação	Número do registro	Data	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Trabalho realizado	Revisão de preços	Trabalhos de suprimido de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos	Trabalhos de suprimido de erros e omissões	Trabalhos a mais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimido de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos		
Aquisição de serviços	500246963	Prestação de Serviços de Revisão e Atualização do Estudo de Viabilidade Económico Financeiro para a Concessão do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	28/08/25	14 500,00 €	14 500,00 €	30 dias	29/08/2025	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	31/12/2025	17 690,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Aquisição de bens	16084052	Aquisição de Combustível para as Viaturas, Máquinas e Equipamentos das Sociedades de Desenvolvimento - Lote n.º 2	23/12/25	14 418,00 €	14 418,00 €	36 meses	23/12/2025	Concurso Público	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Aquisição de bens	504007084	Aquisição de Gás Propano para o Centro Desportivo da Madeira e Piscinas da Ribeira Brava	30/10/25	23 376,53 €	23 376,53 €	36 meses	30/10/2025	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	12/12/2025	3 712,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Aquisição de serviços	15728683	Prestação de Serviços de Promoção do Campo de	07/11/25	94 000,00 €	94 000,00 €	2 dias	10/11/2025	Ajuste direto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	31/12/2025	94 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Situação dos contratos

Contrato										Pagamentos no período				Pagamentos acumulados					Observações	
Tipo	ID	Objeto	Data do Contrato	Valor do Contrato	Preço contratado	Prazo de execução	Início de execução (física)	Procedimento de contratação	Visto do Tribunal de Contas		MECP Lei nº 30/2021 S/N	Contratos adicionais S/N	Contratos COVID-19 S/N	Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período			Pagamentos acumulados		
									Número do registro	Data					Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos de supressão de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos de supressão de erros e omissões	Trabalhos de supressão de erros e omissões
		Golfe da Ponta do Pargo																		

○ DOR 5.6. Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento (anexo 9)

Tipo de contrato	Concurso público										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento por negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Número dos contratos	Valor
	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual		
Empreitada de obras públicas	11427991	60 dias									11427991	139 844,52 €
Aquisição de serviços									11901575	151 dias	11901575	
									11982601	216 dias	11982601	
									11321499	9 meses	11321499	
									11428807	36 meses	11428807	
									11757088	36 meses	11757088	
									11667250	30 dias	11667250	
Locação ou aquisição de bens móveis									11913559	2 dias	11913559	
									12187207	36 meses	12187207	
Concessão de obras públicas									11868676	36 meses	11868676	37 794,53 €
Concessão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

○ DOR 5.7. Contratação administrativa – Encargos Contratuais (anexo 10)

N.º Contrato	Contrato										Visto do Tribunal de Contas		Classificações orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano (N)	Pagamentos previstos até final do ano (N)	Pagamentos acumulados até (N-1)	Pagamentos previstos para anos futuros			
	CPV	NIF Forn.	N.º Com pr.	Valor do Compr.	Data de celebração	Preço Base	Preço Contratual	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revisão)	Número do registo	Data	Fonte de Finan.	Rubrica	Descrição								
CP 03/2021 Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica	79110000-8 Serviços de assessoria e representação jurídica	516196200			25/01/2022	82 000,00 €	20 448,00 €	25/01/2025	25/01/2025	N/A	N/A	513	02.0 2.20	Outros - Plurianuais	24/08/2022	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 931,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CP 03/2022 Aquisição de Combustível para as Viaturas, Máquinas e Equipamentos das Sociedades de Desenvolvimento - Lote 2	09111300-3 Combustíveis fósseis	500246963	20	257,00 €	17/10/2022	7 770,49 €	7 770,49 €	03/11/2025	03/11/2025	N/A	N/A	513	02.0 1.02	Combustíveis e lubrificantes	31/12/2022	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 557,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CP 03/2021 Empreitada de "Reabilitação das Infraestruturas e Equipamentos do Centro Desportivo da Madeira"	45212290-5 Reparação e manutenção de instalações desportivas	514914572			30-11-2021	624,45 9,00 €	559 607,52 €	30-11-2022	30-12-2022	N/A	N/A	522	07.0 1.04	Construções diversas	30/03/2022	0,00 €	0,00 €	0,00 €	311 670,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AJD 04/2022 Prestação de serviços de assessoria jurídica para patrocínio judiciário do processo judicial	79110000-8 Serviços de assessoria e representação jurídica	504344285			01/08/2022	70 000,00 €	70 000,00 €	01/08/2025	01/08/2025	N/A	N/A	513	02.0 2.20	Outros - Plurianuais	31/12/2022	0,00 €	0,00 €	0,00 €	85 400,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

N.º Contrato	Contrato										Visto do Tribunal de Contas		Classificações orçamentais			Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano (N)	Pagamentos previstos até final do ano (N)	Pagamentos acumulados até (N-1)	Pagamentos previstos para anos futuros			
	CPV	NIF Forn.	N.º Com pr.	Valor do Compr.	Data de celebração	Preço Base	Preço Contratual	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revisão)	Número do registo	Data	Fonte de Finan.	Rubrica	Descrição									
Identificado com o n.º 845/16.0BELSB																							
AJD 06/2022 Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica e Patrocínio Judicial	79110000-8 Serviços de assessoria e representação jurídicas	503794619	124	10 000,00 €	12/12/2022	90 000,00 €	89 500,00 €	13/12/2025	13/12/2025	N/A	N/A	513	02.02.20	Outros - Plurianuais	927,20 €	0,00 €	71 186,31 €	38 003,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
CPr 04/2022 Prestação de Serviços para a realização de funções de fiscal único e fiscal único suplente	79212300-6 – Serviços de revisão legal de contas	504046683	8	385,00 €	01-01-2023	45 348,73 €	8 970,00 €	31-12-2025	31-12-2025	N/A	N/A	513	01.01.02	Orgaos Sociais	3 647,80 €	0,00 €	10 034,45 €	3 799,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
CPr 01/2023 Aquisição de Material de Escritório	30192000-1 Material de escritório	511014252	52	1 205,74 €	17-05-2023	21 201,66 €	3 003,56 €	16-05-2026	16-05-2026	N/A	N/A	513	02.01.08	Material de Escritorio	258,81 €	0,00 €	1 567,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
AJD 01/2023 Prestação de serviços de contabilidade	79200000-6 – Serviços de Contabilidade, de auditoria e fiscais	509733336	7	245,00 €	19-06-2023	28 500,00 €	7 225,00 €	20-06-2026	20-06-2026	N/A	N/A	513	020220	Outros - Plurianuais	2 938,08 €	0,00 €	7 590,04 €	1 224,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		

N.º Contrato	Contrato										Encargos contratuais									
	CPV	NIF Forn.	N.º Com pr.	Valor do Compr.	Data de celebração	Preço Base	Preço Contratual	Visto do Tribunal de Contas		Classificações orçamentais			Pagam-entos no ano (N)	Pagamen-tos previstos até final do ano (N)	Pagam-entos acumulados até (N-1)	Pagamentos previstos para anos futuros				
								Número do registo	Data	Fonte de Finan.	Rubrica	Descrição				(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	Anos segts
AID 03/2023 Prestação de Serviços Integrados de Telecomunicações e Internet para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento	64227000-3	504615947	5	100,00 €	31-07-2023	28 229,04 €	3 363,36 €	31-07-2025	31-07-2025	N/A	N/A	513	02.0 2.09	Serviços de Comunicações	1 384,32 €	4 065,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID 05/2023 Prestação de Serviços de consultoria e Assessoria Técnica à Empreitada de Construção do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	71310000-4	GB 912152954	21	13 000,00 €	19-07-2023	442 000,00 €	442 000,00 €	20-05-2026	20-05-2026	N/A	N/A	381	07.0 1.04	Construções diversas	156 000,00 €	390 000,00 €	52 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CP 02/2023 Prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de Construção do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	71520000-9	511184646	57	5 730,00 €	01-09-2023	494 020,00 €	159 685,00 €	17-06-2026	17-06-2026	N/A	N/A	381/522	07.0 1.04	Construções diversas	68 758,56 €	160 436,64 €	34 379,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

N.º Contrato	Contrato										Visto do Tribunal de Contas		Classificações orçamentais			Pagamentos previstos até final do ano (N)	Pagamentos acumulados até (N-1)	Pagamentos previstos para anos futuros			
	CPV	NIF Forn.	N.º Com pr.	Valor do Compr.	Data de celebração	Preço Base	Preço Contratual	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revisão)	Número do registo	Data	Fonte de Finan.	Rubrica	Descrição							
AJD 01/2024 Aquisição de Serviços de Disponibilização de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública pelas Sociedades de Desenvolvimento	72416000-9, Fornecido res de aplicações	511135 610	95	170,80 €	04/06/2024	10 080,00 €	2 520,00 €	04/06/2027	04/06/2027	N/A	N/A	513	02.0 2.20	Outros - Plurianuais	1 537,20 €	0,00 €	1 024,80 €	512,40 €	0,00 €	0,00 €	
Ajd 02/2024 Consultoria ao enquadramento da operação de fusão das Sociedades de Desenvolvimento	71241000-9 - Estudo de viabilidade , serviço consultivo, análise	508997 615			31/07/2024	15 000,00 €	3 750,00 €	31/07/2025	31/07/2025	N/A	N/A	513	02.0 2.20	Outros - Plurianuais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
AJD 03/2024 Prestação de serviços de disponibilização de plataforma de gestão documental para as Sociedades de Desenvolvimento	48000000-8 - Pacotes de software e sistemas de informação	511135 610	94	398,20 €	28/08/2024	23 500,00 €	5 875,00 €	31/08/2027	31/08/2027	N/A	N/A	513	02.0 2.20	Outros - Plurianuais	2 986,50 €	0,00 €	2 389,20 €	1 791,80 €	0,00 €	0,00 €	
AJD 04/2024 Aquisição de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	85147000-1 Serviços de Medicina no Trabalho	511122 373	47	782,00 €	14/10/2024	16 684,20 €	1 035,36 €	15/10/2027	15/10/2027	N/A	N/A	522	01.0 3.10	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 492,08 €	0,00 €	1 942,08 €	1 243,40 €	0,00 €	0,00 €	

N.º Contrato	Contrato										Encargos contratuais											
	CPV	NIF Forn.	N.º Com. pr.	Valor do Compr.	Data de celebração	Preço Base	Preço Contratual	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revisão)	Visto do Tribunal de Contas		Classificações orçamentais			Data do primeiro pagamento	Pagamentos previstos no ano (N)	Pagamentos previstos até final do ano (N)	Pagamentos acumulados até (N-1)	Pagamentos previstos para anos futuros			
										Número do registro	Data	Fonte de Finan.	Rubrica	Descrição					(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)
AJD 05/2024 Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica para Acompanhamento de Processos Judiciais	79110000-8 Serviços de Assessoria e Representação Jurídicos	511036981	354	1 830,00 €	07/11/2024	29 000,00 €	5 800,00 €	08/11/2027	08/11/2027	N/A	513	02.0 2.25	Outros trabalhos especializados	31/12/2025	1 830,00 €	0,00 €	0,00 €	26 474,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
CPR 02/2024 Aquisição de serviços de assessoria jurídica especializada	79110000-5 Serviços de assessoria jurídica	504344285	61	10 000,00 €	12/06/2024	80 000,00 €	79 800,00 €	27/05/2026	27/05/2026	N/A	381/522	07.0 1.04	Construções diversas	14/11/2024	47 297,36 €	0,00 €	90 580,91 €	5 775,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
AJD 03/2025 Prestação de Serviços para Execução do Plano Estratégico de Marketing e Comunicação das Sociedades de Desenvolvimento	79340000-9 Serviços de marketing	225596849	274	2 363,75 €	05/11/2025	15 500,00 €	3 875,00 €	06/04/2026		N/A	513	02.0 2.20	Outros		0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 727,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
AJD 04/2025 Serviços jurídicos de apoio ao processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento	79100000-5 Serviços jurídicos.	511036981	307	854,00 €	25/11/2025	21 000,00 €	5 250,00 €	30/06/2026		N/A	513	02.0 2.20	Outros		0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 405,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
AJD 01/2025 Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Técnico na Manutenção das Piscinas da Ribeira Brava	90733000-4 Serviços de relacionamento com a população da água	511066643	101	1 960,88 €	01/04/2025	7 232,76 €	7 232,76 €	31/12/2025	31/12/2025	N/A	513	02.0 2.20	Outros	12/05/2025	8 307,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

N.º Contrato	Contrato										Visto do Tribunal de Contas		Classificações orçamentais			Pagamentos no ano (N)	Pagamentos previstos até final do ano (N)	Pagamentos acumulados até (N-1)	Pagamentos previstos para anos futuros					
	CPV	NIF Forn.	N.º Com pr.	Valor do Compr.	Data de celebração	Preço Base	Preço Contratual	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revisão)	Número do registro	Data	Fonte de Finan.	Rubrica	Descrição										
Cpr 03/2025 Empreitada de Abertura de Valas e Desvio de Condutas	45232200-4	Obras anexas relacionadas com linhas para o transporte de eletricidade	511023723	106	139 844,52 €	08/05/2025	140 000,00 €	139 844,52 €	18/07/2025	18/07/2025	N/A	392/381	07.01.04	Construções diversas	25/11/2025	139844,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID 02/2025 Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica e Patrocínio Judicial	79110000-8	Serviços de assessoria e representação jurídicas	504344285	113	30 500,00 €	12/05/2025	50 000,00 €	50 000,00 €	12/05/2028		N/A	513	02.02.20	Outros	31/12/2025	61 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Cpr 01/2025 Prestação de Serviços de Monitorização do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	90710000-7	Gestão ambiental	511226209	257	11 220,73 €	30/09/2025	108 000,00 €	91 973,23 €	30/09/2028		N/A	381/522	07.01.04	Construções diversas		0,00 €	0,00 €	44 882,93 €	33 662,20 €	33 662,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID 04/2025 Prestação de Serviços de Revisão e Atualização do Estudo de Viabilidade Económico Financeiro para a Concessão do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	71241000-9	Estudo de viabilidade, serviço consultivo, análise	508367972	207	18 300,00 €	28/08/2025	15 000,00 €	14 500,00 €	28/09/2025	28/09/2025	N/A	381/522	07.01.04	Construções diversas	31/12/2025	17 690,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

N.º Contrato	Contrato										Visto do Tribunal de Contas		Classificações orçamentais			Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano (N)	Pagamentos previstos até final do ano (N)	Pagamentos acumulados até (N-1)	Pagamentos previstos para anos futuros			
	CPV	NIF Forn.	N.º Com pr.	Valor do Compr.	Data de celebração	Preço Base	Preço Contratual	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revisão)	Número do registo	Data	Fonte de Finan.	Rubrica	Descrição									
CP 01/2025 Aquisição de Combustível para as Viaturas, Máquinas e Equipamentos das Sociedades de Desenvolvimento	09111300-3 Combustíveis fósseis	500246963	322	1 602,00 €	23/12/2025	14 418,00 €	14 418,00 €	23/12/2028		N/A	N/A	513	02.02.01	Combustíveis e lubrificantes		0,00 €	0,00 €	4 806,00 €	6 709,18 €	6 074,78 €	0,00 €		
AJD 05/2025 Aquisição de Gás Propano para o Centro Desportivo da Madeira e Piscinas da Ribeira Brava	09122100-1 Gás Propano	504007084	282	4 526,88 €	30/10/2025	23 376,53 €	23 376,53 €	30/10/2028		N/A	N/A	513	02.02.01	Combustíveis e lubrificantes		0,00 €	0,00 €	7 356,19 €	9 506,46 €	7 944,67 €	0,00 €		
AJD 06/2025 Prestação de Serviços de Promoção do Campo de Golfe da Ponta do Pargo	79340000-9 Serviços de Publicidade e Marketing	20-2350105	305	80 000,00 €	07/11/2025	94 000,00 €	94 000,00 €	12/11/2025	12/11/2025	N/A	N/A	392	07.01.04	Construções diversas		0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €		

a) valores s/iva

- DOR 5.8. Transferências e subsídios - Despesa (anexo 11)

**Transferências e
Subsídios
Concedidos**

Euros							
Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Beneficiária (3)	Despesas Orçamentadas (4)	Despesas Autorizadas (5)	Despesas Pagas (6)	Despesas Autorizadas e Não Pagas (7) = (5) - (6)	Devolução de transferências / Subsídios ocorrida no exercício (8)
							Observações (9)
Transferências correntes	Programas de emprego	Transferências para as famílias	1 000,00	0,00	0,00	0,00	
Total das Transferências Correntes			1 000,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital							
Total das Transferências de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios						0,00	
Total Subsídios			0,00	0,00	0,00	0,00	

DOR 5.7. Transferências e subsídios - Receita (anexo 12)

Transferências e Subsídios
Recebidos

Euros								
Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes								
Total das Transferências Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital	Artigo 49 da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, Artigos 33 e 38 do DLR 6/2024/M e Artigo 39º DLR 21/2001/M, alterado pelo DLR 2/2018/M	Contratos Programa com a Ponta do Oeste	Governo Regional da Madeira	8 436 018,00	8 526 112,16	-90 094,16	0,00	
Total das Transferências de Capital				8 436 018,00	8 526 112,16	-90 094,16	0,00	
Subsídios						0,00		
Total Subsídios				0,00	0,00	0,00	0,00	

Aprovado por deliberação n.º 29/2026 do Conselho de Administração

O Conselho de Administração,

A Presidente,



(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

Os Vogais Executivos,



(Fátima Carvalho Correia)

(Elias Homem de Gouveia)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)

28. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

28.1. DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (ANEXO 1)

A Demonstração do Desempenho Orçamental permite a análise do desempenho orçamental da Ponta do Oeste e apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário) sendo a informação organizada pela fonte de financiamento e por classificação económica da execução orçamental.

28.2. DOR 2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (ANEXO 2)

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas.

28.3. DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (ANEXO 3)

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas.

Na análise da composição da despesa, a dotação é corrigida para dotação disponível, pela redução por via das cativações efetuadas diretamente pela DROT, plasmadas no ORAM 2025, e que podem ser analisadas nos mapas de execução, na coluna com o nome de "cativos ou congelamentos".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram cativados 870.581,00 €.

28.4. DOR 4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (ANEXO 4)

Esta demonstração explicita todos os projetos de investimento, com os montantes previstos e os montantes executados por fontes de financiamento.

Em 2025, foi executado o montante global de 7 302 045,91€.

28.5. DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, nem sempre é suficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

No decorrer do ano 2025, a Ponta do Oeste realizou 16 alterações orçamentais. A maior parte das quais foram constituídas por meras transferências entre rubricas orçamentais, com exceção da 2.ª alteração orçamental, onde se registou a utilização do saldo da gerência do exercício do ano 2024.

28.6. DOR 5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA (ANEXO 5)

As alterações orçamentais da receita em 2025 evidenciam as alterações orçamentais ocorridas no período de relato com as rubricas da receita num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em anexo mapa com as alterações orçamentais da receita, ocorridas em 2025.

28.7. DOR 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA (ANEXO 6)

As alterações orçamentais da despesa em 2025 evidenciam as alterações orçamentais da despesa ocorridas no período de relato com as rubricas da despesa num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em anexo mapa com as alterações orçamentais da despesa, ocorridas em 2025.

28.8. DOR 5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA (ANEXO 7)

O mapa das operações de tesouraria discrimina as operações que geram influxos ou efluxos de caixa, mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que têm expressão na tesouraria e na contabilidade da entidade, permitindo assim assegurar a devida prestação de contas nesta área.

28.9. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em aditamento às presentes demonstrações orçamentais, consta do ponto 4 do Relatório de Gestão e Contas 2025 e o relatório de investimentos onde constam os investimentos, de acordo com as orientações de gestão da tutela e constantes do PIDДАР.

29.CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA:

29.1. DOR 5.5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (ANEXO 8)

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente sobre todos os contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objeto de execução financeira no período do relato.

Em anexo junta-se um mapa com o ponto de situação dos contratos adjudicados em 2025, por entidade e por objeto do contrato.

29.2. DOR 5.6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO (ANEXO 9)

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente no que respeita a cada tipo de contrato sobre as modalidades de adjudicação, indicando o número de contratos e o preço contratual adjudicados no período do relato.

Foram adjudicados no decorrer do ano 2025, 10 contratos com o valor global de 444.470,04 €, sendo:

- 7 – Por ajuste direto;
- 2 – Consultas prévia;
- 1 – Concurso público.

29.3. DOR 5.6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – ADJUDICAÇÃO ADMINISTRATIVA – ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO (ANEXO 10)

Esta demonstração proporciona informação adicional sobre todas as adjudicações administrativas.

30.TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

30.1. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA (ANEXO 11)

A informação relativa a transferências e subsídios da despesa permite acompanhar que tipos de apoio são concedidos pela entidade.

A Ponta do Oeste não realizou qualquer transferência a título de subsídios.

30.2. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA (ANEXO 12)

A informação relativa a transferências e subsídios permite acompanhar que tipos de apoio são obtidos pela entidade.

Relativamente as transferências de capital, a Ponta do Oeste recebeu 8 526 112€ em 2025, referente aos contratos programa em vigor.



Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira S.A.

OPERAÇÃO HARMÓNIO (REDUÇÃO E AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL)

Memorando de Enquadramento

1. Sumário Executivo

O presente memorando tem por objetivo justificar a realização de uma operação harmónio, através da redução do capital social a zero e do aumento subsequente, enquanto medida estratégica de reestruturação financeira da sociedade Ponta do Oeste S.A..

Embora, com reporte às últimas demonstrações Financeiras aprovadas em A.G. (exercício de 2024), não se verifique a situação legal prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) — dado que o capital próprio não se encontra reduzido a menos de metade do capital social —, a sociedade apresenta prejuízos acumulados significativos que, apesar de não desencadearem obrigação legal de intervenção, comprometem a robustez do balanço e distorcem a relação entre o capital social nominal e a real capacidade económica da empresa.

A operação harmónio justifica-se, assim, como instrumento de composição e reajustamento da estrutura de capitais, permitindo eliminar integralmente os prejuízos transitados, restabelecer um capital social ajustado à realidade patrimonial atual e reforçar a condição financeira global da sociedade.

Através da redefinição do capital social e da conversão de prestações acessórias do acionista RAM, a empresa aumenta a sua solvabilidade e melhora de forma expressiva os seus principais indicadores financeiros.

Este reforço estrutural contribui também para uma melhoria substancial da imagem e credibilidade da sociedade perante os stakeholders, incluindo instituições financeiras, clientes, fornecedores e potenciais investidores, permitindo-lhe operar de forma mais estável, competitiva e sustentável.

A operação cria ainda condições reforçadas para o desenvolvimento futuro da atividade, contribuindo para um equilíbrio patrimonial mais transparente, um balanço mais sólido e um perfil financeiro mais robusto.

Em síntese, apesar de não resultar de imposição legal, a operação harmónio assume-se como uma decisão voluntária, prudente e estrategicamente fundamentada, que reequilibra os capitais próprios, melhora os indicadores económico-financeiros e fortalece a posição da empresa num contexto de mercado exigente.

2. Enquadramento e Finalidade

2.1. Reequilíbrio da Estrutura de Capitais

Fruto da exploração tendencialmente deficitária observada ao longo da sua actividade histórica, a sociedade apresenta prejuízos acumulados que, embora não determinem a perda de metade do capital social, provocam um desequilíbrio entre o capital nominal e a real situação económico-patrimonial. A eliminação destes prejuízos permitiria restabelecer uma estrutura de capitais adequada, transparente e mais representativa da realidade atual da empresa.

2.2. Adequação à Nova Realidade Patrimonial e Financeira

A evolução da atividade empresarial exige que o capital social reflita com maior precisão a capacidade financeira atual e os objetivos estratégicos da sociedade, sendo que o desenvolvimento da operação harmónio permite redefinir o capital social para um montante adequado e sustentável, reorganizando os capitais próprios de forma eficiente.

2.3. Melhoria dos KPI's Financeiros e da Imagem Externa

A operação proposta proporciona uma melhoria substancial dos principais indicadores de desempenho financeiro da Sociedade, refletindo-se positivamente na autonomia financeira, nos níveis de solvabilidade, nos rácios de liquidez e na própria estrutura de endividamento da sociedade.

Ao eliminar os prejuízos acumulados e reforçar os capitais próprios, a Sociedade passa a apresentar uma posição financeira mais sólida, equilibrada e credível, reduzindo a dependência de capitais alheios e aumentando a sua capacidade para solver os seus compromissos.

Esta recomposição estrutural traduz-se, inevitavelmente, num reforço significativo da confiança externa, melhorando a perceção da Sociedade junto de instituições financeiras, fornecedores, clientes, investidores e demais stakeholders relevantes, os quais passam a dispor de maior segurança quanto à sua estabilidade económica e capacidade futura de desenvolvimento.

2.4. Sustentabilidade da Atividade e Projeção Futura

Ao eliminar prejuízos e reforçar o capital, a empresa passa a dispor de maior solidez, flexibilidade e capacidade de investimento, melhorando igualmente o seu perfil de risco e criando condições mais favoráveis ao crescimento sustentado.

3. Operação Preconizada

Do ponto de vista da adequada estruturação da condição financeira da Ponta Oeste seria então importante e relevante a supressão definitiva e integral dos prejuízos acumulados (que totalizam já cerca de € 115 M), até porque os mesmos foram já atempadamente e financeiramente cobertos pelo acionista RAM, não só por via de capital como também por via de prestações acessórias.

A subsistência daquela situação vem condicionando de sobremaneira a condição financeira da empresa, a sua interação institucional com terceiros, e bem assim, o adequado cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

Por outro lado, não se vislumbra qualquer alteração na exploração da sociedade que possa motivar, no curto prazo, a sua integral cobertura nomeadamente por via do normal desenvolvimento da sua actividade.

Naqueles termos, propõe-se o desenvolvimento de uma operação de reestruturação e ajustamento da estrutura de capitais, nomeadamente por via da redução a zero do seu capital social (para cobertura dos prejuízos) e subsequente aumento pela conversão de prestações acessórias.

Trata-se de uma medida saneadora comumente denominada por “operação harmónio”, no âmbito da qual se promove a redução a zero dos capitais sociais, e subsequente reforço nos termos legalmente aplicáveis e tecnicamente aconselháveis.

Na prática o capital social existente será utilizado para cobertura parcial dos prejuízos acumulados, com imediato e subsequente aumento mediante utilização dos instrumentos de capital já constituídos (prestações acessórias).

Esta operação consubstancia uma operação contabilística que exprime a medida das perdas de capital sofridas, uma vez que a redução de capital em análise não se destina a libertar um excesso de capital a ser entregue aos acionistas, mas antes à cobertura de perdas.

Estamos assim perante uma importante medida saneadora da supramencionada situação e que não implica qualquer esforço financeiro adicional por parte do acionista RAM.

O reflexo da mesma será um ajustamento da estrutura de capitais a uma realidade mais consentânea com a realidade de exploração da sociedade, e com reflexos positivos ao nível regulamentar e da sua condição financeira geral.

4. Definição e Objectivos

Uma operação harmónio é um processo societário de reestruturação do capital social que combina, numa única deliberação de assembleia geral, duas etapas sucessivas, a saber:

1. Redução do capital social até ao montante necessário para cobrir prejuízos acumulados, eliminando o saldo negativo dos resultados transitados e restabelecendo o equilíbrio entre capital social e património líquido.
2. Aumento imediato do capital social, normalmente por novas entradas em dinheiro, conversão de suprimentos ou prestações acessórias, de modo a dotar a sociedade de recursos próprios suficientes para prosseguir a atividade.

O nome “harmónio” advém do “movimento em acordeão” do capital, ou seja, encolhe para absorver prejuízos e expande logo a seguir para restaurar a capacidade e a solidez financeira da empresa



5. Termos da solução proposta

5.1. Redução do Capital Social a Zero

A redução do capital social a zero tem como finalidade principal a absorção integral dos prejuízos acumulados pela sociedade, eliminando-se assim a discrepância entre o capital social nominal e os ativos efetivamente existentes. Esta medida permite ainda suprimir o denominado “capital ficcional”, isto é, aquele que, subsistindo apenas em termos contabilísticos, deixou de ter correspondência real no património da empresa.

Ao proceder-se à redução total, cria-se uma base neutra e equilibrada sobre a qual pode ser construído um novo aumento de capital, mais adequado à realidade económica e financeira atual da sociedade.

5.2. Aumento Subsequente do Capital Social

Concluída a redução a zero, será realizado um aumento subsequente do capital social, fixando-o num montante que reflita adequadamente a realidade patrimonial e financeira, as necessidades operacionais e os objetivos estratégicos da sociedade.

Este aumento poderá ser realizado através de entradas em numerário, por meio de entradas em espécie, ou ainda mediante a conversão de prestações acessórias, suprimentos ou outros créditos detidos pelos acionistas sobre a sociedade.

No caso concreto em que são utilizadas prestações acessórias, é necessário que exista uma deliberação societária que expressamente autorize a conversão, devendo igualmente acautelar, quando aplicável, a contingência do cumprimento das regras aplicáveis à respetiva avaliação, assegurando-se a sua equivalência funcional a entradas em dinheiro atenta a natureza da operação.

5.3. Conservação dos Direitos dos Acionistas

No âmbito do aumento de capital subsequente, mantém-se plenamente aplicável o direito de preferência dos acionistas na subscrição das novas participações, nos termos previstos pelo Código das Sociedades Comerciais, neste caso apenas aplicável ao acionista único RAM.

6. Sequência das Deliberações, Medidas a Adotar e Montantes Envolvidos

Como acima já explicitado a operação harmónio exige a adoção de várias deliberações sequenciais pela assembleia geral, abaixo se apresentando a estrutura clara das medidas a tomar e dos respetivos montantes envolvidos.

6.1. Constatação da Situação Patrimonial

- Apresentação e análise das últimas demonstrações financeiras aprovadas (exercício de 2024), que comprovam a deterioração patrimonial e justificando assim a necessidade de intervenção.
- Verificação da existência de um valor global de prejuízos acumulados correspondentes a um montante de € 115.673.229,53.
- Reconhecimento de que, apesar de não existir perda de metade do capital, a estrutura de capitais se encontra desalinhada com a realidade económico-financeira, observando-se assim a necessidade estratégica de eliminar os prejuízos para reequilibrar os capitais próprios.

Situação a 31/12/2024



	2024
Capital subscrito	108 315 815,00
Ações (quotas) próprias	-
Outros instrumentos de capital próprio	66 165 391,48
Prémios de emissão	0,69
Outras reservas	-
Resultados transitados	- 114 219 466,93
Ajustamentos em ativos financeiros	-
Excedentes de revalorização	-
Outras variações no capital próprio	27 331 582,23
Resultado líquido do período	- 1 453 762,60
Total do Capital Próprio	86 139 559,87

6.2. Cobertura integral dos prejuízos acumulados mediante Deliberação de Redução do Capital Social a Zero e utilização de saldos de prestações acessórias e Prémios de Emissão

- Aprovação da redução do capital social de € 108.315.815,65 para €0, para cobertura parcial dos prejuízos acumulados.
- Reconhecimento de que a redução visa absorver integralmente prejuízos acumulados, não implicando qualquer restituição de entradas de capital ao acionista RAM.
- Montantes e Saldos a utilizar:

○ Prejuízos acumulados:	€ 115.673.229,53
○ Redução do Capital social atual:	€ 108.315.815,00
○ Utilização parcial das Prestações Acessórias ¹ :	€ 7.357.413,84
○ Utilização Saldo Prémios de Emissão:	€ 0,69

Operação 1 - Redução Capital / Cobertura de Prejuízos	115 673 229,53
Redução Capital Social	- 108 315 815,00
Utilização Prémios de Emissão	- 0,69
Utilização de Prestações Acessórias	- 7 357 413,84

¹ Com reporte ao saldo global de 123 432 058,07 € existente a 30/09/2025

6.3. Deliberação de Aumento Subsequente do Capital Social

- Fixação do novo capital social adequado às necessidades e à estrutura de financiamento da sociedade no montante de € 116.074.640,00, correspondendo a 23 214 928,00 de ações com valor nominal de € 5,00.
- A subscrever e realizar integralmente pelo acionista RAM (100%).
- Aprovação das modalidades de realização do aumento:
 - Conversão parcial do saldo de prestações acessórias já constituídas no montante de €116.074.640,00 pelo acionista RAM

Operação 2 - Aumento Capital Social

116 074 640,00

Utilização Saldo Remanescente Prestações Acessórias

116 074 640,00

6.4. Direito de Preferência dos Acionistas

Reconhecimento e exercício do direito de preferência do acionista na subscrição, nos termos do artigo 458.º do CSC. Tratando-se de sociedade com acionista único, e inexistindo pluralidade de titulares que exija observância do direito de preferência, o acionista único subscreve e realiza integralmente o montante do aumento de capital deliberado.

7. Estrutura de Capital Após a Operação

- Novo Capital Social: € 116.074.640,00 integralmente realizado;
- Resultados Transitados: saldo nulo após absorção de prejuízos;
- Património Líquido: superior a 50% e 20% do capital social, em cumprimento respectivamente dos artigos 35.º e 95º do CSC.

Esta nova estrutura reforçará a solidez financeira da empresa, reestruturando igualmente a sua estrutura acionista.

*Ponta
do Oeste*

Nova Situação Patrimonial	SDPO
Capital subscrito	116 074 640,00
Ações (quotas) próprias	
Outros instrumentos de capital próprio	4,23
Excedentes de revalorização	
Outras variações no capital próprio	27 331 582,23
Resultado líquido do período	
Total do Capital Próprio	143 406 226,46

A redução do capital não pode ser deliberada se a situação líquida da sociedade não ficar a exceder o novo capital em, pelo menos, 20% (conforme nº 1 do artigo 95º do CSC), situação que se encontra cumprida nos termos dos montantes propostos para a operação em referência e conforme abaixo se poderá comprovar.

Cumprimento Condição nº 1 Artº 95º CSC (SL>20% CS)	SDPO
Nova Situação Líquida	143 406 226,46
Novo Capital Social	116 074 640,00
NSL/CS	123,55%

8. Conclusão

A operação harmónio proposta configura uma medida estratégica, prudente e tecnicamente fundamentada, cuja implementação permitirá à empresa reposicionar-se de forma robusta no seu contexto económico e operacional.

Apesar de não se verificar a situação típica prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, a sociedade enfrenta um volume significativo de prejuízos acumulados que prejudica a representação fiel da sua posição financeira e limita a capacidade de evolução sustentada, sendo que a operação permite eliminar integralmente estes prejuízos, proporcionando uma estrutura de capitais limpa, coerente e alinhada com a atual fase de desenvolvimento da empresa.

A operação proporciona um significativo reforço da credibilidade externa, eliminando a perceção de desequilíbrio patrimonial e restabelecendo a confiança por parte da generalidade dos stakeholders.

Simultaneamente, permite projetar a sociedade para um futuro mais sólido, dotando-a de maior resiliência financeira e capacidade de resposta às exigências do mercado, criando condições favoráveis à execução de planos de investimento, modernização ou expansão.

Em resumo, a operação harmónio representa uma decisão equilibrada e orientada para o futuro, permitindo à sociedade corrigir distorções patrimoniais, reforçar a sua base financeira e assegurar uma atuação mais sólida, transparente e competitiva.

Trata-se de uma escolha que, embora não imposta por lei, constitui um passo essencial para consolidar a sustentabilidade da atividade e para garantir a estabilidade e o crescimento da empresa no médio e longo prazo.

Situação a 31/12/2024



	2024
Capital subscrito	108 315 815,00
Ações (quotas) próprias	-
Outros instrumentos capital próprio	66 165 391,48
Prémios de emissão	0,69
Outras reservas	
Resultados transitados	- 114 219 466,93
Ajustamentos em ativos financeiros	
Excedentes de revalorização	
Outras variações no capital próprio	27 331 582,23
Resultado líquido do período	- 1 453 762,60
Total do Capital Próprio	86 139 559,87

Operação 1 - Redução Capital / Cobertura de Prejuízos 115 673 229,53

Redução Capital Social	- 108 315 815,00
Utilização Prémios de Emissão	- 0,69
Utilização de Prestações Acessórias	- 7 357 413,84

Operação 2 - Aumento Capital Social 116 074 640,00

Utilização Saldo Remanescente Prestações Acessórias	116 074 640,00
---	----------------

Nova Situação Patrimonial	SDPO
Capital subscrito	116 074 640,00
Ações (quotas) próprias	
Outros instrumentos de capital próprio	4,23
Excedentes de revalorização	
Outras variações no capital próprio	27 331 582,23
Resultado líquido do período	
Total do Capital Próprio	143 406 226,46

Check-Balance	SDPO
Saldo Prémios de Emissão	-
Saldo Prestações Acessórias	4,23
Saldo Capital	116 074 640,00
Saldo Resultados Transitados	-

Cumprimento Condição nº 1 Artº 95º CSC (SL>20% CS)	SDPO
Nova Situação Líquida	143 406 226,46
Novo Capital Social	116 074 640,00
NSL/CS	123,55%



RELATÓRIO E CONTAS 2025